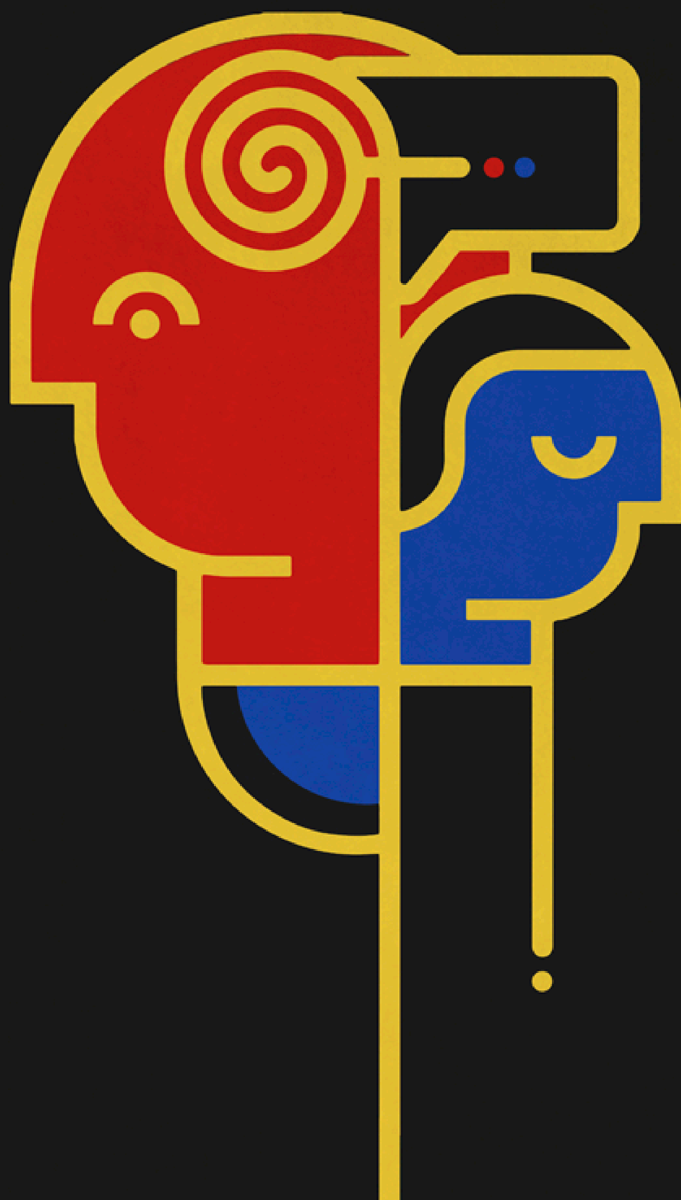
FICA FILOSOFIA!

PELA PERMANÊNCIA DA DISCIPLINA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PORTO ALEGRE





Coletivo de Professoras e Professores de Filosofia da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre

ATEMPA

SEÇÃO SINDICAL ANDES DOCENTES UFRGS CSP - CONLUTAS

FICA FILOSOFIA!

PELA PERMANÊNCIA DA DISCIPLINA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE PORTO ALEGRE

ORGANIZADORES:

MARCO MELLO

ANDRÉ PARES

Coletivo dos Professoras e Professores de Filosofia RME/POA

Associação dos Trabalhadores em Educação do
Município de Porto Alegre (ATEMPA)

Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das
Instituições de Ensino Superior (ANDES-UFRGS)

PORTO ALEGRE, RS
2021

REVISÃO ORTOGRÁFICA
André Luiz Araújo Nascimento

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Júlia Ramos de Carvalho

FICHA CATALOGRÁFICA
Roselaine Prestes de Jesus

GRUPO DE TRABALHO/PUBLICAÇÃO:
André Pares, Marco Mello, Roberto Carlos Pinto da Silva, Marcelo Raizer, Erica Cocolicchio, Fábio Gai Pereira, Patricia DalaRosa, João Francisco Rodrigues, Marcos Calovi.

FICA FILOSOFIA! é uma iniciativa do Coletivo de Professoras e Professores de Filosofia da Rede Municipal de Ensino (RME) de Porto Alegre, em uma parceria com a Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (ATEMPA) e Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

MELLO, Marco; PARES, André (Orgs.) Fica Filosofia! Pela permanência da disciplina nas escolas públicas de Porto Alegre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F444

Fica Filosofia! Pela permanência da disciplina nas escolas públicas de Porto Alegre / organização Marco Mello, André Pares [recurso eletrônico] – Porto Alegre : ATEMPA, Coletivo de professoras e professores de Filosofia da RME de Porto Alegre, Seção Sindical do ANDES/UFRGS, 2021

Vários autores
ISBN 978-65-996311-1-5

1. Filosofia. 2. Educação - Porto Alegre (RS). 3. Ensino Fundamental – Filosofia. 4. Política educacional. 5. Gestão democrática – Educação I. Mello, Marco. II. Pares, André.

CDU 37.014

Índice para catálogo sistemático:
1. Política educacional 37.014

Bibliotecária responsável: Roselaine Prestes de Jesus – CRB10/1031

Diretoria ATEMPA (2019-2022)

DIREÇÃO GERAL:
Ezequiel Carvalho Viapiana
Marcus Vinicius Martins Vianna
Maria José da Silva

DIREÇÃO FINANCEIRA:
Carolina Hugo

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZAÇÃO:
Simone de Lima Amaral

DIREÇÃO SINDICAL:
Luciana Vivian da Cunha

DIREÇÃO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO:
Vanessa Mendes Pedroso

DIREÇÃO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS:
Adriana Killes Barcelos Barbosa

DIREÇÃO DE SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO
José Ivan Rodrigues dos Santos

Seção Sindical do ANDES-SN
Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior na UFRGS (2021-2023)

PRESIDENTA: Magali Mendes de Menezes. Professora da Faculdade de Educação

1a VICE: Cristina Amélia Pereira de Carvalho.
Profa. aposentada da Escola de Administração

2a VICE: Elisabete Zardo Búrigo.
Profa. do Instituto de Matemática e Estatística

1a SECRETÁRIA:
Maria Ceci Araujo Misoczky
Profa.da Escola de Administração

2a SECRETÁRIA:
Beatriz Cerisara Gil
Profa. do Instituto de Letras

1o TESOUREIRO:
José Carlos Freitas Lemos.
Prof. da Faculdade de Arquitetura

2o TESOUREIRO:
Felipe Kirst Adami.
Professor do Instituto de Artes

1a SUPLENTE:
Loiva Mara de Oliveira Machado
Profa. do Instituto de Psicologia

2o SUPLENTE:
Antonio Marcos Teixeira Dalmolin.
Prof. do Faculdade de Educação





AGRADECIMENTOS

Nas lutas coletivas e sob forte pressão social e política, os agradecimentos parecem ser sempre insuficientes. Nosso reconhecimento em primeiro plano às nossas parcerias no campo associativo e sindical, ATEMPA e ANDES-UFRGS, pela confiança, acolhimento à proposta e solidariedade em todas as horas, tão cara e importante à classe trabalhadora em geral, e aos servidores públicos em particular, em tempos de avanço da extrema direita e riscos representados pelo neofascismo. À comunidade filosófica, sempre conosco, gratidão pelas tantas formas de apoio recebido: Associação dos Licenciados em Filosofia (ALF), Grupo Autônomo de Filosofia (GAF), Escola Livre de Filosofia, Olimpíadas de Filosofia, Dpto. de Filosofia (UFRGS), Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), Escuela Internacional de Filosofía Intercultural. À Faculdade de Educação da UFRGS, alegria e gratidão que se mesclam com orgulho de tê-la conosco. Organizações e entidades próximos a nós foram fundamentais: Coletivo de Professoras/es de História da RME/POA (CPHIS), Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre (AGB), Sindicato dos Municipários (SIMPA), Conselhos Escolares das escolas da RME, além de numerosos colaboradoras/es externos, intelectuais, pesquisadores e ativistas em escala nacional e mesmo internacional. Nas escolas granjeamos de uma cumplicidade que nos emocionou muitas vezes: estudantes de todas as idades e seus familiares, funcionárias e funcionários, professoras e professores (de todas as demais disciplinas), orientadoras e orientadores pedagógicos, supervisoras e supervisores pedagógicos, vice-diretoras e vice-diretores, diretoras e diretores, comunidades no entorno e entidades locais próximas a nós, foram fundamentais que se juntaram e apoiaram a luta pela permanência da Filosofia como disciplina nas escolas públicas de Porto Alegre, gostaríamos de englobar a todas e todos nesse nosso muito obrigado! Repórteres e editoras sensíveis à nossa causa foram fundamentais nessa etapa do processo. Em alguns veículos, identificados explicitamente com as lutas sociais e populares o apoio foi constante e sempre generoso. Obrigado, gente!

Um reconhecimento aqui ao Grupo de Trabalho criado dentro do Coletivo de Filosofia, pelo desprendimento, generosidade e empenho na realização de contatos, produções textuais, captação de imagens e depoimentos nas escolas, transcrição de vídeos e participação das reuniões que se fizeram necessárias. A sistematização e finalização não teria sido possível sem esse trabalho cooperativo e em equipe.

Em tempo, nossa gratidão pelo aceite dos prestigiados professores Raul Fornet Betancourt e Eduardo Oliveira, que se somaram incondicionalmente à luta desde longe, ao trabalho dedicado do revisor André Nascimento, à nossa colega da RME bibliotecária Roselaine Prestes de Jesus pela confecção da ficha catalográfica e em especial ao trabalho primoroso e competentíssimo da querida Júlia Ramos de Carvalho, no projeto gráfico, criação da capa e editoração.

Os Organizadores

Marco Mello e André Pares
Coletivo de Profs. de Filosofia da RME/POA

SUMÁRIO

#FICA
FILO
SOFIA!
pela permanência da disciplina nas
escolas pública de Porto Alegre

APRESENTAÇÃO

10 **La Filosofía en la escuela: una necesidad no para los maestros de filosofía sino para la sociedad**
Raul Fornet-Betancourt

11 **Fica, Filosofia!**
Associação de Trabalhadoras/es em Educação de Porto Alegre (ATEMPA)

1 FILOSOFIA NA RME/POA

13 **A Filosofia na Escola Pública Popular**
Entrevista com Silvio Rocha, por Marco Mello e André Pares

2 "PROPOSTA PEDAGÓGICA" AUTORITÁRIA DA SMED E A RESISTÊNCIA COLETIVA DAS/DOS TRABALHADORAS/ES EM EDUCAÇÃO

22 **Documento Unificado e Orientador rejeita Proposta Pedagógica da SMED**
ATEMPA, SIMPA, CORES-Educação SIMPA, Fórum das Direções de EMEFS e Especiais, Supervisores e Coords. Pedagógicos pela Democracia, CPHIS, AGB - Seção Porto Alegre, Coletivo de Professoras e Professores de Filosofia RME/POA, AOERGS, ASSERS, ALF, Olimpíada de Filosofia e AMPD

27 **Carta Fica Filosofia**
Coletivo de Professoras/es de Filosofia RME/POA

28 **Manifesto do Coletivo de Filosofia às Equipes das Supervisões Pedagógicas**
Coletivo de Professoras/es de Filosofia RME/POA

33 **A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a permanência da Filosofia na Rede Municipal de Ensino**
Coletivo de Professoras/es de Filosofia RME/POA

3 FICA FILOSOFIA! NA IMPRENSA E NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

35 **Educadoras/es rejeitam a "Proposta Pedagógica" e o cronograma apresentado pela SMED**
ATEMPA

37 **O que acontece na Educação de Porto Alegre?**
Marco Mello

38 **A Intempestiva Reforma Educacional em Porto Alegre**
André Pares

39 **Porto Alegre e a escalada autoritária do Movimento Todos Pela Educação**
Marco Mello

41 **O que o fim da filosofia na grade escolar tem a ver com felicidade**
Cristina Bonorino

42 **Fica Filosofia!**
Marco Mello e André Pares

45 **A SMED mente**
André Pares, Aline de Jesus, Carla Cardarello, Daniela da Rosa

48 **Moção de repúdio: Por uma educação laica e de qualidade para a comunidade escolar**
ATEMPA

49 **Perto demais de deus**
Marco Mello

52 **Fica Filosofia, sai retrocesso!**
Elenilton Neukamp

55 **Villa-Lobos e os chacais**
Francisco Marshall

56 **Carta ao prefeito Sebastião Melo**
Luciana Schwengber

58 **A rainha mandona e a revolta da plebe**
Marco Mello, Carla Cardarello

60 **Fica Filosofia: na sala de aula!**
Sérgio Augusto Sardi, Priscilla Tesch Spinelli

61 **Carta aberta a Janaina Audino, secretária municipal de Educação de Porto Alegre**
Luciano Bedin

64 **Onde mora o Paulo Freire filósofo?**
Marco Mello

67 **Mortos, vivos e vivarachos**
Luís Augusto Fischer

68 **O fermento e o pão da vida. Sobre Ana, Conceição e a Filosofia na sala de aula**
Roberto Carlos P. Garcia, Marco Mello

69 **Vitor é um menino curioso**
André Pares

71 **O que não te contaram sobre a retirada da filosofia**
Fabio Gai Pereira

72 **Quando não querem nos ouvir de verdade...**
Jacques Guimarães Schaefer

74 **Mentira tem pernas curtas. Tiranias também!**
Marco Mello, André Pares, Carla Cardarello

77 **Qual diálogo, secretária Janaína?**
Coletivo de professoras e professores de Filosofia da RME de Porto Alegre

80 **Um componente curricular como a filosofia**
Rita de Cássia Azzolin, María del Huerto, Tatiele Corrêa, Luciano Bedin

84 **Os golpes e a golpista**
André Pares, Marco Mello, Roberto Carlos Pinto Garcia, Carla Cardarello, Anália Martins, Aline de Jesus, Ezequiel Viapiana, Daniela da Rosa, Lizeane Fortes, Tzusy Estivalet, Tarcísio Silva, Gustavo Coelho e Luciana Vivian

87 **Em manobra, SMED anuncia vinculação da Filosofia ao ensino religioso no currículo do Ensino Fundamental**
ANDES-UFRGS

4 DEPOIMENTOS DE APOIO À CAMPANHA FICA FILOSOFIA!

89 **É a Filosofia que ensina a gente a entender a si, o outro e ter alteridade. Portanto, não há democracia sem Filosofia**
Márcia Tiburi

91 **Filosofia abre mentes. Abriu a minha! Então, por que tirar ela da escola?**
Sabrina Cardoso

92 **É a disciplina que dá toda perspectiva ética e cidadã para a juventude**
Neusa Vaz e Silva

92 **A Filosofia é a mãe de todas as ciências**
Sérgio Sardi

93 **A Filosofia e a qualidade reflexiva na formação de estudantes**
Rudinei Muller

93 **Ela me ajudou a pensar mais**
Caroline Oliveira

94 **A pretensão de retirar a Filosofia da Escola Pública tem algo de insensatez, de covardia, de autoritarismo, e de estupidez**
Walter Kohan

94 **É um direito de todo estudante da escola pública, para uma formação integral, ter Filosofia!**
Magali Menezes

95 **Estudantes que tiveram Filosofia no Ensino Fundamental trazem consigo uma qualificação crítica, reflexiva e cidadã**
Andréia Meinerz

95 **A Filosofia é o começo de um amor pelo mundo a tal ponto que se queira se comprometer com ele**
Lara Sayão

96 **Pensar, desde a Filosofia, para interromper as barbáries do nosso tempo**
Betina Schuler

97 **A Filosofia serve para envergonhar a baixeza do pensamento, envergonhar a estupidez e irritar os imbecis**
Ana Amarante

5 PRODUÇÕES E DEPOIMENTOS DAS/DOS ESTUDANTES
98

6 MANIFESTAÇÕES INSTITUCIONAIS FICA FILOSOFIA!

109 **Solicitação de esclarecimento à Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre**
Conselhos Escolares das Escolas Públicas municipais de Porto Alegre

110 **Carta Aberta na defesa das Ciências Humanas**
Coletivo das Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS), Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre (AGB), Coletivo das Professoras e Professores de Filosofia da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre

112 **Carta de Repúdio**
Associação dos Licenciados em Filosofia (ALF)

113 **Ofício dos Conselhos Escolares sobre a retirada da disciplina de Filosofia**
Conselhos Escolares das Escolas Públicas municipais de Porto Alegre

115 **Carta pela permanência da Filosofia (FILOSOFIA/UFRGS)**
Ricardo Crissiuma, Leonardo Porto, Inara Zanuzzi, Priscilla Tesch Spinelli, e Nikolay Steffens Martins

119 **Nota de Apoio aos/às professores/as da Rede Municipal de Porto Alegre (FACED/UFRGS)**
Liliane Ferrari Giordani

121 **Manifestação de apoio da ANPOF à permanência da Filosofia na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre**
Susana de Castro

122 **Repúdio ao Projeto de Lei que propõe a criação do serviço voluntário de Capelania Escolar nas unidades de ensino da Rede Pública Municipal**
Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS

123 **Abaixo-Assinado pela rejeição da Proposta Pedagógica apresentada pela SMED e construção de uma proposta pedagógica que escute e contemple as necessidades apresentadas pela comunidade escolar, bem como a ampla discussão e participação de professores prevista em Congresso Municipal.**
Petição física e online. Iniciativa de mãe de estudantes de escola municipal

124 **Carta à Dra. Janaina Audino, Secretária da SMED, Porto Alegre: um apelo pelas crianças e adolescentes portoalegrenses**

Assinado por dezenas de professoras/es e pesquisadoras/es de Universidades do RS

125 **Fica Mãe Filosofia: contra retirada da disciplina nas escolas de POA**
Petição pública online

7 REDES SOCIAIS

126 **Fica Filosofia** no Instagram

127 **Lives, entrevistas, vídeos e demais materiais em canais do Youtube e Instagram** sobre a luta pela permanência da Filosofia como disciplina nas escolas públicas municipais de Porto Alegre e sobre a Proposta Pedagógica que a exclui.

POSFÁCIO

132 **O Inacabamento do Mundo**
Eduardo Oliveira

#FICA FILO SOFIA!



LA FILOSOFÍA EN LA ESCUELA:

UNA NECESIDAD NO PARA LOS MAESTROS DE FILOSOFÍA SINO PARA LA SOCIEDAD

CON LA AFIRMACIÓN que da título a estas líneas con las que deseo expresar mi solidaridad personal y también la solidaridad de la Escuela Internacional de Filosofía Intercultural con lucha de los maestros de filosofía por la permanencia de la filosofía en las escuelas de Porto Alegre, quiero decir que la filosofía es una necesidad social, y no la simple nece-sidad particular de unos profesionales de la enseñanza.

Pero ¿por qué es la filosofía una necesidad social?

Porque sin la memoria de humanidad, quiere decir, sin la memoria de los valores humanos de amor, bondad, belleza, justicia, solidaridad, tole-ran-cia y veracidad que custodia y trasmite la filosofía toda sociedad hu-ma-na pierde las estrellas que deben orientar la organización de la convivencia entre sus miembros.

Lo que significa por su parte que toda sociedad debe tener un interés peculiar en asegurar que en sus escuelas esté presente la filosofía como aquella "asignatura" que, por su memoria y tradición, tiene la capacidad para imprimir a la educación la "signatura" especial de valo-res que humanizan el intelecto y la afectividad, la libertad y la razón de los/las ciudadanos y ciudadanas, y que con ello hacen posible que la educación en las escuelas e institutos superiores no degenere en una simple instrucción o capacitación de profesionales competitivos sino que sea lo que realmente debe ser una educación, a saber, un proceso abierto de for¬ma¬ción en huma-ni¬dad para hombres y mujeres solidarios y conviventes.

Desde esta perspectiva la filosofía, si se permite la metáfora, es el alimento al que no puede renunciar ninguna escuela que quiera ofrecer a sus "crianzas" viáticos para su caminar por la vida con un espíritu de convivencia y de servicio a la comunidad.

Raúl Fornet-Betancourt
Escuela Internacional de Filosofía Intercultural
Professor no Institut für Philosophie - Universität Bremen (Alemanha)

FICA, FILOSOFIA!

ATEMPA

EM PLENO ano de 2021, em que celebramos o centenário de Paulo Freire e buscamos nos reconectar com sua obra, somos atropelados por uma mudança curricular realizada sem diálogo. Mudança que busca introduzir uma estratégia de ensino somente instrumental, aumentando as cargas horárias de Português e Matemática e tem como símbolo a retirada da Filosofia das escolas da Rede Municipal de Porto Alegre. Tal medida serviu para, de maneira arbitrária, introduzir no currículo obrigatório do Ensino Fundamental a disciplina de Ensino Religioso. Entendemos a mudança como uma afronta à pedagogia freireana que norteia nossa prática, que mostra a importância da educação como um ato de libertação e de busca permanente da leitura de mundo para todas e todos, mas especialmente para as classes populares. Essa "pseudo-reforma" é um dos artifícios para retomarmos uma educação bancária no século XXI.

Portanto, é um dever e um orgulho para nossa Associação fazer parte da luta e do trabalho que resulta nessa obra coletiva sobre a importância do ensino de Filosofia em nossas escolas. Nestes marcos é importante lembrarmos as palavras de Paulo Freire ao ser perguntado o que é ser um trabalhador em educação no Brasil:

> *Não há um trabalhador do ensino, no Brasil ou em qualquer sociedade, como algo abstrato, universal. O trabalhador do ensino, enquanto tal, é um político, independente de se é, ou não, consciente disto. Daí que me pareça fundamental que todo trabalhador do ensino, todo educador ou educadora, tão rapidamente quanto possível, assuma a natureza política de sua prática. Defina-se politicamente. Faça a sua opção e procure ser coerente com ela.*
> (FREIRE, p. 49, 2006)

Nossas escolhas partem da necessidade de continuarmos as batalhas históricas pela democracia e direitos sociais para amplas parcelas do povo trabalhador. Nesta quadra histórica resistir a combinação de autoritarismo político e neoliberalismo encarnados nos governos de Bolsonaro em Brasília e Melo na Prefeitura de Porto Alegre é um dever histórico para todas e todos educadoras/es.

A Filosofia como a ciência do pensamento da humanidade é também parte das nossas esperanças na cultura dos direitos e no diálogo como forma de suplantarmos nossos problemas e preconceitos, talvez por isso ela seja tão confrontada. Tanto mais necessária, mais os poderosos desejam que seu ensino não exista nas nossas escolas municipais que se localizam e tem suas vidas na periferia de Porto Alegre.

Ao realizar esse processo de mudança curricular que ataca a perspectiva democrática e legal de ser realizado um Congresso Municipal de Educação como prevê a Lei Municipal nº 8.198 de 1998, que institui nosso Sistema Municipal de Ensino, a secretária Janaina Audino enfatizou uma retórica do diálogo. Um diálogo sem a voz e a vez das comunidades escolares. Lembrou aqueles que negam o outro e por isso fazem do diálogo algo sem sentido para isso.

> Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim?
> Como posso dialogar, se me sinto participante de um gueto de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são "essa gente", ou são "nativos inferiores"?
> Como posso dialogar, se parto de que a *pronúncia* do mundo é tarefa de homens seletos e que a presença das massas na história é sinal de sua deterioração que devo evitar?
> (FREIRE, p.111, 2011)

Podemos e devemos buscar o diálogo como forma da democracia e da nossa pedagogia cotidiana e para isso a formação humana, cultural e científica é algo essencial para nossas escolas. Infelizmente precisamos buscar na sociedade a força necessária para derrotar o projeto político atual que busca colocar a educação a serviço de um processo de exclusão social que se apresenta como uma modernização conservadora em tempos de inovações tecnológicas e formação de um imenso setor da classe trabalhadora sem direitos, o precariado.

A presente obra nos seus mais variados artigos demonstra a força dos argumentos e da mobilização popular também como uma disputa pública. Certamente temos muitos aprendizados e lutas pela frente.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.



1_FILOSOFIA NA RME/POA

> *Estão tentando tirar o nosso direito ao voto, e tão falando que tais matérias são mais importantes que outras, e que é para aceitar isso. A democracia está regredindo?*
>
> **Matheus Collyn Silveira**
> EMEF Nossa Senhora do Carmo

FILOSOFIA NA ESCOLA PÚBLICA POPULAR

ENTREVISTA COM SILVIO ROCHA

A partir do processo de redemocratização do país, de gestão democrática na educação e da realização de Congresso Constituinte Escolar nasce uma nova escola, na qual emerge a Filosofia como disciplina.

Marco Mello e André Pares

EM MEADOS da década de 1990, em Porto Alegre, criou-se a possibilidade de implantar um projeto de educação pública que se denominou *Escola Cidadã*. Nele, um dos carros chefes da proposta político-pedagógica foi a organização curricular por Ciclos de Formação. Foi nesse processo que a Filosofia passou a ser implantada como componente curricular na Rede de Ensino, em pé de igualdade e respeito em relação às demais.

Um dos principais responsáveis pela criação da proposta foi Silvio Rocha, à época assessor pedagógico e depois professor municipal, recentemente aposentado. Com ampla formação e experiência, da psicologia da educação à filosofia, da educação infantil ao ensino superior, da docência na rede privada às redes públicas, Silvio também teve oportunidade de ser gestor educacional em redes públicas e prestar assessoria em outras administrações públicas no pais. Na entrevista a seguir, recupera a origem da Filosofia como componente curricular em Porto Alegre, os principais desafios e as ações realizadas na formação docente, no contexto das profundas transformações vividas á época.

NO CONTEXTO DA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DOS CICLOS, POR QUE E COMO SURGIU A IDEIA DE INTRODUZIR A FILOSOFIA COMO COMPONENTE CURRICULAR?

SILVIO ROCHA: É necessário pensar sobre o contexto do início dos anos 1990, período em que ocorria o processo de Reestruturação Curricular na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Havia, em várias cidades brasileiras, uma efervescência de debate e busca de possibilidades alternativas, em torno da concepção de Gestão Democrática na educação e das questões curriculares na escola, que emergia desde o processo de redemocratização do país, a partir de meados dos anos 80, com o fim do Regime Militar.

O período que se seguiu a elaboração da Constituição Cidadã, e de sua regulamentação, reconhecia o direito das gestões municipais organizarem o seu sistema de ensino e elaborarem políticas educacionais próprias, o que antes era centralizado nos Estados e a nível nacional.

No centro dos debates e elaborações da época estavam tensões entre a perspectiva conservadora da escola (bancária/tradicional) e a perspectiva crítica (transformadora). Nessa última, buscava-se elaborar propostas de reestruturação curricular voltadas para uma sociedade democrática em construção, à luz de paradigmas mais contemporâneos e coerentes com a perspectiva. Essa nova configuração da educação municipal requeria, de forma bastante evidente, a afirmação da escola como espaço para formação da cidadania, na perspectiva de fortalecimento dos seus sujeitos no compromisso, como parte de uma luta mais ampla, de construção de uma sociedade mais justa e democrática e uma escola pública de qualidade social e emancipadora.

> *“Essa nova configuração da educação municipal requeria, de forma bastante evidente, a afirmação da escola como espaço para formação da cidadania, como parte de uma luta mais ampla, de construção de uma sociedade mais justa e democrática.”*

A Rede Municipal de Porto Alegre, desde 1989, tinha à frente da gestão um governo composto por uma frente de partidos de esquerda, e já vinha realizando estudos e debates, para uma organização educacional baseada em princípios que contivessem avanços teóricos que rompessem com a lógica da “mercoescola”, determinista, excludente, reprodutivista e conservadora. Neste sentido, implementou o “Projeto Escola Cidadã”, cujas políticas educacionais mais amplas defendiam, de um lado, um caráter descentralizador da escola, com pressupostos na democratização do sistema de ensino, conectado com o processo de democratização da cidade, e de outro lado, a implementação gradativa dos *Ciclos de Formação*, vinculada a uma Pedagogia progressista, no Ensino Fundamental Regular, como concepção estruturante do currículo escolar, buscando o fortalecimento da autonomia escolar e de uma cidadania ativa.

Esse processo de reinvenção da escola se afirmava nas deliberações do *Congresso Constituinte Escolar* do município, em 1995, e no debate de Reestruturação Curricular da Rede Municipal, sendo que, na ocasião, já havia um processo de implementação do Ensino por Ciclos de Formação em curso na EMEF Vila Monte Cristo, que se situava em meio a diferentes proposições e visões político-pedagógicas, nas escolas, cidades e países que implementaram esta estrutura (por exemplo, paísese como Portugal, Espanha, França, Bélgica, Argentina;

estados como Mato Grosso, São Paulo, Belo Horizonte e cidades como Cuiabá, Goiânia, Blumenau, dentre outras). Em que pese as distinções, todas mantinham um fio condutor em comum que era o de romper com a cultura da escola seriada, reorganizar os tempos escolares, transformar as práticas pedagógicas, propor novas formas de agrupamentos dos alunos, mudar o processo de avaliação, organizar uma base curricular mais interdisciplinar e passível de adaptação aos diferentes ritmos, fazes e aprendizagem no processo de desenvolvimento humano dos alunos.

> *"Esse processo de reinvenção da escola mantinha um fio condutor de romper com a cultura da escola seriada, reorganizar os tempos escolares, transformar as práticas pedagógicas, propor novas formas de agrupamentos dos alunos, mudar o processo de avaliação."*

Em Porto Alegre, imbuídos dessas referências, a Base Curricular proposta na estrutura dos Ciclos de Formação procurava operar com uma ideia de currículo aberto e flexível, baseado em quatro fontes: *Epistemológica* (levava em consideração o conhecimento histórico e a estrutura de cada área do conhecimento e componente curricular, numa perspectiva interdisciplinar), *Sócio Antropológica* (incentivava o conhecimento do contexto em que a escola se situava), *Sócio Psicopedagógica* (apontava a necessidade dos profissionais da escola conhecerem as características psicossociais do processo de desenvolvimento infanto-juvenil, numa perspectiva sociointeracionista) e *Filosófica* (posicionava o conhecimento como expressões de visões de mundo e, por conseguinte, de escola, situada em um tempo histórico e oriundo de perspectivas e intencionalidades sociais e matérias concretas que podem ser transformadas).

É nessa perspectiva que se situa a emergência da Filosofia. A oferta de componentes curriculares coerentes com as expectativas daquele contexto histórico, partindo da premissa de que a escola que se queria era aquela que incorporasse em seu interior aspectos de uma sociedade justa e inclusiva, desejada para um "novo mundo possível", contribuindo para que alunas e alunos, professoras e professores vivessem seu papel de cidadãos ativos visando a ruptura com um modelo de escola como um "aparelho" de reprodução de valores e representações da classe social dominante na sociedade capitalista.

> *"Nessa perspectiva se situa a emergência da Filosofia: a escola que se queria era aquela que incorporasse aspectos de uma sociedade justa e inclusiva, para que alunas e alunos, professoras e professores vivessem seu papel de cidadãos ativos visando a ruptura com um modelo de escola como um "aparelho" de reprodução de valores da classe social dominante na sociedade capitalista."*

Então, a necessidade de introduzir a Filosofia como componente curricular (assim como as linguagens artísticas distintas – cênica, musical, plástica; cultura estrangeira com Espanhol, Francês e Inglês, etc.) surgiu justamente no bojo desse processo de debate e estudo.

COMO A FILOSOFIA SE INSERIA NESSE PROCESSO DE REINVENÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA?

SILVIO ROCHA: De fato, a introdução da Filosofia, como componente curricular no Ensino Fundamental, nas escolas municipais, estava compondo um conjunto de estratégias de enraizamento do pensamento progressista na comunidade e da busca de construção de um novo "modelo" de escola nesta mesma perspectiva.

Para isso, foi importante a interlocução com ideias e textos de Matthew Lipman, Jostein Gaarder, Agnes Heller, Lucien Goldmann, Georges Politzer, Marilena Chauí, Paulo Freire, Silvio Wonsovicz, dentre outros, o que desencadeou a expectativa de que seria sim possível emergir um raciocínio filosófico das crianças e jovens, na faixa etária do Ensino Fundamental, já que estas questões povoam seu cotidiano e eles estão passando por um período da vida em que existe uma grande curiosidade intelectual.

> "*Foi importante a interlocução com ideias e textos de Matthew Lipman, Jostein Gaarder, Agnes Heller, Lucien Goldmann, Georges Politzer, Marilena Chauí, Paulo Freire, Silvio Wonsovicz, dentre outras/os, na expectativa de que seria sim possível emergir um raciocínio filosófico das crianças e jovens no Ensino Fundamental, já que estas questões povoam seu cotidiano, em um período da vida de grande curiosidade intelectual*"

Foi possibilitada, também pela SMED, a presença e contribuição do Centro Catarinense de Filosofia para Crianças nos cursos de formação das e dos educadoras/es, pois ainda que tivessem pouco tempo de existência (tinha sido fundando em 1989) o Centro desenvolvia trabalhos filosóficos com a Educação Formal (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e realizava diversas atividades com escolas públicas e particulares de diferentes localidades de âmbito nacional voltados para o ensino e aprendizagem filosófica com crianças e adolescentes.

> "*Para escola, a Filosofia contribuiria numa postura de escuta, diálogo, respeito às diferenças: uma atitude reflexiva e investigativa diante do mundo, ajudando na capacidade de pensar por si mesmo, de exercer a liberdade crítica, de compreender o sentido de seu "estar" no mundo, compreender o outro e de agir com consciência*"

Nesse sentido, desencadeou-se, também, a certeza de que, numa nova perspectiva para escola, a Filosofia tinha seu lugar e contribuiria no "ensinar para pensar", mobilizando no cotidiano da escola uma postura de escuta, diálogo, respeito às diferenças e a problematização das "coisas" do mundo, à luz de uma atitude filosófica dos alunos, isto é, uma atitude reflexiva e investigativa diante do mundo no qual estavam inseridos, numa verdadeira dialética entre a sua consciência e o mundo vivido. O processo educacional, assim, estaria ajudando

um conjunto de seres humanos a desenvolver sua capacidade de pensar por si mesmo, de exercer a liberdade crítica, de compreender o sentido de seu "estar" no mundo, compreender o outro e de agir com consciência.

QUAIS AS PRINCIPAIS DIFICULDADES EXISTENTES NESSE PERÍODO INICIAL DE IMPLANTAÇÃO, JÁ QUE ERA UMA NOVIDADE A PRESENÇA DA FILOSOFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL?

SILVIO ROCHA: Foram inúmeras dificuldades durante o processo de implantação, em uma época em que havia pouquíssimas iniciativas neste sentido, entre elas, como: trabalhar Filosofia com crianças de classe popular, pouco acúmulo de prática com a Filosofia no Ensino Fundamental, visões depreciativas que tratavam o componente como menos importante em comparação aos outros ofertados, defesa conservadora pela escola seriada presentes nos discursos de professoras e professores, estudantes, mães e pais, mídia local, colocar em curso um processo sistemático de formação continuada envolvendo as os professoras/es de Filosofia da RME, fazer com que um maior número possível de pessoas (dentre os vários segmentos) participassem durante o processo, etc.

Destaco aqui a dificuldade que me parecia mais relevante e com maiores implicações e potencial na época: a da realização sistemática de cursos, encontros, reuniões de formação voltadas para os professores do componente Filosofia. Destaco esta questão porque dela dependia o processo de elaboração capaz de ajudá-los, pelo menos em algumas dimensões centrais, a explicitar para comunidade escolar o potencial da Filosofia junto aos alunos e de elaborar, de modo coletivo, uma forma de como trabalhar a Filosofia no Ensino Fundamental.

> “*A dificuldade mais relevante foi a realização sistemática de cursos, encontros, reuniões de formação voltadas para professoras/es do componente Filosofia. Dela dependia o processo de explicitar para comunidade escolar o potencial da Filosofia e de elaborar de modo coletivo uma forma trabalhar a Filosofia no Ensino Fundamental.*”

DIANTE DESSES DESAFIOS, QUAIS AS RESPOSTAS CONSTRUÍDAS NESSE PERÍODO?

SILVIO ROCHA: O processo vivido no desejo de implementação da Filosofia na RME trazia diversas contradições. Ainda que houvesse a vontade da implementação, o que se observava era que nenhum/a professor/a na RME tinha trabalhado com Filosofia voltada para crianças naquela faixa etária e naquelas condições sociais. Isso desencadeou uma demanda, cada vez mais crescente, por reuniões, cursos e encontros para estudos, planejamentos, trocas de experiências/práticas, sistematizações e elaborações de estratégias coletivas, para que o grupo fosse se fortalecendo e visualizando os caminhos possíveis. O que foi, à época, apoiado e viabilizado pela SMED ainda que com limitações e com uma frequência bem abaixo da

demandada.

De forma colaborativa, os encontros começaram a ocorrer e, como resultado das sistematizações iniciais, foi elaborado o primeiro conjunto de Princípios Pedagógicos do Componente Filosofia, voltado para unificar as diversas atuações dos/as professores/as e superar a tradição do trabalho solitário já que haviam muitas inquietações coletivas. O primeiro movimento, então, foi o de buscar uma "unidade na diversidade", através de Princípios Pedagógicos, que de forma ampla orientariam as decisões e intervenções docentes no cotidiano escolar.

Destaco aqui alguns desses Princípios, agrupados em dois núcleos: os voltados para postura esperada do/a professor/a ao atuar no componente e os voltados para atuação do/a professor/a junto aos alunos: a) Contribuir nos momentos de planejamento e organização do ensino da escola, colocando o componente em diálogo interdisciplinar com os vários Componentes Curriculares ofertados, contribuindo no entendimento de que tudo que nos cerca se constituem por diversos fatores que estão inter-relacionados; b) tomar, como ponto de partida na sua atuação, a realidade concreta tal como ela é vivida pelos alunos e as problematizações de situações do cotidiano, submetendo-as a um processo de análise formal para que esta "realidade vivida" se mostre como uma "realidade percebida/concebida", historicamente datada e prenhe de intencionalidades. c) Contextualizar e historicizar as questões filosóficas trabalhadas no Componente para que os alunos percebam que segundo as condições históricas e concepções de cada época as pessoas foram respondendo as questões de seu tempo; d) Assumir uma postura não autoritária nas interlocuções com os alunos e no "trato" de determinados assuntos em pauta, pondo-se na escuta, no diálogo e não tratando o seu ponto de vista como a verdade absoluta; e) Atuar no componente curricular mostrando que filosofar não é divagar, mas sistematizar, organizar, aprofundar e refletir, aprofundando as problemáticas que no cotidiano aparecem como corriqueiras e simples.

> "Assumir uma postura não autoritária nas interlocuções com alunas/os e no "trato" de determinados assuntos, pondo-se na escuta, no diálogo e não tratando o seu ponto de vista como a verdade absoluta; Atuar mostrando que filosofar não é divagar, mas sistematizar, organizar e refletir, aprofundando as problemáticas que aparecem como corriqueiras e simples."

Em relação a atuação das/dos professoras/es de Filosofia junto aos alunos, destacaria alguns dos Princípios Pedagógicos específicos: a) Contribuir na passagem da alienação à consciência, de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, pela qual aquilo que o aluno vive se transforme numa experiência compreendida, na medida em que, desde cedo, ele vai tendo um olhar crítico e reflexivo sobre si mesmo e sobre o mundo; b) Usar o potencial da relativização das verdades e das culturas como ação educativa no desenvolvimento dos alunos, possibilitando o pensamento crítico diante das certezas prontas/fechadas prevalecentes e compreendendo que não existe uma única resposta diante dos desafios do cotidiano; c) Abertura de caminhos para novas descobertas, refutações e entendimento do mundo dos alunos, através de problematizações, na busca de entendimento das coisas, numa

atitude que investiga e analisa a realidade vivida e de não ter medo diante de outras ideias e vivencias diferentes das suas; d) Contribuir para que o aluno desenvolva sua autonomia de pensamento, habilidade de argumentação, coerência no pensar e nas ações/práticas no cotidiano, facilitando a exposição das próprias ideias e pensamentos; e) Desafiar os alunos na compreensão das coisas que existem, criando hipóteses e colocando-se questionamentos; f) Desenvolver a capacidade de diálogo, vocabulário e linguagem das crianças e adolescentes, para construção de identidades mais solidas, afim de não somente melhor se definir como sujeito, mas também de se diferenciar diante dos outros; g) Realizar vivências e atividades, em grupo e na turma como um todo, de tal modo que no processo a turma constitua-se em uma "Comunidade Filosófica de Investigação" que pensa coletivamente.

Com esse conjunto de princípios pensava-se que os professores poderiam criar caminhos para responder os desafios pelos quais passavam e ajudariam, com a oferta da Filosofia, as e os alunas/os a fazerem o desvelamento sobre sua própria condição, sua existência, sua vida cotidiana, na medida em que os engajassem ativamente no seu próprio processo de desenvolvimento vivido na escola e no mundo que o rodeava.

"Com esse conjunto de princípios pensava-se que as e os professoras/res ajudariam, com a oferta da Filosofia, as e os alunas/os a fazerem o desvelamento sobre sua própria condição, sua existência, sua vida cotidiana"

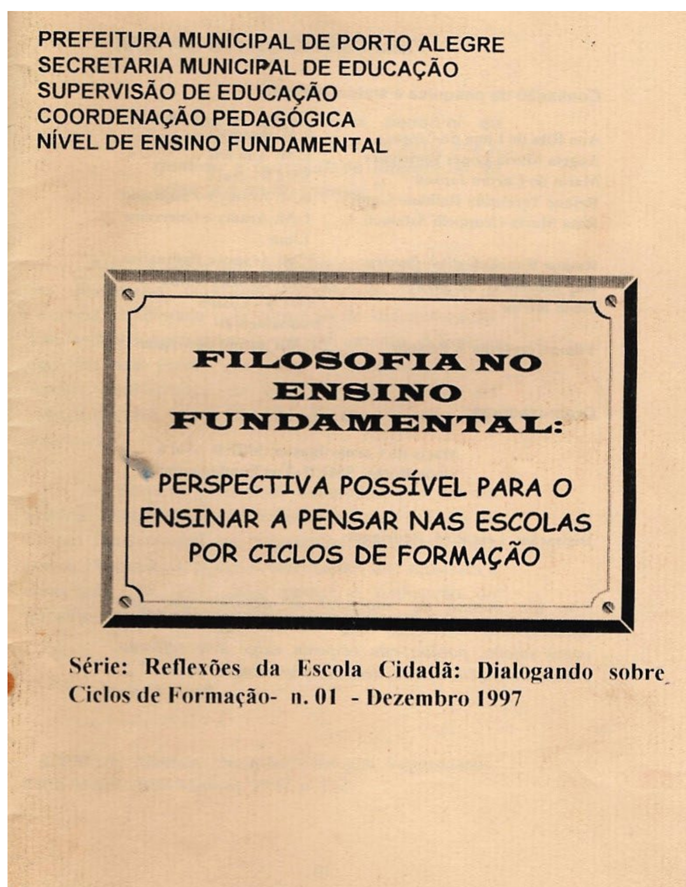
NESSE CONTEXTO, O QUE SE PODE DETACAR DA AÇÃO DESSAS E DESSES PROFESSORES QUE PASSARAM A TRABALHAR COM FILOSOFIA COMO DISCIPLINAS?

SILVIO ROCHA: Tivemos a iniciativa de um grupo de professores em construir sentidos ao trabalho realizado no Componente Curricular Filosofia por meio da elaboração de um Sistema Filosófico para RME. Houve um grande envolvimento por parte dos professores que o assumiram nos primeiros anos de sua implementação. Esses professores eram sujeitos daquela trajetória, sentiam-se implicados com os seus rumos e, obviamente queriam dar respostas à tantas dúvidas, problematizações e incertezas que a prática docente manifestava. Lembro que a questão mais evocada na época era "que questões o componente Filosofia buscará responder para essas crianças de classe popular?"

Havia, ainda a proposição de que os debates e encontros realizados pelos professores de Filosofia na RME gerassem um documento contendo orientações sobre a realização do trabalho com o componente, e, mais precisamente, fosse se constituindo em um Sistema Filosófico da RME perpassado pelas vivencias mobilizadas pelo componente em cada escola, pois era comum nas falas

"Havia a proposição de se constituir um Sistema Filosófico da RME, para abordar as problemáticas de vida trazidas pelas/os alunas/os. Desse construto teórico-prático resultou: "Filosofia no Ensino Fundamental: Perspectiva possível para o ensinar a pensar nas escolas por Ciclos de Formação"."

a necessidade de valorização do trabalho de cada um, a vontade de expor as experiências pessoais e de verbalizar as dificuldades encontradas. Por Sistema Filosófico entendia-se como o movimento que tentava constituir as questões geradoras e seus processos de discussão, para abordar as problemáticas de vida, trazidas pelas/os alunas/os, através de um construto teórico que traduz a visão de mundo do grupo envolvido.


PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
NÍVEL DE ENSINO FUNDAMENTAL

FILOSOFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL:

PERSPECTIVA POSSÍVEL PARA O ENSINAR A PENSAR NAS ESCOLAS POR CICLOS DE FORMAÇÃO

Série: Reflexões da Escola Cidadã: Dialogando sobre Ciclos de Formação- n. 01 - Dezembro 1997

Dessa prática, resultou, em 1997, o documento "Filosofia no Ensino Fundamental: Perspectiva possível para o ensinar a pensar nas escolas por Ciclos de Formação", que foi sistematizado por professores representantes de sete escolas municipais e assessoria pedagógica – um dos primeiros ensaios coletivos produzidos até aquele momento. Na segunda parte, foram agrupadas temáticas significativas que se pensava poderiam vir a ser uma contribuição para se elaborar um Sistema Filosófico para a RME, em torno dos eixos principais: Ética, Mito, Estética e Lógica.

A ideia central não era estabelecer um rol de conteúdos para o componente, pois estávamos rompendo com isso, mas de pô-los em diálogo com a realidade encontrada em cada escola e, nesta relação dialógica, criar as condições que permitissem estudantes, entre si, pensarem de modo critico, racional (dialeticamente) e original. Na prática, se teria três pontos de partida para compor o conhecimento do componente curricular: Temáticas Filosóficas, Representações das e dos alunas/os e os conhecimentos planejados na Organização de Ensino da escola.

> "Nas representações resistentes à Filosofia, falas do tipo: "não devia ser ensinada por que é inútil", "Filosofia é muito abstrata para crianças e adolescentes", "A Filosofia faz a doutrinação ideológica das pessoas", "Para que Filosofia se já tem História?", "Nessa carga horária tem que oferecer mais Português e Matemática""

COMO FOI A RECEPTIVIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DE FILOSOFIA JUNTO ÀS EQUIPES DIRETIVAS, DEMAIS PROFESSORES E ALUNOS DA RME?

SILVIO ROCHA: Em linhas gerais destaco duas posições gerais percebidas na ocasião: A maioria dessas representações manifestavam uma repercussão positiva, dando à Filosofia uma conotação valorativa que, nesta visão, qualificava ainda mais a escola em sua oferta curricular. Outras poucas, resistentes a sua implementação e com uma visão distorcida sobre a Filosofia, colocando-a como algo que estava tomando a carga horária de outras disciplinas "importantes".

Nas representações resistentes destacavam-se falas do tipo: "não devia ser ensinada por que ela é inútil", "Filosofia é muito abstrata para crianças e adolescentes", "A Filosofia faz a doutrinação ideológica das pessoas", "outras disciplinas são mais importantes", "Para que Filosofia se já tem História?", "Nessa carga horária tem que oferecer mais Português e Matemática", dentre outras manifestações.

Já nas representações que apontavam o componente agregando uma qualificação a mais na aprendizagem, apareciam falas como: "A Filosofia vai ajudar as crianças a se expressarem melhor", "as crianças vão aprender a escutar os outros", "vai ajudar a melhorar o comportamento dos alunos", "vão descobrir como responder e enfrentar os problemas da vida", "vão conhecer mais a si mesmos e identificar melhor suas emoções". Aparecia, ainda, falas que abordavam as diferenças de oferta dos componentes curriculares em comparação aos de outras escolas, de outras redes de ensino, já frequentadas pelos alunos, como por exemplo a colhida por uma querida amiga e professora, Gilse Fortes, em um trabalho de pesquisa: "a minha mãe gosta desta escola porque tem filosofia, tem inglês, espanhol, francês, tem teatro. Tem bastante coisa para a gente fazer que não tem nas outras escolas".

Essas duas representações não chegaram a se tornar antagônicas, pois na medida em que o componente curricular foi sendo implementado, e se consolidando uma dinâmica de aula no cotidiano escolar, as resistências foram diminuindo e, ainda que se mantivessem algumas tensões e posturas de determinadas/os professoras/es, as comunidades escolares manifestavam apreço pelas "novidades" introduzidas nas escolas e reconheciam a importância do trabalho e esforço em disponibilizar uma educação pública de qualidade. Podemos dizer que havia um certo orgulho e entusiasmo, por parte dos alunos, de estar participando daquele jeito diferente de fazer escola.

Mesmo nos momentos de tensões, controvérsias e disputas de perspectiva para a escola (que nunca deixaram de existir já que elas expressavam visões e perspectivas sociais distintas), a Filosofia exerceu um relevante papel cidadão na comunidade escolar, por provocar um pensamento problematizador que buscava esclarecer a razão das coisas (inclusive da própria escola) e compreender o complexo jogo sociocultural ali presente.



2_"PROPOSTA PEDAGÓGICA" AUTORITÁRIA DA SMED E A RESISTÊNCIA COLETIVA DAS/DOS TRABALHADORAS/ES EM EDUCAÇÃO

"*Oi, eu tenho 14 anos e sou estudante. Bem, eu queria saber o porque que tão fazendo mudanças sem avisar ou consultar os outros, porque eu quero ter o direito de decidir as coisas sobre o meu futuro... e eu como estudante deveria também votar em algo que vai me afetar.*"

Petherson Tadeu
EMEF Nossa Senhora do Carmo

DOCUMENTO UNIFICADO E ORIENTADOR REJEITA "PROPOSTA PEDAGÓFICA" DA SMED

31 de ago. de 2021
Às equipes de Supervisões e Coordenações Pedagógicas
A ser apresentado nas reuniões dos dias 02 e 03 de set. (GTs SMED)

TRABALHADORES(AS) EM EDUCAÇÃO EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS

A luta das(os) trabalhadoras(es) em educação não se distingue da luta geral dos(as) trabalhadores(as). A condenação à precarização de vida, à miséria, a interdição do acesso aos bens econômicos e sociais impostos à maioria da população não faz distinção a professores(as) e demais trabalhadores(as) em educação. Assim, a luta pela vacina e emprego deve nos mobilizar a estar ao lado dos(as) demais trabalhadores(as) nas frentes de resistência e ofensiva em defesa de salário, carreira, garantia de condições de trabalho.

Nesse sentido, devemos nos associar às lutas gerais, articulando-nos aos demais trabalhadores(as). No nosso campo específico, a defesa por uma educação democrática, pública, gratuita, laica, universal, plural, inclusiva e de qualidade para os(as) filhos(as) das classes populares, deve figurar como uma das nossas principais bandeiras de luta, juntamente com a defesa dos direitos sociais, econômicos, do direito à diversidade e especificidades.

Essa qualidade deve ser socialmente referenciada e atender aos interesses da formação

humana e cidadã, rejeitando os projetos que visam a gestão aos moldes do mercado e formação de capital humano.

NOSSA PROPOSTA É UM PROCESSO DEMOCRÁTICO!

O contexto da pandemia que já se estende por meses à fio, coloca para as escolas e educadoras/es da escola pública grandes desafios, tais como: auxílio na sobrevivência das famílias, manutenção das ações pedagógicas híbridas e sob o ensino remoto, retomada de vínculos, busca ativa, adequação de protocolos, garantia das condições sanitárias e de preservação da vida. Além disso, a adequação das atividades formativas, o manejo de novas tecnologias e o sempre renovado desafio de propiciar as melhores condições possíveis para os aprendizados sob essa realidade.

Sob essa conjuntura, há cerca de pouco mais de duas semanas foi apresentada à RME, através das equipes de Supervisoras e Coordenadores Pedagógicos, uma proposta de reorganização da grade curricular por parte da nova gestão à frente da SMED. Proposta de, em dois meses, com restrita participação de representantes das escolas, fazer uma profunda alteração na organização do currículo das escolas de Educação Infantil, da Educação Fundamental, da Educação Especial e da Educação de Jovens e Adultos, bem como do quadro de recursos humanos, da lógica e do modelo de oferta de atividades escolares.

IDENTIDADE DE REDE SE CONSTRÓI NA DIVERSIDADE E COM GESTÃO DEMOCRÁTICA

A autonomia na construção dos projetos pedagógicos das escolas, com a efetiva participação de toda a comunidade escolar, é uma conquista assegurada em lei, inserida no princípio da gestão democrática. Nesse sentido é prerrogativa da escola discutir sua organização, com base nos eixos:

GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre tem garantidos em lei os instrumentos formais: os conselhos escolares, a eleição direta das direções e o repasse de recursos financeiros; para além de não admitir a perda de nenhum desses instrumentos, é fundamental lutar pela ampliação da democracia participativa na escola e consolidação de uma cultura democrática, que envolva todos os segmentos da escola, tais como os congressos municipais de educação e a garantia do exercício das competências do Conselho Municipal de Educação, bem como a observância pela SMED das normativas exaradas.

CURRÍCULO

A rede municipal, em seus congressos, assumiu uma concepção de currículo que respeita e incluiu, além dos conhecimentos historicamente sistematizados, a cultura e os saberes das comunidades nas quais as escolas estão inseridas; um currículo voltado para a compreensão dos fenômenos naturais e sociais, que instrumentalizam os estudantes para o trabalho e a vida cidadã; nesse sentido, todas as áreas do conhecimento e todas as disciplinas têm igual valor, não se justificando a supremacia e domínio no espaço das grades curriculares de determinadas disciplinas; cabe também

às escolas definirem os conteúdos atitudinais e procedimentais que devem fazer parte da rotina e do horário escolar: alimentação, atividades culturais, enfim, todos os saberes que contribuem para uma vida em sociedade que respeite todas as diferenças e especificidades, e que seja mais justa e solidária.

AVALIAÇÃO

A avaliação é parte do currículo; assim, sua função principal é instrumentalizar para o aprimoramento do planejamento, tanto no nível institucional quanto da aprendizagem dos(as) estudantes; seu foco principal é o aprimoramento das instituições e a regulação das aprendizagens, garantindo a todos(as) o direito à educação; ainda que na dimensão somativa as escolas possam prever casos de reprovação de estudantes que por diferentes motivos não alcançaram as aprendizagens desejadas, a ênfase está no processo de cada um, considerando as especificidades, necessidades e caraterísticas dos(as) educandos(as); neste sentido, rejeitamos rótulos e enquadramentos em avaliações de resultados e nas provas de larga escala.

PRINCÍPIOS DE CONVIVÊNCIA

A socialização e o desenvolvimento de conteúdos atitudinais, que promovam a formação para a vida em grupo é um compromisso das escolas com as novas gerações; a educação para os valores da justiça, da paz, do reconhecimento e respeito às diferenças, especificidades e a diversidade, para a resolução dialogada dos conflitos, para a cidadania que reivindica seus direitos individuais e coletivos está tramada com a transmissão e construção dos demais saberes; essa dimensão do trabalho escolar demanda condições que interpelam outros serviços: rede de apoio social e de saúde aos estudantes e sua família, segurança na escola e na cidade, condições dignas de vida e de trabalho para as comunidades de periferia.

CONSIDERANDO QUE:

_até o momento, não foi apresentado nenhum documento formal por parte da Secretaria de Educação que explicite o marco conceitual, referências legais, fundamentos teóricos, diagnóstico situacional, explicitação da metodologia e transparência sobre processo decisório;

_há carência de justificativas transparentes em relação aos objetivos e formas de execução da chamada "proposta pedagógica";

_ignora-se a legislação que criou o Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre (Lei Municipal 8198) e atribui ao Conselho Municipal de Educação a competência de fixar normas para a estruturação do currículo dos estabelecimentos de ensino;

_há evidente desrespeito às instituições como o Conselho Municipal de Educação e o Fórum Municipal de Educação, órgãos que sequer foram consultados ou são partícipes desse processo;

_não há qualquer observância em relação à obrigação legal dos gestores em implementar um conjunto expressivo de normativas exaradas pelo CME, e que dizem

respeito diretamente ao processo de construção e mudança curricular: Destaque-se o Parecer CME/PoA n.° 40/2018 (Manifesta-se sobre o processo de construção dos referenciais curriculares municipais para o Sistema Municipal de Ensino considerando a Base Nacional Comum Curricular) e a Resolução CME/POA n.° 22/2020, de 17 de dezembro de 2020 (Define as diretrizes, fixa normas e orienta as escolas do Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre para a elaboração do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar);

_a proposta ignora deliberadamente a Lei n.° 8.198 - 18/08/1998 que cria o Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre, e também prevê no art. 16 a realização do Congresso Municipal de Educação como instância máxima de deliberação, "dos princípios norteadores das ações das Escolas da Rede Pública Municipal, a ser realizado, no mínimo uma vez, no período correspondente a cada gestão municipal";

_há uma flagrante e incontestável negação do conceito e do princípio da Gestão Democrática, fundamento constitucional, irrevogável e presente no ordenamento jurídico da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

> **Art. 3°** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> (...) III- pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; (...)
> **Art. 12º** Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
> **I** - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

_não há observância da gestão em relação à Lei Municipal 11.858/15, que institui o Plano Municipal de Educação (PME), 2015-2025, e que estabelece clara e e objetivamente diretrizes e metas a serem cumpridas, inclusive em relação ao debate curricular e proposta pedagógica;

_a proposta desistoriciza a realidade. Ignora os projetos político-pedagógicos existentes e o longo histórico e acúmulo de debates e experiências na RME no tocante ao debate;

_o calendário apresentado não assegura a participação das educadoras e educadores, tampouco da comunidade escolar, ao longo do curto período de processo. Deposita-se toda a responsabilidade em um representante por escola, de um dos seus setores, independente de sua tipologia;

_não há sequer reuniões pedagógicas ordinárias nas escolas nas quais se possa reunir o grupo de educadoras. Nem mesmo os Conselhos Escolares, órgãos máximos nas escolas, serão consultados, no formato proposto;

_não há clima e nem condições para uma discussão produtiva. É inadequado esse debate diante o contexto de pandemia e desafios que vivenciamos nas escolas diariamente;

- a única possibilidade de algum diálogo restringe-se a um dia nas escolas nela há haverá tempo suficiente para leituras, estudos, debates coletivos em profundidade e formulação, escrita e reescrita sobre proposta pedagógica;

_está prevista uma votação online, sem defesa de proposta, e do direito à argumentação e da exposição do contraditório;

_o processo de votação de supostos cenários alternativos, somente de professoras/es, não assegura em si, que a vontade soberana da maioria seja acatada e respeitada pela gestão. Não há qualquer menção nesse sentido em nenhum dos parcos ppts apresentados de forma virtual.

_a data final do cronograma, 15/10, após a votação, contém uma apresentação de resultados. Novamente, sugere-se que haverá uma consulta na rede e a partir desse movimento a SMED tomará a sua decisão.

QUEREMOS E PRECISAMOS FAZER UM CONSISTENTE DEBATE SOBRE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA A RME, PORÉM NÃO NO CONTEXTO ATUAL E SOB AS CONDIÇÕES IMPOSTAS

Desse modo, orientamos a nossa posição coletiva como Rede, nesse conjunto de proposições:

1, rejeição à "Proposta Pedagógica" apresentada: objetivos, método, conteúdo, cronograma e processo decisório;

2. requeremos que a SMED suspenda o cronograma e num momento oportuno prepare o Congresso Municipal de Educação que garanta a participação de forma democrática das comunidades escolares e do Conselho Municipal de Educação, no debate sobre a política curricular;

3. canalização das iniciativas de estudos e diagnósticos em curso nos diferentes grupos da RME, por níveis, modalidades, setores, áreas e componentes curriculares para o processo a ser construído participativamente pelos trabalhadores em educação;

4. fortalecer a identidade de cada escola da rede, retomando seus PPPs na forma de GTs de trabalho por segmento, contemplando a participação coletiva de todos os segmentos da comunidade escolar, sistematizando as propostas num documento único de rede.

ASSINAM ESSE DOCUMENTO:
ATEMPA - Associação dos Trabalhadores em Educação do município de Porto Alegre;
SIMPA - Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, CORES-Educação SIMPA;
Fórum das Direções de EMEFS e Especiais, Supervisores e Coords. Pedagógicos pela Democracia;
CPHIS - Coletivo de Professoras e Professores de História RME/POA;
AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre;
Coletivo de Professoras e Professores de Filosofia RME/POA;
AOERGS - Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul;
ASSERGS - Associação dos Supervisores de Educação do estado do Rio Grande do Sul;
ALF - Associação dos Licenciados em Filosofia;
AMPD - Olimpíada de Filosofia, Associação Mães e Pais pela Democracia.

REFERÊNCIAS:
LDB 9394/96, Diretrizes Curriculares Nacionais, Lei Municipal Complementar n°8198/1998,
Plano Municipal de Educação, Normativas do CME

CARTA FICA FILOSOFIA

COLETIVO DE PROFESSORAS/ES DE FILOSOFIA RME/POA

EM FACE ao projeto de mudança curricular do Ensino Fundamental da Rede Pública de Educação de Porto Alegre, posto em andamento pela atual gestão da prefeitura que, de forma arbitrária e não fundamentada, retira a disciplina de Filosofia do currículo – entre demais mudanças que afetam a Educação Básica pública de qualidade – o Coletivo de professores de Filosofia e suas apoiadores afirmam que rejeitam a proposta pedagógica da SMED, tanto em seu conteúdo quanto em sua forma de manejar o processo. Projeto esse que impede a ampla e irrestrita participação da Comunidade Escolar, a quem se destina o serviço público por direito, e da Comunidade Educacional, que é parte incondicional de qualquer processo de mudança educacional.

Ainda afirmamos que a Filosofia não é apenas mais uma disciplina no currículo escolar. Ela é a mãe de todas as Ciências. Para além, ela está presente nas mais decisivas situações do nosso dia a dia, já que tem como objetivos nos proporcionar: aprender a pensar e a agir de forma racional, prudente e compassiva; argumentar de modo coerente e responsavelmente crítico; escutar atenciosamente as/os outras/os, respeitando as diferenças e, assim, contribuir à construção de um mundo onde os preconceitos possam ser superados; analisar problemas a partir de perspectivas diversas, elaborando soluções criativas para tais; manter uma visão de conjunto diante de situações decisivas em nossas vidas, motivando-nos positivamente para a superação de crises e desafios; internalizar uma postura ética e responsável; desenvolver virtudes e atitudes socialmente benéficas; promover o autoconhecimento; construir um propósito para as nossas vidas, dentre inúmeras outras finalidades educacionais.

Portanto, tirar a Filosofia do currículo escolar não deixa de ser um ato de violência. Isso privará as nossas crianças de uma formação legitimamente 'humana', para que não sejam tratadas como se fossem meros meios para que outros ou o próprio sistema político e econômico vigente atinja os seus objetivos; para que elas não sejam tratadas como máquinas de mão de obra; para que as nossas crianças mantenham a dignidade preservada e para que a realização integral de suas existências seja mantida como prioridade e finalidade das nossas ações educacionais. O que está em jogo é a liberdade, a democracia, a paz, a justiça social, a sustentabilidade, a felicidade. O que está em jogo é a vida de nossas filhas e filhos e de toda nossa descendência em um futuro cada vez mais ameaçado pelos inúmeros desafios que enfrentamos na atualidade, e que exigem que aprendamos a pensar e a agir. Tirar a Filosofia é tirar a vida de dentro do currículo escolar.

Agosto de 2021.

Coletivo de professoras/es e de Filosofia e apoiadoras/es

MANIFESTO DO COLETIVO DE FILOSOFIA ÀS EQUIPES DAS SUPERVISÕES PEDAGÓGICAS

COLETIVO DE PROFESSORAS/ES DE FILOSOFIA RME/POA

VIMOS, na condição de professoras e professoras de nossa Rede que integram o *Coletivo de Professoras e Professores de Filosofia*, nos dirigir às/aos colegas que atuam nas Supervisões Educacionais e representam as suas escolas nos debates sobre a "Nova Proposta Pedagógica" apresentada pela Secretaria Municipal de Educação.

Agradecemos a solidariedade e o empenho manifesto em muitos momentos, inclusive públicos, por parte do grupo das Supervisões, pela manutenção do componente curricular Filosofia no III Ciclo, em um possível cenário alternativo.

Gostaríamos de explicitar muito francamente nossas posições, sobretudo dada a proximidade das datas dos dias 29 e 30, que deve reunir as equipes dos GTs/SMED para definir possíveis alternativas em relação ao cenário oficial. E contamos muito com a parceria de vocês.

1. Reafirmamos nossa demanda central: **a permanência da Filosofia como componente curricular, com a carga horária de dois períodos semanais nos três anos do III Ciclo**, no turno regular de frequência dos estudantes.

2. Um lugar chamado "espaço filosófico", como proposto pela Secretaria, não é o mesmo que Filosofia como componente curricular e haverá perdas para os alunos, portanto, não vemos essa como uma alternativa aceitável.

3. Argumentamos que a Filosofia tem a sua importância e que não deve ser retirada, ainda que outros componentes sejam incluídos.

Desde agosto deste ano, os professores da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre têm recebido informações sobre uma nova proposta pedagógica que a Secretaria Municipal de Ensino de Porto Alegre (SMED) deseja implementar.

Na reportagem da Zero Hora, de 22/09/2021, (*Prefeitura de Porto Alegre propõe excluir Filosofia do currículo escolar; professores reclamam de pouco debate*)[1], podemos ler:

> "A Secretaria Municipal da Educação (Smed) pretende finalizar até 15 de outubro um plano para a reformulação dos currículos escolares do Ensino Fundamental da rede municipal de Porto Alegre. A intenção da prefeitura, ventilada desde julho, é excluir a disciplina de Filosofia dos currículos e aumentar a carga-horária de Português e Matemática do primeiro ao nono ano. Além disso, a alteração curricular estabelece oferta obrigatória de Ensino Religioso e segundo professores que analisaram a proposta, diminui os períodos de História e Geografia."

Na sequência da reportagem podemos ler outra passagem esclarecedora:

[1] Link de acesso à reportagem: *https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2021/09/prefeitura-de-porto-alegre--propoe-excluir-filosofia-do-curriculo-escolar-professores-reclamam-de-pouco-debate-cktw7jjyt003u018g9prjhbch.html*

> "A pasta da Educação apresentou dois cenários que trazem pequenas mudanças entre si em termos de oferta de disciplinas e carga-horária, mas ambos excluem a Filosofia. A disciplina é ministrada desde os anos 1990 na Capital e a Base Nacional Comum Curricular não determina que ela deva ser excluída dos currículos escolares. Ao contrário, as trajetórias escolares das redes municipais devem ser mantidas, o que é confirmado em resolução do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre, editada em 2018."

E na mesma reportagem, podemos ler o registro das palavras de Janaina Audino, Secretária de Educação de Porto Alegre:

> "— Hoje temos somente 27 professores de Filosofia e nem todos estão em sala de aula. Então, é uma discussão muito mais ideológica do que de fato uma intenção de garantir a Filosofia em sala de aula. E como pretendemos trabalhar com projetos, vamos poder trabalhar a criatividade dos alunos, a resolução de problemas num espaço filosófico que vai além do componente curricular — ressalta Audino."

Também lemos no próprio site da SMED[2]:

> "A ação também é necessária, porque é preciso fazer uma adequação do currículo às legislações vigentes, uma vez que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada em 2018 e a rede municipal de ensino da Capital não fez as adaptações. A BNCC consolidou a retirada da Filosofia como componente curricular e, por isso, está sendo criado um espaço filosófico nas escolas de ensino fundamental para uma abordagem transversal na área de ciências humanas."

Dois pontos a serem ressaltados: a afirmação da secretária de que a discussão é **ideológica** e a afirmação publicada pela SMED de que "A BNCC **consolidou a retirada da Filosofia** como componente curricular".

Por que há 27 professores na rede municipal se esse componente curricular começou a ser implantado na Rede Municipal de Ensino ainda na década de 1990? Não seria porque é uma escolha pedagógica deixar de fazer a reposição dos professores para atender as 98 escolas municipais? Lembramos que a Filosofia, enquanto componente curricular, colabora para desenvolver a capacidade de analisar argumentos, apresentar uma defesa razoável de ideias, aperfeiçoar a escuta atenta para uma análise profunda, sofisticar e aprofundar a visão crítica da realidade e entrar em contato com diferentes visões de diferentes autores para ampliar as perspectivas de análise. Estuda-se, nesse componente, processos de *justificação* (em Teoria do Conhecimento), *validade* e *verdade* (em Lógica), noções de *cidadania* (em Ética), enfim. **Deixar de ofertar tudo isso aos alunos não é uma escolha pedagógica?**

Sobre a afirmação da Secretária: "A BNCC consolidou a retirada da Filosofia como componente curricular". Vejamos dois pontos.

Conforme escreve a jornalista Samantha Klein na reportagem citada a

[2] Link de acesso: *https://prefeitura.poa.br/smed/noticias/nova-proposta-pedagogica-segue-em-pauta-na-secretaria-de-educacao*

> "Base Nacional Comum Curricular não determina que ela (a Filosofia) deva ser excluída dos currículos escolares. Ao contrário, as trajetórias escolares das redes municipais devem ser mantidas, o que é confirmado em resolução do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre, editada em 2018."

(1) E ainda, a lei municipal 8.198 (18/08/1998) no artigo 7º, parágrafo 1º, estabelece que:

> §1.º - Toda e qualquer alteração do Plano Municipal de Educação que venha a ferir os princípios já estabelecidos deverá ser aprovado previamente pelo Congresso Municipal de Educação.
>
> Ou seja, precisaríamos ter um Congresso Municipal de Educação para alterar os princípios curriculares já estabelecidos.

(2) O documento da **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC)[3] possui ao longo das suas **600 páginas 26 ocorrências da palavra "Filosofia"**. *Não encontramos em nenhuma das ocorrências dessa palavra neste documento uma interpretação possível para a afirmação de que a BNCC tenha consolidado a retirada da Filosofia.* A seguir veremos todas essas 26 ocorrências com mais detalhes.

Na página 33 a palavra "Filosofia" aparece como um dos componentes que integra as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A página 436 menciona "filosofia seculares de vida", ao abordar a área de ensino religioso.

Na página 437 há quatro ocorrências de "filosofias de vida". Uma para abordar a interculturalidade e a ética da alteridade no âmbito do Ensino Religioso. E três ao abordar competências específicas do Ensino Religioso para o Ensino Fundamental.

A página 439 fala na unidade temática "crenças religiosas e filosofias de vida". Mencionando duas vezes "filosofias de vida".

A página 441 também menciona "filosofias de vida", explicando que nem sempre se ancoram em princípios do universo religioso.

A página 448 menciona a unidade temática "crenças religiosas e filosofias de vida" no Ensino Religioso do 4º ano.

A página 450 menciona a unidade temática "crenças religiosas e filosofias de vida" no Ensino Religioso do 5º ano.

A página 452 menciona a unidade temática "crenças religiosas e filosofias de vida" no Ensino Religioso do 6º ano.

A página 454 menciona a unidade temática "crenças religiosas e filosofias de vida" no Ensino Religioso do 7º ano.

A página 455 menciona "filosofias de vida" na habilidade (EF07ER06) do 7º ano.

A página 456 menciona a unidade temática "crenças religiosas e filosofias de vida" e também "crenças, filosofias de vida e esfera pública" entre os objetos de conhecimento do

[3] Link de acesso: *http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf*

Ensino Religioso do 8º ano.

A página 457 menciona "filosofias de vida" na habilidade (EF08ER02) e também na habilidade (EF08ER04) do 8º ano.

A página 458 menciona a unidade temática "crenças religiosas e filosofias de vida" no Ensino Religioso do 9º ano.

A página 459 menciona "filosofias de vida" na habilidade (EF09ER01) e também na habilidade (EF08ER04) do 9º ano.

Na página 472, a BNCC menciona a Filosofia nestes termos:

> *No Ensino Médio, com a incorporação da Filosofia e da Sociologia, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe o aprofundamento e a ampliação da base conceitual e dos modos de construção da argumentação e sistematização do raciocínio, operacionalizados com base em procedimentos analíticos e interpretativos.*

Na página 476, a BNCC diz:

> *Assim, na formação geral básica, os currículos e as propostas pedagógicas devem garantir as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. Conforme as DCNEM/2018, devem contemplar, sem prejuízo da integração e articulação das diferentes áreas do conhecimento, estudos e práticas de:*
> *(...)*
> *VIII - sociologia e filosofia;*
> *(...)*

Na página 556 menciona "filosofia da ciência" da competência específica 02 de Ciências da Natureza e suas Tecnologias" no Ensino Médio.

Na página 561, a BNCC afirma:

> *A BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza.*

E, por fim, na página 563, quando explica sobre área de Ciências Sociais Humanas e Aplicadas, a BNCC estabelece que:

> *Definir o que seria o tempo é um desafio sobre o qual se debruçaram e se debruçam grandes pensadores de diversas áreas do conhecimento. O tempo é matéria de reflexão na Filosofia, na Física, na Matemática, na Biologia, na História, na Sociologia e em outras áreas do saber.*

A **Filosofia** é composta por **diversas áreas.** Brevemente, podemos destacar que em **Teoria do Conhecimento** estudamos a diferença entre *conhecimento* e *opinião*, processos de *justificação* de crenças, o papel da experiência e da razão na *origem* do conhecimento. Em **Lógica** estudamos a noção de *contradição*, aprendemos a investigar a *validade* dos argumentos, reconhecer *falácias* e desenvolvemos a capacidade de argumentar com clareza e rigor. Em **Ética** estudamos nosso *papel social*, possíveis obrigações em relação ao nosso próximo, aprofundamos e sofisticamos análises sobre o conceito de *justiça* e buscamos saber como devemos agir para sermos melhores diante da sociedade e da nossa própria *consciência*. Em **Filosofia Política** estudamos os argumentos que justificam a formação do *Estado*, investigamos a própria necessidade do Estado e nos abrimos para saber se ele deve existir e, em caso afirmativo, quais deveriam ser seus limites e obrigações. Em **Metafísica** investigamos as relações entre *essência* e *aparência*, buscamos compreender a nossa realidade, visando uma maior consciência de nós mesmos.

Enfim, as vinte ocorrências de "filosofia de vida" na BNCC não englobam toda a potência da Filosofia e nem consolidam a sua retirada como componente curricular do Ensino Fundamental. Em tempo, é preciso lembrar, ademais, que o parecer 40/2018 do CME atualiza e analisa a BNCC, este é o norteador da Rede Municipal. E tal processo precisa ser considerado pela gestão municipal.

Em Porto Alegre muitas escolas da rede privada oferecem Filosofia como componente curricular no Ensino Fundamental: Farroupilha (embora na sua apresentação no dia 28/09/2021 a Secretária Janaina tenha mostrado um slide dizendo que não tem), escolas da Rede Marista (Marista Rosário, Marista Assunção, Marista Ipanema, Marista São Pedro,...), escolas da Rede La Salle (La Salle Dores, La Salle Santo Antônio, La Salle São João ...), Israelita, Santa Inês, Bom Conselho, Sevigné, Santa Cecília, João Paulo I... Estariam essas escolas *irregulares* ou *obsoletas* por oferecerem tal componente?

Ademais, as competências que a UNESCO[4] aponta como importantes para o profissional do futuro dialogam muito com as competências que a Filosofia pode viabilizar. É importante que os alunos da Rede Municipal também tenham acesso a objetos de conhecimento e competências que os possibilitem ampla e qualificada inserção no mundo. É o que queremos. É o que esperamos que todos queiram.



[4] Link de acesso: *http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf*

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E A PERMANÊNCIA DA FILOSOFIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

COLETIVO DE PROFESSORAS/ES DE FILOSOFIA RME/POA

A SECRETARIA MUNICIPAL de Ensino de Porto Alegre (SMED) deseja implementar uma nova grade curricular. Na reportagem da ZH, de 22 de setembro de 2021, *Prefeitura de Porto Alegre propõe excluir Filosofia do currículo escolar; professores reclamam de pouco debate*, podemos ler "A pasta da Educação apresentou dois cenários que trazem pequenas mudanças entre si em termos de oferta de disciplinas e carga-horária, mas ambos excluem a Filosofia. A disciplina é ministrada desde os anos 1990 na Capital e a Base Nacional Comum Curricular não determina que ela deva ser excluída dos currículos escolares. Ao contrário, as trajetórias escolares das redes municipais devem ser mantidas, o que é confirmado em resolução do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre, editada em 2018". Na reportagem ainda lemos: "Hoje temos somente 27 professores de Filosofia e nem todos estão em sala de aula. Então, é uma discussão muito mais ideológica do que de fato uma intenção de garantir a Filosofia em sala de aula". No site da SMED também lemos: "A ação também é necessária, porque é preciso fazer uma adequação do currículo às legislações vigentes, uma vez que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada em 2018 e a rede municipal de ensino da Capital não fez as adaptações. A BNCC consolidou a retirada da Filosofia como componente curricular e, por isso, está sendo criado um espaço filosófico nas escolas de ensino fundamental para uma abordagem transversal na área de ciências humanas".

Por que há 27 professores na rede municipal se esse componente curricular começou a ser implantado na rede municipal de ensino ainda na década de 90? Não seria porque é uma escolha pedagógica deixar de fazer a reposição dos professores para atender as 98 escolas municipais? A lei municipal 8.198 (18/08/1998) no artigo 7º, parágrafo 1º, estabelece que "Toda e qualquer alteração do Plano Municipal de Educação que venha a ferir os princípios já estabelecidos deverá ser aprovado previamente pelo Congresso Municipal de Educação." Além disso, o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) possui ao longo das suas 600 páginas 26 ocorrências da palavra "filosofia". Não encontramos em nenhuma das ocorrências dessa palavra neste documento uma interpretação possível para a afirmação de que ela tenha consolidado a retirada da Filosofia. Pelo menos 19 ocorrências do termo "filosofia" surge em "filosofias de vida", quando a BNCC aborda o Ensino Religioso. Gostaríamos de reafirmar o nosso respeito pelo Ensino Religioso, contudo, todas as menções à "filosofia de vida" na BNCC não englobam toda a potência da Filosofia e nem consolidam a sua retirada como componente curricular do Ensino Fundamental.

A Filosofia é composta por diversas áreas. Brevemente, podemos destacar que em *Teoria do Conhecimento* estudamos a diferença entre *conhecimento e opinião*, processos de *justificação* de crenças, o papel da experiência e da razão na *origem* do conhecimento. Em *Lógica* estudamos a noção de *contradição*, aprendemos a investigar a *validade* dos argumentos, reconhecer *falácias* e desenvolvemos a capacidade de argumentar com clareza e rigor. Em *Ética* estudamos nosso *papel social*, possíveis obrigações em relação ao nosso

próximo, aprofundamos e sofisticamos análises sobre o conceito de *justiça* e buscamos saber como devemos agir para sermos melhores diante da sociedade e da nossa própria *consciência*. Em *Filosofia Política* estudamos os argumentos que justificam a formação do *Estado*, investigamos a própria necessidade do Estado e abrimo-nos para saber se ele deve existir e, em caso afirmativo, quais deveriam ser seus limites. Em *Metafísica* investigamos as relações entre *essência* e *aparência*, buscamos compreender a nossa realidade, visando uma maior consciência de nós mesmos.

Em Porto Alegre muitas escolas da rede privada oferecem Filosofia como componente curricular no Ensino Fundamental. Em um levantamento preliminar mapeamos 20 escolas: Farroupilha (embora na sua apresentação no dia 28/09/2021 a Secretária Janaina tenha mostrado um slide dizendo que não tem), Marista Rosário, Marista Assunção, Marista Ipanema, Marista São Pedro, Marista Champagnat, La Salle Dores, La Salle Santo Antônio, La Salle São João, La Salle Pão dos Pobres, La Salle Esmeralda, Israelita, Santa Inês, Bom Conselho, Sévigné, Santa Cecília, João Paulo I, Maria Imaculada Medianeira, Monteiro Lobato e CID (Centro Integrado de Desenvolvimento). Estariam essas escolas *irregulares* ou *obsoletas* por oferecerem tal componente?





3_FICA FILOSOFIA! NA IMPRENSA E NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

> *A filosofia é muito importante para nós, ela ajuda a desvendar os mistérios e histórias de nossa existência, e compreender o porque e a razão fundamental para tudo o que existe.*
>
> Juan Fragoso Machado
> EMEF Saint Hilaire

EDUCADORAS/ES REJEITAM A "PROPOSTA PEDAGÓGICA" E O CRONOOGRAMA APRESENTADO PELA SMED

ATEMPA

Publicado nas redes socias da ATEMPA, em 18 de ago. de 2021

De antemão, é importante afirmar que as aspas utilizadas na expressão "Proposta Pedagógica" significam o desacordo em chamar de "proposta pedagógica" o que vem sendo imposto pela SMED de Melo e Janaína.

É importante salientar que em nenhum momento as/os educadoras/es foram consultadas/os ou chamadas/os para construírem, de forma democrática e eficiente, nova proposta pedagógica para a Rede Municipal de Ensino, apesar de o discurso da SMED e do governo afirmarem o contrário, falsamente indicando diálogo e abertura para que os verdadeiros conhecedores do assunto, os docentes da RME, apresentem uma proposta coerente e consiste com as realidades das comunidades escolares. Sabemos que, de fundo, sequer é essa a intenção, visto que a RME tem uma proposta vigente a ser fortalecida e retomada, enquanto a "nova proposta pedagógica " da SMED traz retrocesso e sérios prejuízos pedagógicos.

Como educadoras/es comprometidas/os com a educação 100% pública, plural, laica e emancipadora, afirmamos que a "Proposta Pedagógica" apresentada pela SMED não contempla nossos valores e não vão ao encontro das comunidades que atendemos. Pelo contrário, trata-se de uma proposta de cerceamento do pensamento crítico, que vai ao encontro dos propósitos de uma educação mercadológica, voltada ao produtivismo e a índices de avaliações de larga escala, como o IDEB, que desconsideram elementos fundamentais

das práticas escolares, como as realidades socioeconômicas e culturais de nossos/as alunos/as. É mais uma ferramenta do projeto neoliberal cujo intuito é rebaixar o nível de vida e de trabalho da classe trabalhadora, hierarquizando conhecimentos e distanciando a educação de qualidade daqueles que vivem nas periferias e dependem da educação pública. Isso coloca, na perspectiva da juventude, empregos cada vez mais precarizados, com salários e direitos rebaixados.

Para o prefeito Sebastião Melo e para a Secretária Janaína Audino, a educação pública de qualidade para todos e todas não é prioridade. Querem aumentar as parcerias privadas, colocando sempre o lucro em primeiro lugar. Os projetos e turno integral não são mais ofertados nas escolas municipais desde a nova rotina, foram terceirizados com parceiros, reduzindo, assim, as atividades de contraturno e número de estudantes atendidos/as. Agora, incidem na retirada das professoras volantes nos I e II ciclos para incluir "Projetos Temáticos" no currículo, sem especificar quem irá exercer tal atividade. Tentam também banir o ensino de Filosofia e fazer definharem a História e a Geografia. As mudanças impostas, somadas aos demais ataques, como a Nova Rotina Escolar, aprofundam o desmonte de conquistas da RME.

Não há fundamentação pedagógica para essa proposta. Há apelo mercadológico, que visa a transformação da educação municipal em um negócio – bom para poucos! Desconsidera o histórico da Rede Municipal, organizada por ciclos de aprendizagem, que carregam consigo princípios da educação pública democrática e popular. A retirada da Filosofia do currículo é inconcebível, assim como a diminuição da carga horária das disciplinas de História e Geografia e a subtração da língua estrangeira nas B10 e B20 (4° e 5° anos). As mudanças propostas vão contra ao que já foi construído até aqui, enquanto política pedagógica de rede, com base científica e aporte acadêmico. A proposta para a Educação Especial não leva em conta as especificidades dos/as alunos/as, padroniza o que não pode, nem deve ser padronizado. Vai ao encontro das políticas apresentadas e verbalizadas pelo governo Bolsonaro, o qual ignora todos os avanços já conquistados na área. Nossa posição é contrária a esse projeto e sua "Proposta Pedagógica$". Nenhuma disciplina a menos, nenhuma carga horária reduzida, nenhum conhecimento subtraído ou hierarquizado, nenhum/a estudante a menos, pelo investimento no pensamento crítico e na autonomia intelectual de todos.

Para a educação pública municipal, nesse momento de pandemia, ainda, é fundamental a ampla construção de um currículo emergencial. É também essencial que tenhamos condições de trabalho e estudo remoto garantidos, com internet e equipamentos para isso, assim como condições sanitárias seguras e cientificamente aprovadas para o trabalho e estudo presenciais. Exigimos alimentação digna, renda, emprego, saúde e vacina para todos/as nas comunidades escolares.

Precisamos debater e organizar nossa resistência diante de mais esse ataque, resgatando e reivindicando nossos princípios e valores.

Em defesa da gestão democrática! Contra a imposição curricular e o autoritarismo do governo Melo/Janaína!

Por uma proposta curricular construída de forma ampla, por quem está no cotidiano das escolas e tem conhecimento!

EM DEFESA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA!
#Atempapralutar

O QUE ACONTECE NA EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE?

MARCO MELLO
Prof. e Coord. Pedagógico EMEF Saint Hilaire
Publicado nas redes sociais da ATEMPA como Artigo de Opinião em 28 set 2021

Era em torno das 17h. Fazia calor primaveril e ali estávamos no pátio da escola, em círculo, para aproveitar o frescor do vento que arejava a EMEF Profa. Judith Macedo de Araújo, no Morro da Cruz, com apenas dois prédios de madeiras, modelo "Brizoletas". Lembro-me como se hoje fosse das palavras entusiasmadas da colega da Orientação Educacional, que entregava folhas mimeografadas e fazia relato de sua participação, como uma das eleitas para representar a escola, em mais uma rodada do processo do Congresso Constituinte Escolar, que entre 1994 e 1995, com ampla participação de mais de 500 delegados/as, de todos os segmentos das comunidades escolares, construiu as diretrizes básicas e princípios de reconstrução curricular que colocaria Porto Alegre no mapa das melhores e mais bem sucedidas experiências educacionais em uma rede pública.

Este fragmento da memória é disparador que recupero para lembrar do processo que gerou a iniciativa da gestão municipal, sob a Administração Popular, de construir e implementar a Proposta Pedagógica dos Ciclos de Formação (EF), das Totalidades de Conhecimento (EJA) e da Educação Infantil junto às escolas municipais da capital gaúcha. De lá para lá certamente mudou o mundo, mudamos todos nós, mas cada vez me parece mais necessário recuperar essa caminhada. Depois de vivenciar ativamente a gênese, apogeu e o declínio do projeto da Escola Cidadã, que projetou Porto Alegre além fronteira como uma política educacional inclusiva, progressista e eficaz, é com estarrecimento e indignação que somos assolados por tentativa de mudanças, sob a condução da nova equipe à frente Secretária Municipal de Educação.

Entre 2005 e 2020, tivemos uma sucessão de administrações que se sucederam à frente da educação municipal, entre governos trabalhistas e mais recentemente psdebista, e à despeito de suas particularidades e marcas de gestão, todos mantiveram o respeito à autonomia das escolas na manutenção de seus projetos e construções curriculares, em que pese tenham paulatinamente minguado os recursos, a formação de professores e o investimento na renovação da proposta existente, que por certo tem limites e contradições e precisa ser qualificada. Mas, pergunto, como uma "Nova Proposta Pedagógica" pode prosperar sem a participação de quem faz a educação acontecer?

São quase 19h, e aguardo, com outras/os colegas das Coordenações Pedagógicas para entrar na reunião virtual organizada pela SMED. Repasso as perguntas que foram levantadas na escola pelos colegas com o intuito de apresentá-las na busca de respostas: qual a urgência de fazer uma mudança sem um processo de estudos e debates amplos? Em dois meses apenas, sob uma pandemia? Por que o Conselho Municipal de Educação não está sendo ouvido? Por que só Supervisoras/es das escolas participam? Por que o veto à participação das comunidades e Conselho Escolares? Por que não está sendo convocado o Congresso Municipal de Educação? Por que as normativas legais não estão sendo observadas? Por que não há transparência em relação ao processo decisório?

Perguntas ainda sem respostas. O que acontece na Educação de Porto Alegre?

A INTEMPESTIVA REFORMA EDUCACIONAL EM PORTO ALEGRE

ANDRÉ PARES
Prof. de Filosofia na EMEF Nossa Senhora do Carmo e Jornalista

Publicado no Jornal do Comércio. 28 set. 2021.

A gestão atual da Secretaria Municipal de Educação - SMED, do prefeito Sebastião Melo, quer mudar o currículo das Escolas Públicas de Porto Alegre. A Proposta Pedagógica da secretária Janaína Audino retira da escola a disciplina de Filosofia, corta pela metade Ciências, Geografia, História e aumenta horas de Matemática e Português. O processo que implanta uma transformação substancial do currículo não tem participação de professoras e professores, de estudantes, de famílias, de Conselhos Escolares, nem do Conselho Municipal de Educação. Mudanças são bem-vindas, ainda mais no contexto dinâmico da Educação. Todavia, esta da prefeitura incorre necessariamente em uma série de problemas. Podemos dividi-los aqui – afora análises teóricas, jurídicas ou éticas (sobretudo) que caberiam – em forma e conteúdo.

Da forma, o problema é evidente em se tratando de administração pública em regime democrático: a proposta é abrupta e unilateral. Surge sem contextualização, justificativa, metodologia e nem fundamentação teórica, em uma apresentação de PowerPoint de cinco lâminas. Com cronograma exíguo, alija aqueles implicados diretamente na mudança: a comunidade escolar, que tem num de seus principais direitos exatamente o de uma Educação Pública de qualidade - sem perdas. Exclui, ainda, os Conselhos Escolares e o Municipal, quem institucionalmente deve participar de processos de transformação educacional. Em conteúdo, a proposta da SMED expressa complementarmente à intempestividade, a sua inconsistência - justamente - pedagógica. Sem a maquiagem de template eletrônico, ela é. em suma, uma ânsia de mudar a grade curricular.

O que se revela é a anacrônica operação de um maquinário para redução de direitos. Só que aqui, essa nova velha ordem econômica que a SMED tenta fazer brilhar em redes sociais (apenas), tem consequências nefastas na Educação como Campo Social. Retirar carga horária escolar é mais do que caçar (de novo) matérias "indesejadas" na Educação Básica: é deslegitimar, na base, Campos Sociais de produção de conhecimento. Medo de Filosofa. Ciências. História, Geografia e - mais baixo ainda - do acesso que crianças, adolescentes, jovens e adultos possam ter a esses conteúdos, é acenar, completamente fora de hora e propósito, para uma sociedade retrógrada, desigual e violenta, que ninguém suporta mais.

O Sistema Municipal de Educação - inclusa a Filosofia como disciplina - é uma conquista histórica da população porto-alegrense. Ao desconfigurá-lo, em plena pandemia de Coronavírus, na qual não oferece nenhum plano de acesso remoto às comunidades e ignora protocolos sanitários sérios nas escolas, a inaptidão demonstrada por essa gestão se transforma em hostilidade às pessoas e desdém ao reconhecido histórico da Educação de Perto Alegre.

PORTO ALEGRE E A ESCALADA AUTORITÁRIA DO MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO:

A NOVA "PROPOSTA PEDAGÓGICA" LEVADA A CABO POR JANAÍA AUDINO DEFENDE: ESTADO MÍNIMO E UMA ESCOLA POBRE PARA OS POBRES

MARCO MELLO
EMEF Saint Hilaire
Publicado no Jornal Brasil de Fato RS em 28 de set. 2021



Janaina Audino é vinculada ao Movimento Todos pela Educação, expressão mais acabada da ação lobista e do empresariado para privatizar a educação – Divulgação

Nas últimas semanas ganhou espaço nas mídias sociais, e mesmo em parcela da chamada "grande imprensa", o impacto da reforma curricular proposta pela atual gestora à frente da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, Janaína Audino, sob o comando de Sebastião Melo (MDB).

O símbolo da insensatez da mudança pretendida: a retirada sumária da disciplina de Filosofia, nas quase 50 escolas de Ensino Fundamental. Afinal, por que pensar se temos um Messias lá e uma gerente aqui a orientar o caminho para o abismo?

As mudanças pretendidas são, todavia, bem mais amplas do que em relação à Filosofia: redução significativa da carga horária de História, Geografia, Inglês, Espanhol e Ciências – para contemplar o aumento da carga horária de Matemática e Língua Portuguesa, e assim atender aos ditames da meritocracia e a realização de avaliações externas padronizadas para melhorar os Indicadores de Desempenho (IDEB), mantra do empresariado para atestar "qualidade" da educação pública. Some-se a isso o retorno de avaliações classificatórias, a retomada da oferta do Ensino Religioso, e a porta escancarada para parcerias com o empresariado e o terceiro setor através de "projetos temáticos", voltados à "inovação".

ESCALADA AUTORITÁRIA

Sob a chancela da escalada autoritária expressa pelo bolsonarismo e a extrema-direita neofascista, por que discutir, debater, assegurar participação de professoras/es e das comunidades escolares nos destinos da educação pública? O pragmatismo passa a imperar sobre a realidade, sobre princípios político-pedagógicos e normas legais existentes. Janaína Audino e sua equipe – em plena pandemia – viram as costas às necessidades das comunidades

e atropelam celeremente a cidadania sem cerimônia ou remorso, ferem a autonomia das escolas, ignoram sumariamente a instituição reguladora do Sistema Educacional, o Conselho Municipal de Educação, órgão plural que sequer foi consultado e tem suas normativas ignoradas. Em dois meses, querem impor seu programa de governo à ferro e fogo para, evidentemente, demitir e remanejar recursos humanos em nome das "entregas" de uma "nova educação".

No horizonte, sob uma farsa de consulta popular e regras absolutamente viciadas, que beiram o escárnio, pouco mais do que algumas dezenas de supervisoras das escolas são chamadas a debater e coagidas a validar uma nova grade curricular, que deverá por sua vez levar a referenciais curriculares de alinhamento acrítico à BNCC (Base Nacional Curricular Comum) e o RCG (Referencial Curricular Gaúcho): uma verdadeira lei da mordaça voltada a inibir a possibilidade de pensamento crítico e transformador.

O espaço relativo de ressignificação e resistências aos desmandos e tentativas de mudanças nas políticas curriculares que asseguraram que a educação em Porto Alegre sobrevivesse aos desmandos do populismo e do tucanato, parece agora encontrar um desafio de outro tipo. E talvez fosse importante conhecermos um pouco mais do perfil da gestora em foco.

QUEM É JANAÍNA AUDINO?

Janaina Franciscato Audino é um quadro técnico vinculado ao Movimento Todos pela Educação – expressão mais acabada da ação lobista e do empresariado na direção da privatização e da adequação da educação aos interesses do mercado, buscando instituir o modelo de gestão empresarial como parâmetro para os sistemas públicos de ensino.

Apadrinhada pelo grupo RBS, trabalhou na Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (FMSS), e foi Executiva do Instituto JAMA em Porto Alegre, organização de coaching/consultoria, similar a Itaú Social, Fundação Unibanco, Fund. Bradesco, Fundação Lehmann. É também um quadro com formação acadêmica. Fez seu mestrado e doutorado na Unisinos, justamente focando nos indicadores do IDEB na Rede Pública Estadual, transformado em verdadeira obsessão. Foi Assessora Pedagógica junto a SEDUC nas gestões de Yeda Crusius e Germano Rigotto. Na última década fez um deslocamento tático, depois desse treinamento inicial, se apresentando como "Consultora em Gestão Educacional".

Na SMED, acompanhou como consultora a experiência de implantação do Lumiar e vem desde 2018, através de parceria ESPM/JAMA, atuando nos cursos de formação para direções das escolas iniciados pela gestão psdebista de Marchezan/Adriano Naves.
Temos, portanto, em Porto Alegre, uma expressão do que academicamente vem se chamando de um "gerencialismo educacional", que visa suplantar o paradigma da gestão democrática. Esse acento tecnocrata explica o foco da secretária em centrar suas ações em diretores e supervisoras. A peonada, o operariado tem que cumprir as ordens do andar de cima, bem típico de uma reengenharia empresarial.

A "nova proposta pedagógica" levada a cabo por Janaína Audino e seus "colaboradores", embora aparente amadorismo e inconsistência, é absolutamente coerente e sintonizada com a estratégia preconizada pelas agendas do Banco Mundial e da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para a educação: Estado Mínimo e uma escola pobre para os pobres.

RESISTÊNCIA E LUTA

Nenhuma das 99 escolas da Rede de Porto Alegre acolheram a proposta da secretária Janaina. Mais de 15 entidades representativas do campo educacional organizado, a partir da iniciativa da ATEMPA – Associação dos Trabalhadores em Educação do Município -, rejeitaram

cronograma, concepção, prazos e método da "nova proposta". Conselhos escolares entram com ação coletiva requerendo esclarecimentos e a suspeição da votação de "cenários" prevista para a próxima semana. Há denúncia em curso, de desrespeito à legislação local, junto ao Ministério Público Estadual. O Conselho Municipal, instado, anuncia para os próximos dias resolução que visa barrar a iniciativa tresloucada que ignora a necessidade, por exemplo, de chamar o Congresso Municipal de Educação para empreitada dessa envergadura.

VENCEREMOS? QUERO CRER QUE SIM

O que está em jogo não é uma grade curricular. O que está em jogo não são "apenas" expressões de resultados. O que está em jogo são projetos de formação humana, do papel da educação e da escola pública, bem como da própria liberdade de ensino.

Diante da ameaça da barbárie e do neofascismo, evoco o sempre querido Paulo Freire, andarilho da utopia e cidadão do mundo, que fez cem anos há poucos dias. Ele continua do lado esquerdo do peito a nos inspirar nas boas lutas. Eles e elas passarão.

O QUE O FIM DA FILOSOFIA NA GRADE ESCOLAR TEM A VER COM FELICIDADE

CRISTINA BONORINO
Imunologista, professora da UFCSPA
Publicado no Jornal Zero Hora, em 23 set. 2021

A prefeitura de Porto Alegre propôs excluir o ensino de filosofia do currículo das escolas. O resultado de educar sem aprender com os grandes pensadores seria um futuro infeliz

Quando Laurie Santos, professora de Yale, decidiu montar um curso sobre a ciência da felicidade, ela não imaginou que a procura fosse de milhares de alunos – teve que lecionar no teatro da universidade. O cerne do curso era entender por que as pessoas, quando alcançavam seus sonhos, não ficavam completamente felizes. Era como se os desejos e expectativas da vida moderna se opusessem e os puxassem para lados diferentes – como conciliar isso?

O curso virou o podcast The Hapinness Lab, com milhões de assinantes no mundo. A primeira versão, em 2019, explorou o que a ciência traz de novidade sobre o tema. Mas, em 2020, Laurie não pôde se esquivar de trazer a origem de todas as ideias científicas debatidas no programa. Para a surpresa de muitos, as respostas a muitas das questões atuais já haviam sido introduzidas há séculos.

Há 2500 anos, na Grécia, o trabalho de um grupo de pessoas muito inteligentes foi pensar sobre questões essenciais. Não eram perfeitos; não havia mulheres. Mas alguns indivíduos excepcionais deixaram contribuições eternas. Por exemplo, Aristóteles – meu "santo padroeiro". Seu interesse atual é a pandemia (ciências biológicas)? Aristóteles criou esse campo. Ou as viagens ao espaço (física)? Aristóteles. Ou só quer saber de dramas e comédias da Nextflix? Vamos ver: Aristóteles, na *Poética*!

Mas é nos volumes da *Ética* que ele traz a imagem do cocheiro tentando dominar dois cavalos que não se alinham, e as ideias de como harmonizá-los para conseguir chegar ao destino – a felicidade. Para ele, existe um caminho para ser uma pessoa melhor: agir de forma a melhorar a vida dos que nos cercam. Para Aristóteles, encontrar seu verdadeiro espírito – seu *daimon* – vem de praticar atos que resultem em ciclos de proporcionar bem-estar e senti-lo – em si e nos demais. Muitas das ideias que os gregos clássicos deixaram para o Ocidente já haviam sido exploradas por filósofos no Oriente – de Lao Tzu a Confúcio, muito estava lá.

Escrevo isso porque a prefeitura de Porto Alegre propôs excluir o ensino de filosofia do currículo escolar. O resultado de educar sem aprender com os grandes pensadores seria – vamos pensar – um futuro infeliz. Em que todos, mesmo líderes de países, não se importassem com o bem-estar dos demais.

Em que decisões fossem tomadas pensando apenas no privilégio de poucos. Em que presidentes fossem escolhidos para serem bufões em nível internacional, cujas trapalhadas tivessem consequências funestas, e servissem para desviar a atenção enquanto alguns poucos se aproveitam. É esse o futuro que você quer para seus filhos?

Em tempo: Aristóteles dedica os dois últimos capítulos da sua *Ética* para a importância dos amigos na sua vida – algo que os budistas já tinham descoberto, milênios antes. Um curso de filosofia não só te ensina sobre o mundo, mas garante um ótimo papo para o próximo café. Confere lá, prefeito!

FICA FILOSOFIA!

"A tentativa de retirar a Filosofia da Escola Pública
tem algo de insensatez, de autoritarismo e de covardia"

MARCO MELLO E ANDRÉ PARES
Profes EMEFs EMEF Saint Hilaire e Nossa Senhora do Carmo
Publicado no Jornal Brasil de Fato BR, em 14 de out. 2021



"O fim da Filosofia nas escolas virou obstinação para os gestores agrupados em torno da Aliança Conservadora" – Foto Marco Mello

Ela é *pop*. Ela é *cult*. Ela é *in*. Cotejada, ela nunca granjeou tanto prestígio social. Está nos programas de tv aberta, nos podcasts, no topo da lista dos livros mais vendidos. Alguns de seus divulgadores chegam a centenas de milhares de seguidores nas redes sociais. A partir dela, intelectuais de todas as matizes e marcadores identitários esbanjam talento e lucidez – por vezes, um oásis em meio ao deserto árido e escaldante. Em meio ao cenário polarizado politicamente que nos inserimos, seria ela uma das poucas unanimidades? Ledo engano, vejamos alguns dos porquês.

UM PARADOXO: AMPLIA E REDUZ?

Se a Filosofia está tão presente na vida social e é tão aceita entre as camadas médias e intelectualizadas, o que explicaria seu banimento em uma Rede Pública de Educação, em uma capital, como é o caso de Porto Alegre, que a introduziu há cerca de um quarto de século, com enorme sucesso, que extrapolou fronteiras como exemplo de educação pública de qualidade?

Historicamente, em um país tão afeito a golpes e restrição às liberdades democráticas, assentado em séculos de escravismo, relações patriarcais e servilismo, a Filosofia precisa ciclicamente lutar pelo direito de existir, contrariando o desejo e o sonho dourado das classes dominantes. Sob a conjuntura da ascensão da "nova direita" e do neofascismo, mais uma vez ela é posta em questão. Desta vez, alinhando a política nacional da "bolsonariedade" com a gestão negacionista e de direita de Sebastião Melo (MDB) e sua secretária de Educação, Janaina Audino, representante puro sangue dos interesses do capital e bancada pelo Partido Novo (PN).

EDUCAÇÃO: MORADA DA FILOSOFIA

Filosofia escolar não é aconselhamento, nem tampouco autoajuda ou uma genérica introdução à "filosofia de vida" e ensino de "valores" em visão idealizada. Muito menos Ensino Religioso, que agora é revitalizado pelo fundamentalismo cristão de direita e seus asseclas, na busca de solapar a laicidade da Educação Pública. Desde 1995 a disciplina de Filosofia é assegurada nas cerca de 50 escolas da Rede Municipal de Educação - RME organizadas por Ciclos de Formação junto aos últimos anos do Ensino Fundamental. Gestões que se sucederam, após o período das Administrações Populares (1989-2004) tentaram desidratar a iniciativa, não realizando concursos específicos para os cargos vagos e deixando de lado a formação docente.

NO REINO DA FAKE NEWS E DA PÓS-VERDADE ESTÁ A MENTIRA

A lógica é um dos campos mais importantes do saber filosófico. Dela deriva a construção de premissas, argumentos válidos, conclusões em conexão. Entretanto, há a diplomacia em argumentos válidos e consistentes, espaço do diálogo e debate respeitoso funciona no mundo ideal, a racionalidade se sobrepondo às paixões na vida real, gestores fascinados pelo fascismo delirante impõe-se com o argumento da autoridade e com o primado da política fazem das fake news e da mentira uma banalidade, que vira ética orgulhosa a reger a plebe. Assim é a desastrosa tentativa de imposição de uma "nova proposta pedagógica" da secretária Audino. A enganação, o embuste, a manobra e o ardil de prazos exíguos, um processo sem regras claras, a baixíssima (pra não dizer nenhuma) participação – compõe a

chamada pós-verdade que rege a educação que querem as senhoras e senhores da casa-grande.

APOLOGIA AO EGOÍSMO

Janaina Audino, obstinada em implementar a privatização e o desmonte da educação pública na capital gaúcha, não por acaso, em sua tese de doutoramento em educação em torno dos indicadores educacionais na Rede Estadual de Ensino, defendida em 2020, inicia citando longamente um trecho de A virtude do egoísmo: o princípio racional da ética objetivista (1964), compilado requentado de uma renegada soviética e apropriado dos liberais pragmáticos, a partir de um conjunto de conferências da filósofa russo-americana Ayn Rand, fundadora da escola filosófica do Objetivismo, que aqui se aproxima do neopragmatismo. Diante de uma ética de apologia ao egoísmo e de crítica radical ao altruísmo e alteridade, para que Filosofia?

ESMAGAR A FILOSOFIA: A MINORIDADE DESEJADA

Audino dá continuidade à agenda de Naves de Brito, titular da pasta da educação na gestão Marchezan Jr. (PSDB). Pós-Doutor em Filosofia e professor acadêmico, seu caso foi um retrato acabado de algo aparentemente inexplicável: de um filósofo que não gosta de Filosofia, tampouco de professores de Filosofia, e que nada fez para reabilitá-la. Ao contrário, seu principal legado foi a imposição de uma "nova rotina escolar" que privou o direito de aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Educação.

Janaína Audino aprofunda sua pauta em direção ao desmonte da rede pública. E mais uma vez, a Filosofia virou obstinação para os gestores agrupados em torno da Aliança Conservadora. A SMED alega que a razão da retirada da Filosofia é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, a Filosofia é citada inúmeras vezes na Base, por seus conteúdos e competências e tem no próprio Curso de Filosofia da UFRGS um crítico da proposta de banimento da disciplina. Além disso, diversas escolas privadas da Capital ofertam Filosofia na sua grade curricular no EF. Não há justificativas válidas, sejam legais, sejam político-pedagógicas, sejam de gestão de recursos humanos, para banir do currículo das escolas a disciplina de Filosofia.

FICA FILOSOFIA!

Desde as contradições aqui expostas, fortalece-se o movimento das trabalhadoras/es em Educação, Conselhos Escolares, Conselho Municipal de Educação, Associação das Trabalhadoras/es em Educação (ATEMPA), Sindicato dos Municipários e demais instituições e entidades do campo da educação que rejeitam forma e conteúdo da "Proposta Pedagógica" da SMED. Nessa frente de resistência está também o Coletivo de Professoras e Professores de Filosofia. Basicamente, algumas proposições foram apresentadas à gestão municipal: a permanência da Filosofia como componente curricular, com manutenção da carga horária existente; a rejeição ao eufemismo do "espaço filosófico" proposto pela SMED – que é um espaço existente apenas em um título em uma lâmina de PowerPoint – bem como de alternativas mitigadas como atuar de forma enviesada em Ensino Religioso ou em cargos como coordenação de turnos, na operação de fluxos escolares fora da sala de aula. Desvio de função pouca seria bobagem, se isso não compusesse o plano do enfraquecimento da carreira do servidor concursado.

Uma das inciativas desencadeadas pelo Coletivo está a Campanha "#Fica Filosofia#" junto ao Instagram, que ganhou um conjunto expressivo de manifestações que se espraiam Brasil afora. Entre tantos depoimentos de ex-alunos, professores, intelectuais e pesquisadores na academia, destacamos aqui a síntese elaborada pelo Prof. e Doutor em Filosofia Walter Kohan (UERJ), uma das maiores autoridades no mundo sobre Filosofia para crianças e adolescentes: "A tentativa de retirar a Filosofia da Escola Pública tem algo de insensatez, de autoritarismo, de covardia e de estupidez". Lá também estão filósofas e filósofos importantes como Márcia Tiburi, Sérgio Sardi, Magali Menezes, Neusa Vaz e Silva, entre outras e outros.

Em tempos de obscurantismo, de recusa da palavra, da coerção como regra, da exclusão como meta perseguida, se faz cada vez mais pertinente o poder da pergunta, da problematização, da reflexão crítica coletiva, do pensamento livre, de uma esperança comprometida com nossa humanidade em comum. Portanto fica, Filosofia! Neste 15 de outubro, nossa homenagem a todas as educadoras e educadores que lutam cotidianamente para fazer a escola pública mais bonita, mais justa, mais democrática, todos os dias! Apesar de vocês, senhoras e senhores da casa-grande.

A SMED MENTE

ANDRÉ PARES, ALINE DE JESUS, CARLA CARDARELLO, DANIELA DA ROSA
Profs e Supervisoras Pedagógicas de EMEFs Nossa Senhora do Carmo, Mario Quintana, Judith Macedo de Araujo e Morro da Cruz, na RME de Porto Alegre
Publicado no Jornal Brasil de Fato RS. 18 de out. de 2021

Em nenhum momento foi assegurada a participação das comunidades escolares.



Manifestações do dia 15 de outurbro nas ruas de Porto Alegre, em frente à Secretaria de Educação, em frente à Prefeitura, deram um grande e sonoro "não" à proposta antidemocrática. Foto: André Pares

A última versão da "Proposta Pedagógica" apresentada pela atual gestão da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre consolidou a mentira como principal característica da sua tentativa de tirar disciplinas da escola pública. A reunião de 14 de outubro com as Supervisões Pedagógicas, foi (mais) uma série delas: não era uma reunião, era um comunicado (de novo); não era uma tentativa de consenso, era uma imposição (outra vez) e, para confirmar a impossibilidade de diálogo que foi a tônica de todo o processo, a única solicitação possível feita pelas supervisões não foi atendida – ainda que o coordenador pedagógico da SMED dissesse que o faria.

Importante relembrar que essa reunião foi chamada já fora do calendário elaborado pela própria SMED. Depois de suspender, em 30.09, seu próprio cronograma que previa uma 'votação' entre propostas pedagógicas (desde que fossem aceitas para concorrer com a sua!) de 04 a 15.10, a Secretaria cessou contato com as supervisões. Uma vez que já havia recebido a proposta do GT de supervisões – não sem antes desmontá-la, e torná-la muito semelhante a sua própria, como condição para ser aceita – a SMED reapareceu somente nessa reunião de 14.10.

REUNIÃO SEM DIÁLOGO

Nessa reunião com o GT de supervisões, então, anunciou-se que seria feita a apresentação de uma proposta elaborada pela SMED a partir da análise do material encaminhado (à força) pelo GT de supervisores, em 30 de setembro. Considerando que havia sido enviado um documento no dia anterior dessa reunião com pontos ditos "incoerentes" sobre o material encaminhado, nosso GT solicitou espaço para argumentar acerca de tais aspectos, *o que não foi viabilizado*. Nesse mesmo ensejo, foi estabelecido pela Secretaria que a reunião duraria uma hora – o que evidentemente impossibilitou um debate verdadeiro, especialmente quando metade da reunião foi tomada para apresentação da proposta da própria SMED.

Dentre demais problemas transcorridos na reunião, um é importantíssimo salientar: diante da impossibilidade do diálogo, foi solicitado ao final que se retirasse da apresentação em power point (que é a maneira pela qual a SMED redige suas propostas) a expressão "Novo cenário contruído a partir das discussões no GT", uma vez que não houve debate por parte do GT para essa nova proposição. Contudo, no dia seguinte, embora se tenha afirmado que a solicitação seria acolhida, novamente o pedido não foi considerado, pois o material foi enviado para todos os professores da Rede Municipal constando o selo de que tal proposta havia sido construída a partir das discussões no GT!

BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO

O processo que instaurou a Reforma Curricular (que, na verdade, é o que faz a "Proposta Pedagógica") da SMED já começou equivocado. As Equipes Diretivas (que, sempre vale lembrar, são eleitas pelas comunidades escolares em processo democrático) receberam mensagem eletrônica da Secretaria de Educação dizendo que até o dia 02 de Agosto de 2021 deveriam preencher um formulário online, com a indicação de um/a supervisor/a por escola "para participar do grupo de trabalho referente à proposta pedagógica para o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino". Por aí é que se soube, então, que uma mudança pedagógica estaria em curso e que em dois meses estaria concluída, pois uma votação de propostas estava marcada para 04 de outubro. Sendo assim, tratava-se de uma convocação

seletiva com o objetivo de construir uma alteração que impactaria a vida escolar de mais de 56 comunidades, milhares de estudantes e seus familiares e mais de 4 mil docentes, isso em, aproximadamente, oito semanas.

Desde então, questionamentos das mais diversas ordens emergiram: como assim, "um/a supervisor/a por escola"?; "Proposta pedagógica para o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, agora, em meio à pandemia, justamente quando estamos em processo de busca ativa dos estudantes e do paulatino retorno presencial das crianças e adolescents? Tudo isso emaranhado com mudanças de protocolos, envolvidos com a eleição e posse dos Conselhos Escolares, assoberbados com uma escola que precisa ser cuidadosamente acolhida, ouvida, observada, reavaliada e repensada? Realmente este é o momento adequado para pensar uma proposta de novo currículo para a RME? Que processo é esse? Que aceleração e urgência são essas? Sem resposta nenhuma."

Piorando a situação, A SMED não se contentou em fazer uma convocação seletiva e propor um prazo ínfimo para uma proposta de tamanha envergadura. Durante as reuniões dos grupos de trabalho, a SMED apresentou um primeiro cenário, composto por uma matriz curricular e uma expressão de resultados. No jogo de cena em que atuava a mantenedora, podíamos assistir a retirada e diminuição de carga horária de disciplinas e a descaracterização de tudo o que foi historicamente construído por essa Rede de Ensino durante anos de acúmulos, debates, lutas e conquistas. Ao afirmar o desejo de "unificar a RME", a mantenedora aniquilava com a identidade democrática, plural e diversa da mesma. Todos estavam atônitos, ainda que soubéssemos o ensejo de destruição do serviço público no qual estamos atualmente naufragados via governos federal e estadual e municipal.

ALIJAMENTO TOTAL DE COMUNIDADE ESCOLAR E CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Como se não bastasse não escutar professoras e professores da Rede (sendo que isso só se tornou possível através das supervisões, que foram o único ponto de contato do corpo docente de mais de quarto mil professores com a Secretaria durante este processo), a SMED também fechou ouvidos e portas às Comunidades Escolares. E, para completar seu show solo, ignorou também o Conselho Municipal de Educação, órgão consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador do Sistema Municipal de Ensino, instituído pela Lei Complementar 248, de 1991.

Assim, como se precisasse, tornou-se mais do que evidente o desrespeito ao princípio de gestão democrática e aos objetivos da educação presentes em cada etapa da LDB, das diretrizes nacionais curriculares e do conjunto de normativas do Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre, criado pela lei Municipal n° 8198/98, ou seja, antes de efetuar açodadamente transformações em currículos, é obrigação democrática da Secretaria Municipal de Educação construir e assegurar condições para garantir o previsto na legislação. Ignorar as normativas do Conselho Municipal de Educação, como fez e segue fazendo, vai no sentido completamente oposto. Não por acaso, a Secretária e seu Coordenador Pedagógico não responderam até o momento o substancial parecer 21/2021 do CME, que expõe toda a ilegalidade de sua "Proposta Pedagógica". Paralelamente a isso, é essencial reafirmar que em nenhum momento foi assegurada a participação das Comunidades Escolares. Para além da reforma curricular, o governo municipal também não dialogou para saber das reais urgências e necessidades das escolas como: falta de professoras/es, funcionárias/os, monitoras/es, falta

do acesso à inclusão digital, atendimento da demanda de segurança alimentar nos territórios e na elaboração de um plano emergencial de recuperação das aprendizagens. Sem falar no total desleixo aos protocolos de segurança sanitária, a falta de gás nas escolas, a ignorância completa da escassez total das comunidades à internet para possibilidade de realização de atividades remotas.

CONSENSO? SÓ O DE REJEIÇÃO E PREOCUPAÇÃO

Em tempo, a Rede se organizou e rejeitou. Rejeitou a proposta; rejeitou o cenário; rejeitou o processo, em forma e conteúdo. Viu-se nas manifestações do último dia 15 de outubro, nas ruas de Porto Alegre, em frente à Secretaria de Educação, em frente à Prefeitura, um grande e sonoro "não" à proposta antidemocrática. Se houve um consenso, foi o consenso de que é mais do que necessário pensar e debater uma proposta pedagógica para a RME, mas não desse jeito e não nesse tempo. Para "resgatar a identidade da rede", como quer tal proposta da SMED, é imprescindível conhecer, ouvir, debater, articular e construir com a Rede e, para isso, outro processo precisaria ser instaurado, qual seja: a convocação do Congresso Municipal de Educação, conforme a lei. Antes disso, especialmente, até para entender que um Congresso não significa "congregar com seus pares", como a Secretária tem afirmado, ela e seu Coordenador Pedagógico precisam colocar o pé no chão da escolas, o que não se viu até o momento.

Enfim, enquanto servidoras e servidores públicos, comprometidos com a prestação de serviço à sociedade e às comunidades com as quais convivemos em nossa ação profissional, garantindo o direito que elas têm de uma educação pública de qualidade, gratuita, laica, preocupa-nos profundamente encaminhamentos e ações que tem sido adotados por essa atual gestão da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Não é, sobretudo, a falta da verdade que a sociedade merece em processos tão importantes como esse. Nossa segurança, agora, é a de que contamos com a compreensão e a ação da população para seguirmos executando nosso trabalho com respeito e qualidade, mantendo, sobretudo, a dignidade das comunidades atendidas.

MOÇÃO DE REPÚDIO:

POR UMA EDUCAÇÃO LAICA E DE QUALIDADE PARA COMUNIDADE ESCOLAR

ATEMPA

A ATEMPA (Associação de trabalhadores em Educação do município de Porto Alegre) vem manifestar seu REPÚDIO ao projeto que estabelece a criação do serviço voluntário de Capelania Escolar nas instituições da rede pública municipal de Porto Alegre. Sobretudo pelo seu caráter laico, universal e de pluralidade pedagógica, a intenção do projeto não pode ser compreendida sem que se faça uma análise crítica dos movimentos da Prefeitura em desarticular, ao longo das últimas gestões, assessorias como a ATAR (assessoria técnica de articulações em rede), setor da SMED responsável por instruir escolas, via orientadores educacionais, a fomentar e participar das redes de proteção da criança e do adolescente em seus territórios, junto a serviços de saúde e assistência social. Sem incentivo da SMED há

um esvaziamento dos espaços de articulação dos setores responsáveis, abrindo espaço para intervenções tais como se pretende no Projeto da Capelania.

Além disso, há legislação federal aprovada para implementação de assistentes sociais e psicólogos escolares comporem o RH de escolas de educação básica. Nesse sentido, reforçamos a Indicação 176/21, da vereadora Karen Santos, visando garantir o acompanhamento psicológico e de assistência social – por meio de equipes multiprofissionais - às e aos estudantes das escolas da rede pública municipal, efetivando em Porto Alegre o direito já estabelecido na Lei Federal n° 13.935/19.

Por uma educação que nos ensine a pensar e não a obedecer.

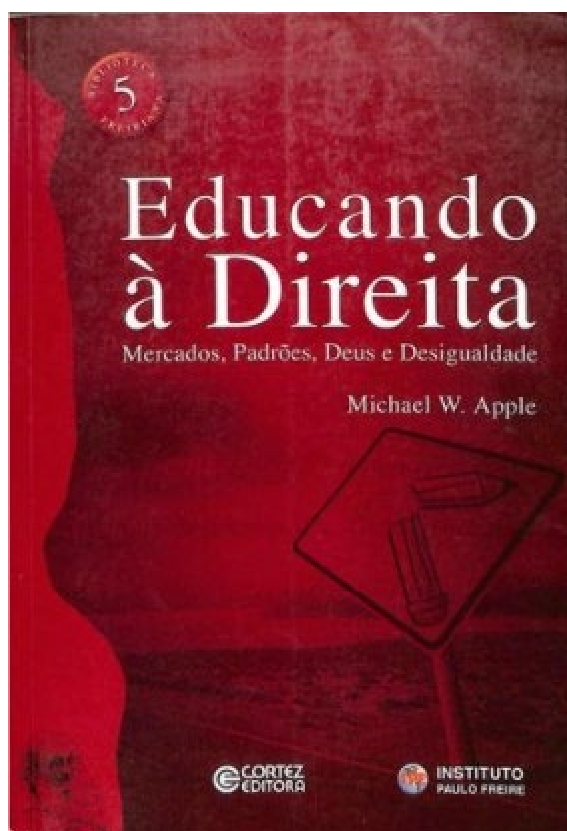
#ATEMPAPRALUTAR

https://www.instagram.com/p/CVfw79mltzc/?utm_medium=copy_link

---

PERTO DEMAIS DE DEUS

MARCO MELLO
Prof. EMEF Saint Hilaire
Publicado no Jornal Brasil de Fato RS, em 07 de out. 2021



Setores conservadores do Legislativo tentam fazer valer sua influência sobre a educação de Porto Alegre

O CÉU É O LIMITE?

Parece que sim. Pelo menos para alguns parlamentares alinhados ao que se denominou, desde a última década, de "Bancada da Bíblia"– expressão que evidencia a tentativa de influência de setores conservadores que ocupam espaço no legislativo e tentam com obstinação fazer valer sua agenda nas políticas públicas.

É nesse contexto que o vereador Hamilton Sossmeier, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) apresentou e teve aprovado em uma primeira instância na Câmara Municipal de Vereadores Porto Alegre, nessa semana, o Projeto de Lei que cria o serviço voluntário de Capelania Escolar nas escolas da Rede Pública Municipal da Capital.

Pastor Evangélico da Igreja do Evangelho Quadrangular, Sossmeier é também Presidente do Conselho de Pastores de Porto Alegre. Integra a arraia miúda na Câmara, mas agora em seu segundo mandato, surfando no apoio do neopentecostalismo pelo Governo Federal, ganha projeção e visibilidade. Não por acaso a inciativa teve apoio de Ramiro Rosário (PSDB), também vereador e um dos fundadores do Movimento Brasil Livre (MBL) e ligado desde à juventude à Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), de cunho notadamente conservador.

ESCOLA LAICA E A POLÊMICA DO RETORNO DO ENSINO RELIGIOSO

O Projeto de Lei da Capelania Escolar prevê o atendimento aos alunos "envolvidos em conflitos, desajustes familiares, crise emocional ou outros problemas". Ainda deve ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e é possível sofra reveses. Contudo, é sinalizador preocupante do que vemos se configurar: uma tentativa de doutrinação proselitista de estudantes, sob o manto de um pretenso trabalho voluntário. O objetivo, muito evidente, é uma tentativa de colonização espiritual da escola pública, aproveitando o que os defensores do liberalismo chamam de "janela de oportunidades" de governos sensíveis às suas pautas.

A COMUNA DE PARIS E O IDEÁRIO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Em 1871, com a extraordinária experiência da Comuna de Paris, pela primeira vez um programa de educação pública, gratuita, laica, obrigatória e profissionalizante, foi apresentado à sociedade, a partir das ideias surgidas dos congressos da Associação Internacional dos Trabalhadores e das experiências protagonizadas por educadores progressistas de Paris. Naqueles pouco mais de setenta dias, sob um governo de nossa classe, plantou algo que agora, mais de 150 anos depois precisamos reafirmar: a necessária separação entre Estado e Religião e laicidade da educação pública. É sob a marca da luta social e popular dos despossuídos/as que as revoluções burguesas a incorporam em sua pauta a laicidade. É nossa tarefa lembrar disso. A escola deve permanecer laica, como salvaguarda, inclusive, da democracia e da diversidade religiosa e sociocultural da população.

O ANTICRISTO E A TEOLOGIA DA PROSPERIDADE EM ALIANÇA COM O CAPITAL: LÁ E AQUI

O fenômeno do bolsonarismo é maior que o Messias de Brasília. Ainda que em queda franca, pela conta que agora chega: a responsabilidade de centenas de milhares de mortos na pandemia, as comprovações de corrupção, a inflação galopante e 14 milhões de

desempregados e a legião crescente de mais famintos. Ainda assim, o bolsonarismo tem apoio de parcela significativa das lideranças neopentecostais que lhe são fiéis, e reproduzem sua política, sob a slogan que cimenta essa aliança: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos".

No cenário educacional, sob a égide do bolsonarismo e de gestões a ele vinculadas, há em curso uma revitalização da agenda neoliberal na educação, com um novo gerencialismo que promove como reformas educativas que colocam em risco a própria existência da escola pública como a conhecemos hoje. Assim é em Porto Alegre, com Sebastião Mello (MDB) e sua Secretária de Educação Janaína Audino, legítima representante dos interesses privatistas na educação sob a benção do patriarcado da família Sirotski, conglomerado RBS e do Movimento Todos pela Educação. (Para saber mais: *https://www.brasildefators.com.br/2021/09/28/artigo-porto-alegre-e-a-escalada-autoritaria-do-movimento-todos-pela-educacao*).

UM AUTOR IMPRESCINDÍVEL PARA ENTENDER A ALIANÇA CONSERVADORA: MICHAEL APPLE

2021 foi e ainda está sendo um ano para celebrar e revitalizar o pensamento fecundo do grande educador, cidadão do mundo e andarilho da utopia, Paulo Freire, com muita justiça, no centenário do seu nascimento. Assim como Freire é uma referência incontornável e sempre necessário nos marcos da Educação Popular, outro autor, também contemporâneo a ele, o sociólogo da educação estadunidense Michael Apple, deveria ser mais lido e lembrado entre nós. Para quem se interessar possa, uma sugestão de leitura: *https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/1565/870*.

Apple tem várias obras traduzidas no Brasil e é uma das maiores referências dentro de Pedagogia Crítica. Ao estudar o contexto das reformas educacionais nos Estados Unidos, em especial a partir das últimas décadas, detectou o que chamou de hegemonia pautada por uma restauração conservadora, conduzida por um novo bloco histórico. Um sistema de alianças da Nova Direita sob o comando dos neoliberais que aglutina neoconservadores, populistas autoritários e nova classe média profissional, que têm interesses distintos, mas se unem em torno de um projeto mais amplo. Suas análises são ponto de partida para percebermos, no Brasil e particularmente, em Porto Alegre, como se desenha, com peculiaridades, a "nova proposta pedagógica" na capital gaúcha.

Nessa lógica se insere a verdadeira "cruzada moral" do pastor neopentecostal, em verdadeira batalha espiritual a ser travada em todas as frentes para arrancar pela raiz a influência do "comunismo", do ateísmo, da "ideologia de gênero", da "doutrinação marxista". Por isso, a escola com mordaça, as escolas cívico-militares, a louvação aos "valores da família", a idealização e a busca de volta "à tradição, à ordem". Por isso o controle do processo de ensino e aprendizagem e do trabalho docente. Por isso uma proposta autoritária e conservadora.

DEUS NA CARTEIRA?

Concluo aqui com um convite a revisitarmos uma canção que bem expressa essa sanha de recolonizar mentes e corações, sob a benção de pastores com a "sagrada missão" de "revelar a verdade" aos incautos e ganhá-los para "o projeto da salvação":

tem gente perto demais de deus
tem gente que não deixa deus sozinho
e diz deus ilumine seu caminho
e guarda deus na cristaleira
cristo dentro da carteira
dez por cento rei dos reis
cristo um conto de réis
o garçom não a videira
essa gente é o diabo e faz da vida de deus um inferno.

Perto Demais de Deus (Chico César)
https://www.youtube.com/watch?v=R3BNTXgJA3M

Em tempo: muito emblemática a extinção da Filosofia como componente curricular e a unção de pastores como guias do rebanho, de acordo com o ideário de Melo e Janaína Audino. Mas este é tema para um outro texto.

FICA FILOSOFIA, SAI RETROCESSO!

ELENILTON NEUKAMP
Professor de Filosofia da Rede Municipal Ensino de Porto Alegre.
Publicado na Revista Parêntese, ed. 95, em 02 out. 2021

Segundo o que me disse um livro, as antas são mamíferos enormes e pesados. Criam um caminho no meio da mata que atravesse sua comida e chegue até alguma fonte de água. O caminho das antas é seguro. Todos os dias elas retornam por ele até a comida e a água. As onças vasculham muitos caminhos. E gostam de comer antas. O caminho das antas até pode ser seguro, mas no momento em que uma onça o encontra não há mais nenhuma saída. A onça sabe que basta apenas deitar na moita e ficar esperando. Antas são previsíveis. Onças são implacáveis.

Brinco com os alunos desenhando um caminho de anta no quadro. E o riachinho mal rabiscado lá embaixo, onde ele sempre dá. A metáfora pode ser pobre, confesso. Porém, o objetivo é nobre: ressaltar a importância das aulas de filosofia.

Não cabe à Filosofia mostrar caminho nenhum a ninguém (para isto temos os condutores de almas em vários formatos e preços). Ela nos abre a possibilidade de vislumbrar outros caminhos, atalhos cheios de descobertas. Mostra um mundo onde só havia um muro, e aí estou sendo quase literal. Na sala de aula ela trabalha conceitos, que podem vir da tradição do pensamento ocidental ou da linguagem da "quebrada".

Lembro agora de um aluno, na Restinga, que depois de uma rica discussão durante a aula veio me comunicar uma decisão. "Sôr, sabe, eu pensei, não vou mais trazer o "ferro" pro colégio". Aí entendi o fato de que ele passava o tempo todo com a mochila nas costas, mesmo durante o intervalo. Andava armado por medo. Um medo que foi desmontado a partir das falas dos próprios colegas, no meio de uma aula de filosofia. Aquela discussão,

daquela forma, só aconteceria naquela aula.

Porto Alegre foi uma cidade pioneira quando resolveu incluir no currículo das escolas municipais a disciplina de Filosofia. Uma bela oportunidade oferecida a jovens de periferia, no Ensino Fundamental. Afinal, por que a filosofia deveria ser apenas privilégio dos matriculados em escolas de classe média alta e ricos?

As aulas de filosofia muitas vezes antecipam questões que depois se tornam assuntos de todos. Nos últimos dez anos um dos grandes temas foi a depressão, em suas mais variadas expressões. A depressão como doença, como perda, ansiedade, e até como a tristeza de não poder sair de casa à tarde porque o traficante da rua proibiu. Quando estudamos, por exemplo, a mediania de Aristóteles, é a vida que surge. Como encontrar o equilíbrio entre dois excessos? Onde está o meio termo entre o medo de sair do próprio quarto (covardia) e a sensação de que posso fazer qualquer coisa na rua (destemor)? Como chegar a uma boa alimentação, que não seja nem exagero no comer, nem passar fome para tentar ter "um corpo perfeito"? A vida acontece e é pensada enquanto se discutem grandes temas e filosofias variadas: Epicuro, Platão, Simone de Beauvoir, etc.

Outro dia, uma aluna de C10 (corresponde em idade à antiga Sexta Série), disse-me que havia pensado sobre as coisas que ela comprava (e que não precisava) depois de uma aula sobre Diógenes. Durante a aula, em nenhum momento foi utilizada a palavra "comprar", nem tampouco "consumo". O pensar acontece como construção a partir da provocação trazida pelo filósofo. Não é um discurso do professor.

Há várias formas de trabalhar esta disciplina nas escolas, e a variedade de abordagens deve estar próxima ou igual ao número de professores e professoras. Isto é uma riqueza. O que há em comum é a tradição, a própria história da filosofia e os clássicos. Tudo o mais são experiências de aprendizado. Registrei uma destas experiências de sala de aula no livro "A Caixa de Perguntas" (Libretos), que enviei recentemente para a secretária de Educação de Porto Alegre. Outro dia podemos falar sobre ele. Agora preciso retornar às antas, onças e caminhos mais urgentes.

Não sabemos exatamente o porquê, mas a prefeitura de Porto Alegre, através de sua Secretaria de Educação (SMED), resolveu simplesmente retirar a filosofia do currículo das escolas. E não só. História e Geografia também têm seus horários reduzidos. Não sei, mas corremos aí o risco de construir um caminho de anta perfeito. Para ocupar este vazio curricular criado, ela pretende aumentar a carga horária de Português e Matemática, e inserir como um período fixo o Ensino Religioso (que é facultativo). Em troca, a prefeitura promete criar "possibilidades de um trabalho interdisciplinar de Filosofia desde os anos iniciais...", o que significa que não deve acontecer nada.

As pessoas gostam de usar certas palavras para disfarçar o que está evidente. A única justificativa usada é "a adequação à legislação vigente". Porém aí temos um outro problema: a prefeitura usa a legislação estadual e esquece que neste sentido somos regidos pelo Conselho Municipal de Educação. Talvez a atual administração queira deixar suas garras, suas marcas na educação da cidade. Como uma onça? Não creio. Só se for uma onça que queira agradar às antas que acreditam nas tolices dos grupos de terra plana do WhatsApp. Como aquela mãe que retirou seu filho da escola ao descobrir que ele era gay. Segundo ela, o filho teria sido ensinado a ser assim.

Economia de recursos? Também não parece, pois precisariam contratar professores. Além disto, acabam de nos roubar vários direitos e anos de aposentadoria, e já haviam

destruído nosso plano de carreira. Estamos há vários anos com os salários congelados.

Por que então? Como diria um amigo mais velho, "só sei que nada sei". Outro argumento seria que precisamos de mais Português e Matemática, porque essas disciplinas são cobradas nas provas nacionais de avaliação. Esta é uma visão pobre de educação, por várias razões – e mais: horários poderiam ser oferecidos no contraturno como aulas de reforço, laboratórios de aprendizagem, etc..

De qualquer forma, é preciso dizer: as coisas são mais complexas. Não é apenas uma questão de tempo, mas também de fome, miséria, contexto. Basta observar os mapas de resultados. Quanto mais periférica a escola, piores os resultados. Retirar a filosofia não aumentará índice algum. Só irá empobrecer o repertório oferecido. É como prometer melhorar a alimentação de alguém, retirando um dos ingredientes do prato.

Vivemos um momento estranho. Em tempos bem recentes, os políticos enchiam a boca falando em educação. Educação era a solução de tudo, e todos prometiam investir nela. Nas propagandas o fulano "construiu tantas escolas infantis", "abriu tantas vagas nas escolas", "melhorou a merenda escolar". Imagens de crianças brincando felizes e de escolas limpinhas e reformadas ocupavam a propaganda eleitoral. As mães apareciam sorrindo e elogiando. Agora talvez teremos prefeitos babando em frente às câmeras, aos gritos: "Eu acabei com essa farra de Filosofia!", "Eu proibi aula de história. Pra que estudar História?", "Ninguém precisa de Geografia", "Pensar é coisa de fresco!", e por aí vai. Sempre com uma turba de alucinados para aplaudir.

Triste é perceber que pessoas com formação em educação se prestem a fazer o serviço sujo, tentando passar verniz sobre dejetos. Não sei a quem pensam enganar. Quando comecei meu caminho como professor, há 25 anos, havia uma espécie de clichê no ar. A ideia de que ao poder, ou aos "poderosos" não interessava um povo educado. Hoje percebo o quanto fazia e faz sentido.

O empobrecimento de educadores e educadoras é um projeto, assim como a tentativa clara de eliminação de tudo o que lembre reflexão. São retrocessos bem planejados. Estamos diante da tentativa de mais um, na cidade que já foi um dia um porto alegre para a cultura e a educação. Fica Filosofia, sai retrocesso!



Foto: Marco Mello

VILLA-LOBOS E OS CHACAIS

FRANCISCO MARSHALL
Historiador, arqueólogo em professor da UFRGS
Artigo publicado no Jornal Zero Hora. 23 e 24 out. 2021

Heitor Villa-Lobos (1887-1959) sonhou com um Brasil belo e o pesquisou no folclore, para edificá-lo com a arte, na modernidade, com muita energia; compôs maravilhas, assumiu compromissos e desafios e assim transformou nosso país para muito melhor. Já os chacais, embora pertençam, com cães, coiotes e raposas, à mesma família dos lobos, "Canidae", são de outra espécie, predadores oportunistas agressivos, o que lhe rendeu título de filme, *O Chacal* (1997), baseado no romance *O Dia do Chacal* (1971), de Frederick Forsyth, leitura predileta de terroristas como o venezuelano Carlos, o Chacal, que cumpre prisão perpétua na França. A metáfora aqui discerne o nome que edifica, Villa-Lobos, do que pode destruir, o chacal, e denuncia tramas sórdidas bem atuais.

Entre os feitos notáveis de Villa-Lobos, conta-se o esforço para difundir a cultura musical na Era Vargas (1930-1945), quando ocupou, a partir de 1932, o cargo de Diretor da Superintendência de Educação Musical e Artística (Sema), criada por ele e pelo educador Anísio Teixeira (1900-1971), que morreu assassinado por chacais no poder, na ditadura militar. Com Villa-Lobos, o Canto Orfeônico consagrou-se como política pública e, em toda a nação, coros e sociedades musicais deram novo alento ao nome do herói grego, Orfeu, aquele que com o assombro da música superou fronteiras da vida e da morte.

Em Porto Alegre, Villa-Lobos inaugurou no Instituto de Educação Flores da Cunha sua sala de canto orfeônico, em cuja porta há ou havia placa alusiva; ali esplendeu o Orfeão Artístico Araújo Viana, parte da vida cultural do educandário onde se formaram gerações excelentes de educadoras deste Estado. O prédio neoclássico deste instituto, projeto do arquiteto Fernando Corona (1895-1979) inaugurado em 1937, encontra-se em reforma ora estagnada pela incúria dos modernos chacais, os administradores incompetentes, nesse caso, os predadores chegam a cogitar outra finalidade para este monumento da educação gaúcha; ignorantes no poder são piores que chacais cercando a aldeia.

Na Lomba do Pinheiro funciona, desde 1959, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Heitor Villa-Lobos, e nela, desde 1995, a Orquestra Villa-Lobos, responsável pela formação musical e pela promoção social de gerações de músicos, com destaque para o flautista e educador Vladimir Rodrigues Soares, um dos maiores doce-flautistas da atualidade, ora radicado na Alemanha. Pois essa orquestra ora sofre com a incúria da prefeitura, que a deixa desamparada e ameaçada. Não surpreende que os mesmos chacais tratem da eliminação da mais nobre disciplina, a Filosofia, do currículo escolar das escolas municipais de Porto Alegre, para porem em seu lugar, pagas com dinheiro público, aulas de catequização. O pobre canídeo é doce criatura, perto dos estragos que chacais humanos e desumanos ora promovem, com mentes torpes e oportunistas.

Ouve-se uma *Bachiana Brasileira* e se acende o amor e a esperança. Valham-nos Villa-Lobos e todos os dons da arte e da educação, sempre, e ora lutemos por eles.

CARTA AO PREFEITO SEBASTIÃO MELO

LUCIANA SCHWENGBER
Prof. EMEF Martin Aranha
Publicado no Jornal Sul21, em 19 de out. 2021

Não temos assegurada a participação plena na construção e discussão da proposta pedagógica apresentada pela SMED



Foto: Guilherme Santos/Sul21

Caro Prefeito Sebastião Melo,

Escrevo para denunciar que teus eleitores estão sendo ignorados por um braço que presumo ser muito caro à sua gestão: a educação.

Desde meados do corrente ano, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) diz querer repensar e construir uma nova Proposta Pedagógica para a Rede Pública Municipal, o que é extremamente oportuno, dada tamanha indiferença, inclusive de gestões passadas, a questões urgentes que precisam ser olhadas para buscar a qualidade de ensino da Rede, bem como uma oportunidade ímpar para a construção de estratégias para reduzir os impactos do processo de ensino aprendizagem causados pela pandemia.

Ocorre que há um vício na forma como pretende se dar essa construção de proposta pedagógica. Foi apresentada pela SMED uma determinada proposta e orientado às escolas, por meio de poucas supervisoras, a construção de outras propostas respeitando as leis vigentes. Estas propostas entrariam em votação por este grupo de supervisoras e é narrado pela secretária de educação, Janaína, que essa estratégia de construção da proposta pedagógica asseguraria o caráter democrático da educação pública municipal de Porto Alegre.

Eu, demais professores, funcionários, bem como os pais e responsáveis por nossos alunos, sentimo-nos incomodados de não termos assegurada a participação plena na construção e discussão desta proposta pedagógica apresentada pela SMED. Este desconforto não se limita apenas a uma frustração, mas, sim, como um sinal evidente de um vício de forma administrativo, tanto é que há lei que prevê a existência de um Congresso de Educação para que se construa uma proposta pedagógica.

Superado esse entendimento, a secretária Janaína, vem com um novo discurso de que possui respaldo legal para aprovar uma matriz curricular. Sendo a matriz curricular uma parte de uma proposta pedagógica. Matriz essa, que exclui a disciplina de Filosofia, algumas

línguas e propõe reduzir a carga horária de Ciências, História e Geografia, substituindo por um aumento de carga horária das disciplinas de Português e Matemática (únicas disciplinas avaliadas no IDEB), disciplina de Ensino Religioso e projetos como gamificação e robótica.

As escolas da Rede Pública Municipal, por meio dos seus Conselhos Escolares, discutiram a proposta apresentada pela à SMED e a rejeitaram. Muitos pais relataram que para melhorar as notas em Português e Matemática faz sentido assegurar a oferta de Laboratório de Aprendizagem no turno oposto, quando muitas vezes não é ofertado por falta de professores. Os responsáveis relataram também que escolas da rede privada não terão retirada nem redução de carga horária de disciplinas que são tão caras para uma educação significativa e que projetos como gamificação e robótica são bem vindos, mas devem ser ofertados no turno oposto como complementares, sem prejudicar a carga horária de outras disciplinas. Assim, como estratégia de representação da vontade das comunidades escolares, compilamos com a devida urgência as propostas emergentes da rede pública municipal e construímos uma única Proposta Pedagógica, incluindo a matriz curricular, para concorrer com a proposta apresentada pela secretária.

Recentemente, representantes dos Conselhos Escolares se reuniram com a secretária Janaína, e seu assessor Clark, para relatar a insatisfação das comunidades escolares pela forma de construção da matriz curricular apresentada pela SMED, e pela impressão de que a Secretária de Educação não se preocupou em ofertar um espaço para que as comunidades escolares fossem escutadas e pudessem participar da construção que se propõe. Eu estava nesta reunião, escutamos que há respaldo legal para que a matriz curricular seja construída dessa forma e assim será e que a secretária pretendia unir as duas propostas para que não ocorresse votação. A secretária também relatou que o baixo ranking do IDEB de Porto Alegre justifica as mudanças que pretende. A dita união de propostas continua excluindo algumas línguas e Filosofia e reduzindo períodos de algumas disciplinas. Lembro que durante a reunião com os representantes de Conselhos Escolares da rede, a secretária relatou, como argumento, que na rede pública municipal há um número muito pequeno de professores de Filosofia, que existem escolas que nem tem esses professores no quadro. O fato é que isso não é um argumento para a retirada da disciplina de Filosofia e sim uma confissão do descaso, que vem de muitos anos, com a rede pública municipal de ensino. Descaso esse, que não se limita à Filosofia, diversas escolas têm um histórico de quadros incompletos, sem professores de Ciências, História, Português, Matemática, Artes e etc.. Tal descaso é uma parcela significativa relacionada ao baixo IDEB da rede pública municipal.

Precisamos olhar para as nossas responsabilidades e não fugir delas. Ignorar o pedido de participação de seus eleitores (sim, as comunidades de Porto Alegre elegeram a ti), ignorar a necessidade de um congresso para a construção de uma matriz curricular significativa que faz parte de uma proposta pedagógica, permitir que sua secretária simplesmente não queira mais o processo de votação, que ela mesma determinou, entre a sua proposta e a proposta construída pela rede pública são atitudes covardes e autoritárias de quem não escuta e muito menos se importa com a população.

Tenho certeza que a forma imposta da matriz curricular que servirá à proposta pedagógica será repensada. Conto com tua diligência enquanto gestor público.

Atenciosamente,
Luciana Schwengber

A RAINHA MANDONA E A REVOLTA DA PLEBE

UMA FÁBULA SOBRE "SER PROFESSOR É..."

MARCO MELLO E CARLA CARDARELLO

Profs. EMEF Saint Hilaire e EMEF Profª. Judith Macedo de Araújo

Publicado nas Redes Sociais da ATEMPA, como Artigo de Opinião, em 19 de out. 2021

Era uma vez, em uma terra próxima, uma rainha que vivia isolada em reclusão na torre de seu castelo. Ela desejava reformar o reino, mas como era mandona e queria impor seu jeito das coisas funcionarem, o povo lhe cobrava o direito de participação e justiça. Em um dia especial, resolveu escrever um texto dirigido a seus súditos, para acalmar a situação. Chamou o ordenança predileto e encarregou-o de fazer publicá-lo em um jornal que lhe tinha em conta. Pensou num bom título e saiu "Ser professor é...", discorreu sobre a virtude de ser um professor do reino, da necessidade de adaptar-se às mudanças, ser obediente, e sobretudo ver como uma missão e não uma profissão suas atribuições. Contente com sua ideia, mandou organizar um sarau, no terraço do Castelo, com música, comes e bebes.

Até que a Plebe se insurgiu! De todos os recantos do reino, com suas bandeiras, guarda-chuvas e cartazes, plebeus chegaram vibrantes, depois do árduo trabalho na labuta, com suas comitivas a cobrar o diálogo, o respeito e um Congresso do Povo para decidir o futuro do Reino. Às pressas, a rainha mandou fechar os portões do castelo e chamou os guardas do reino para reprimir o povo, que pacificamente saiu pela via pública a denunciar: "Era uma vez uma rainha mandona" Até hoje não se sabe aonde ela foi se esconder. Como termina essa história? Depende de nós.

"Aliás, muito mais do que uma profissão, ser professor é uma missão", afirma a secretária de Educação Janaína Audino em seu texto, veiculado no Jornal Zero Hora, dia 15 de outubro, no dia da Professora, dia do Professor. "É ter vocação e sabedoria"; é "saber aprender a se adaptar". *Missão, vocação, sabedoria e adaptação* são alguns dos atributos que, segundo a responsável pela pasta, devem pautar nosso modo de ser docente. Curioso, não? Nos tempos que correm, em que nos vemos cada vez mais desafiados/as a lutar pela democracia, pela afirmação da Ciência e rejeição do obscurantismo, por uma escola plural, diversa, inclusiva e laica, assim como por qualificação e formação – temas ausentes no rol dos atributos elencados pela Secretária "para ser professor". Aliás, assim como leitura crítica de mundo, luta pela defesa da democracia e da educação pública.

Caso pensarmos que a formação docente é um processo de subjetivação, marcado por discursos de "poder-saber-verdade", que exercícios de pensamento podemos fazer a partir das afirmações da secretária? Que movimento é esse que nos coloca em lugares de docilidade e de uma quase submissão e subserviência? Em seu discurso, Janaina Audino apresenta modos de ser docente pouco ou nada combativos, excluindo significativamente qualquer possibilidade de irrupção ou revolta. Para a Secretária, professoras e professores "adaptam-se", adequam-se ao que aí está.

O que poderia acontecer se pensássemos a docência a partir das práticas de liberdade? Quais seriam os efeitos se negássemos esse mecanismo de docilização e passássemos a afirmar a docência enquanto um exercício ético potente e instaurativo? *Missão, vocação e*

adequação teriam grande espaço em nossas práticas e existências? As palavras e as coisas que aí estão permaneceriam incólumes, sem análise e disrupção? Talvez seja esse o temor que envolve o texto "Ser professor é...'', de Janaina Audino. Talvez, quem ocupa um lugar privilegiado nas relações de poder precise nos colocar em uma posição de submissão para manter a ordem que assegura esse privilégio. Porque assim, e somente assim, seria possível dar continuidade a um projeto de políticas públicas que parte de premissas onde o outro que difere e produz diferenças precisa ser silenciado, negado, aniquilado.

Em uma coisa temos que concordar com a Secretária: "ser professor é ter a oportunidade todos os dias de fazer a História ou mudar a História". E, se nossa escolha for por mudar a História, precisamos dizer "Não!" à forma como estamos sendo subjetivados. Precisamos, em nossas práticas de liberdade e com nossas pequenas revoltas diárias, instaurar novos modos de ser docente; modos potentes, coletivos e que não sucumbem quando ações opressoras insistem em fazer da História uma narrativa de e para privilégios. A oportunidade está aí.

Enquanto a rainha mandona se esconde no alto da torre de seu castelo, a Plebe, em movimento, toma a rua pública, as redes sociais, o parlamento, contagia corações e mentes e avança em marcha para restaurar a democracia no reino. Ser professora, ser professor é insurgir-se contra a tirania, porque sabemos que se ensina, sobretudo, pelo exemplo. E, como temos dito: queremos e precisamos, definitivamente de *uma educação que nos ajude a pensar e não a obedecer*.

TEXTO DE OPINIÃO

A rainha mandona e a revolta da plebe

Uma fábula sobre "Ser professor é..."

Marco Mello e Carla Cardarello
Profs. EMEF Saint Hilaire e EMEF Profª. Judith Macedo de Araújo

Enquanto a rainha mandona se esconde no alto da torre de seu castelo, a Plebe, em movimento, toma a rua pública, as redes sociais, o parlamento, contagia corações e mentes e avança em marcha para restaurar a democracia no reino. ***Ser professora, ser Professor é insurgir-se contra a tirania, porque sabemos que se ensina, sobretudo, pelo exemplo.*** *E, como temos dito: queremos e precisamos, definitivamente de uma educação que nos ajude a pensar e não a obedecer.*

ATEMPA

FICA, FILOSOFIA: NA SALA DE AULA!

SÉRGIO AUGUSTO SARDI
Professor de Filosofia na PUCRS

PRISCILLA TESCH SPINELLI
Professora de Filosofia na UFRGS

Publicado no jornal Sul21, em 26 de outubro de 2021

A atual proposta da SMED de Porto Alegre visa a excluir a condição de disciplina à Filosofia no Ensino Fundamental das escolas públicas em nossa cidade. Entre os argumentos apresentados supõe que, como disciplina, ela estaria isolada – sem considerar o sentido da milenar sabedoria filosófica, mãe de todas as ciências -, e que se aprenderia a pensar em todas as disciplinas – sem discernir o caráter especial da Filosofia em relação ao aprender a pensar e a viver.

Por sua natureza, a Filosofia se relaciona com todas as áreas do conhecimento, e está na raiz da formação humana. Ela se faz presente nas mais decisivas situações do dia a dia, ensinando-nos a refletir e a agir de forma racional e prudente; a argumentar coerentemente e a questionar responsavelmente; a dialogar e escutar com empatia, respeitando as diferenças e contribuindo para que preconceitos sejam superados; a analisar problemas teóricos e práticos, elaborando soluções criativas e fundamentadas; a manter uma visão crítica e de conjunto, orientando-nos na superação de crises e desafios; a desenvolver virtudes e atitudes socialmente benéficas; a promover o autoconhecimento; a tornar a educação um caminho para darmos *sentido à vida* em direção à *felicidade*.

A Filosofia une vida e sabedoria com um laço de amor. Com ela aprendemos a aprender, aliando o saber à construção de propósitos, habilidades e competências, fazendo do cuidado ético nas relações humanas um suporte para o exercício da cidadania no âmbito da democracia. Portanto, um verdadeiro "espaço filosófico" nas escolas, ao contrário da proposta supracitada, requer *manter a Filosofia como disciplina curricular na sala de aula!*

Excluir a Filosofia de tal condição é um ato que contraria a expectativa pedagógica de uma formação humana integral e eficiente. Isso privará as nossas crianças e adolescentes de uma educação realmente comprometida com a liberdade, a justiça, a paz e a sustentabilidade, para que não sejam tratadas como máquinas obedientes e não pensantes, e para que preservem a autonomia e a dignidade. O que está em jogo é a capacidade de criarmos alternativas para um futuro repleto de desafios à humanidade, e para isso o *pensar reflexivo* e o *agir responsável* são indispensáveis. Destinar uma condição secundária à Filosofia nas escolas é extinguir o sopro primordial da sala de aula na formação que os nossos filhos merecem.

CARTA ABERTA À JANAINA AUDINO, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE

LUCIANO BEDIN
Professor de Psicologia Social na UFRGS
Publicado no Jornal Brasil de Fato RS, em 27 out. 21.

Nova Proposta Pedagógica para rede pública de ensino tem gerado amplo debate tanto na sua forma quanto no seu conteúdo



"Ainda muito machucada pela gestão anterior, a comunidade escolar quer ser realmente ouvida" - Foto: Giulian Serafim / PMPA

Prezada Janaina Audino,

Gostaria primeiramente de agradecer a disponibilidade para leitura desta carta que, embora seja direcionada a você, diz respeito a este grande coletivo chamado Porto Alegre, razão pela qual decidi torná-la pública. Imagino o quão difícil deve ser a gestão da educação em um município tão complexo como o nosso, e que traz em suas entranhas cicatrizes vivas da desigualdade social cada vez mais crescente e de binarismos políticos por vezes inconciliáveis.

Nos últimos meses temos acompanhado de perto as movimentações em torno da nova proposta pedagógica para nossa Rede Pública de Ensino, proposta que tem gerado amplo debate tanto na sua forma quanto no seu conteúdo. Ainda que eu seja do campo da educação, minha intenção é discutir somente a forma como esta proposta tem sido apresentada, os impactos que uma estratégia de proposição como esta podem gerar em toda a comunidade escolar, incluindo, é claro, a atual equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação, SMED.

Faço aqui um parêntese para compartilhar com você um incômodo que vem muito antes da sua posse nesta secretaria: ao longo dos anos, nas inúmeras parcerias entre a UFRGS e as escolas públicas do município, nos deparamos com frases do tipo "lá na SMED", como se a SMED fosse um corpo estranho e a parte do grande corpo representado pela comunidade escolar. Este talvez seja um dos sintomas mais complicados de se lidar em se tratando da gestão de políticas públicas, uma vez que o "lá" é também o "aqui", que as decisões do "lá" afetam diretamente o "aqui", e que as reações do "aqui" são sentidas diretamente no "lá".

Trago isto pois imagino que você deve estar vivendo literalmente na pele as críticas vindas de "lá" (das escolas) relacionadas a nova proposta pedagógica, a qual você e sua equipe propõem uma série de modificações nos currículos escolares do município, algumas destas interessantes, diga-se de passagem. No entanto, da maneira como as coisas estão se dando, com pouca disponibilidade para o diálogo coletivo, há sempre o perigo de uma proposta se tornar uma imposição, o que historicamente já se provou ser uma estratégia de fracasso.

Para não me tornar vago demais (perdendo-me em datas e épocas distantes), trago aqui uma cicatriz histórica recentíssima. Em janeiro de 2017, na gestão do prefeito Nelson Marchezan, tomava posse da SMED o professor universitário Adriano Naves de Brito. Assim como você, Adriano tinha alguns atributos profissionais que nos faziam acreditar que sua gestão pudesse contribuir significativamente na qualidade de ensino no nosso município (há sempre a esperança de que o título de "doutor" possa representar alguma coisa, que os anos dedicados à pesquisa acadêmica possam garantir sobriedade, inteligência e prudência na tomada de decisões). De toda forma, o que vivemos na pele ao longo de toda a gestão do secretário Adriano Naves de Brito foi uma total falta de diálogo e a consequente catástrofe na condução do que ele e sua equipe julgavam ser "o melhor" para nossa comunidade escolar.

Peço desculpa pelo tom do palavreado, mas "catástrofe" me parece ser a melhor palavra para designar o trabalho da SMED na gestão anterior. O resultado pragmático desta catástrofe é o que você, e todos nós, estamos vendo e vivendo: uma comunidade escolar bastante traumatizada e, como tal, avessa às práticas de violência institucional perpetuadas na gestão anterior, e que parecem se revelar presentes na maneira como esta nova proposta está se dando.

Como professor de psicologia social e institucional, sinto-me à vontade para esclarecer alguns pontos sobre o que penso ser uma violência institucional. Como a própria violência doméstica (que tristemente assola o interior de nossas famílias, sobretudo das famílias das crianças e jovens de nossas escolas públicas), a violência institucional se dá na maioria das vezes de forma velada e com consentimento de alguns dos seus pares (embora a vítima costume ser o indivíduo mais frágil, toda a rede familiar se vê violentada).

Não sei o que boa parte das pessoas que trabalham aí na secretaria pensam da maneira como esta nova proposta pedagógica está sendo instituída, mas pelo que conheço do seu corpo funcional e administrativo, imagino que estejam se sentindo muito desconfortáveis diante disso tudo. O certo é que a opção pela falta de diálogo e por tentativas arbitrárias de impor suas próprias concepções fez com que Adriano Naves de Brito e sua equipe ficassem literalmente isolados, perdendo o que me parece ser o coração, as mãos e as pernas de toda e qualquer gestão municipal, que são seus servidores públicos. Ao perder o vínculo com professoras, supervisoras, diretoras, técnicos, estudantes e comunidade, a gestão de Adriano Naves de Brito foi se isolando cada vez mais, sendo hoje lembrada como uma das piores

(senão a pior) de toda nossa breve história democrática.

Esta é uma cicatriz pública e subjetiva que as pessoas diretamente envolvidas terão que lidar ao longo dos próximos anos. Não sei como está a vida das pessoas que estiveram presentes na gestão anterior, mas o certo é que elas têm nome próprio e estes nomes não serão assim tão fáceis de se esquecer. Lembrei de uma educadora latinoamericana que dizia que nada mais somos do que as memórias que deixamos nos outros. Em outras palavras, o que essa educadora nos diz é que precisamos cuidar muito da nossa presença no mundo, na maneira como nos relacionamos com os outros e com as diferenças que toda e qualquer relação nos impõe. Trago estas palavras na tentativa, não de constrangê-la, mas de mostrar um outro lado do problema.

Em janeiro de 2022 fechará um ano da atual gestão, com muitos desafios ainda a serem enfrentados em relação aos graves impactos da pandemia no contexto das nossas escolas. Se não há mapas certeiros que apontem para o melhor caminho (seria tão bom se tivéssemos), há ao menos a possibilidade de não embarcarmos em caminhos já trilhados e que se mostraram calamitosos.

Não quero com esta carta rebater criticamente o conteúdo da nova proposta pedagógica da SMED, uma vez que, conforme havia escrito, há aspectos interessantes e que podem muito bem dar certo. A questão que me parece mais grave é o grau de tensão que a SMED está produzindo junto aos seus colaboradores diretos (professores, gestores e técnicos), dando pistas de que os próximos capítulos serão uma triste repetição de nosso recente passado.

Ainda há tempo para que, ao contrário de "Adriano Naves de Brito", o nome próprio "Janaina Audino" seja lembrado no futuro como o de uma pessoa que fez a diferença na gestão da educação da cidade de Porto Alegre, uma vez que em políticas públicas não há outro meio que não seja o da participação, do fazer, agir e se comprometer juntos. Até porque, quando fazemos e pensamos juntos, nos responsabilizamos coletivamente pelos riscos que toda a mudança impõe. Parece ser isso que essa gente "lá das escolas" está querendo lhe dizer, de que, sem uma real participação, elas e eles não pegarão junto, que você e sua equipe ficarão sozinhas e, como tal, cada vez mais fragilizadas.

O que leio nesta revolta toda não é mimimi, ranço, ideologia, preguiça de mudar ou qualquer coisa do gênero. Ainda muito machucada pela gestão anterior, a comunidade escolar quer ser realmente ouvida, sentir-se de fato participante, comprometida na mudança que entende ser necessária. Do contrário virá de novo o que já veio (e com ainda mais resistência), um enredo já conhecido, mas com os nomes atualizados.

ONDE MORA O PAULO FREIRE FILÓSOFO?

MARCO MELLO
Prof. de Filosofia e História na EMEF Saint Hilaire
Publicado no Jornal Brasil de Fato RS, em 28 de Out. 2021



"Paulo Freire Filósofo mora no lado esquerdo do peito das educadoras, educadores, dos/das servidoras públicas"

Como identificar e qualificar o que transborda em amplitude? Como reter a água límpida e abundante que escorrega por entre as mãos? Como dizer o indizível? Nomear é, sem dúvida, um lugar de saber-poder.

E le é denominado pedagogo, pensador, humanista, filósofo, escritor, educador, intelectual, Patrono da Educação Brasileira. Para outros, desavisados ou detratores, um doutrinador marxista, ideólogo da educação comunista, idealista messiânico e ultrapassado. Em se considerando as múltiplas denominações habitualmente atribuídas a Freire, seria ele, de fato, um filósofo?

Paulo Freire (1921-1997) não criou nenhum sistema filosófico, no sentido clássico da expressão. Não se inseriu como membro da comunidade filosófica existente, não publicou nenhum livro que pudesse ser qualificado como de teor estritamente filosófico. Aliás, em nenhuma de suas obras, publicada em vida, sequer inseriu em algum título a expressão Filosofia.

Seria, portanto, equivocado chamá-lo de filósofo? Ou seria uma espécie de filósofo em um ramo específico do conhecimento, um filósofo da educação? Em 1959 doutorou-se em Filosofia e História da Educação. Um filósofo na educação? Um educador que criou uma filosofia especulativa própria? Ou apenas um educador que flertou e fez uso livre de leituras, conceitos e métodos propriamente do campo filosófico?

FILOSOFIA EM FREIRE

Freire declaradamente sofreu grande influência no seu pensamento de filósofos com os quais conviveu, Álvaro Viera Pinto e Ernani Fiori talvez sejam os mais marcantes, em se tratando dos brasileiros. Teve e assumiu uma influência teórica eclética. Nele percebemos as

marcas de um existencialismo encarnado, da teologia da libertação, de leituras marxistas e do nacionalismo desenvolvimentista, muito presente em seus primeiros livros. Pode-se dizer que três filosofias marcaram sucessivamente sua obra: o existencialismo, a fenomenologia e o marxismo sem, no entanto, adotar uma posição ortodoxa em relação a essas influências. Já ao final da vida, abriu a possibilidade de deixar-se influenciar por leituras da pós-modernidade crítica e incorporá-la em seus ensaios. Sua obra mais importante e difundida, *Pedagogia do Oprimido,* está largamente assentada em um diálogo criador e historicamente situado com Karl Jaspers, E. Husserl, Karel Kosik, Frantz Fanon. Emmanuel Mounier, Martin Buber, Lucien Goldman, M. Heidegeer, Simone de Beauvoir, F. Hegel, Karl Marx e Friedrich Engels, Simone Weil, Gabriel Marcel, G. Luckacs, J. Paul Sartre e Merleau-Ponty, H. Marcuse, entre outros/as.

FILÓSOFO? SIM, SENHOR, SIM, SENHORA!

A quem se interessar, recomendaria a leitura da instigante, heterodoxa e encantadora biografia de Freire, que se constitui ao mesmo tempo como ensaio filosófico, de Walter Kohan, professor de Filosofia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). "Paulo Freire mais do que nunca: uma biografia filosófica" (2019, Vestígio; 2020 Clacso), disponível para acesso gratuitamente. E, na continuidade, o recente "Paulo Freire: um menino de cem anos" (2021, NEFI). Trata-se de leituras das histórias de vida de Freire como um problema filosófico, e na qual não se apartam biografado e sua obra. Originalíssimos.

Para Kohan, Freire teve uma vida política impregnada de pensamentos forjados pelo estar no mundo, de pensar-se constantemente com e no mundo, situar-se diante, pronunciar sua existência, esperançar outros mundos, revisitar sua trajetória, assumir suas errâncias, reinventar-se, portanto, afirmando a premissa de que não há educação filosófica que não tocada e afetada politicamente pela história, pela política e pela vida – curiosamente, o que falta, e muito, à parcela dominante de certos filósofos e filosofias. Nesse sentido, específico, sim, ele é um Filósofo, e dos bons!

Um excerto do próprio Freire, d'A Pedagogia da Indignação", é revelador sobre o tema. "Filosofar, assim, se impõe não como puro encanto, mas como espanto diante do mundo, diante das coisas, da História que precisa ser compreendida ao ser vivida no jogo em que, ao fazê-la, somos por ela feitos e refeitos. O exercício de pensar o tempo, de pensar a técnica, de pensar o conhecimento enquanto se conhece, de pensar o quê das coisas, o para quê, o como, o em favor de quê, de quem, o contra quê, o contra quem são exigências fundamentais de uma educação democrática à altura dos desafios do nosso tempo." (p.112)

DIANTE DO BANIMENTO GENOCIDA, LEMBRAR É IMPRESCINDÍVEL!

Não admira, portanto que a renúncia e o apequenamento da Filosofia, da Sociologia, da História e da Geografia no famigerado Novo Ensino Médio sejam o símbolo e ao mesmo tempo materialização do anti-humanismo e da anticrítica nas reformas operadas na escalada autoritária que vimos sofrendo no pais, sob a hegemonia da Aliança Conservadora. Ontem, na Grécia ateniense clássica, cicuta à Sócrates. Hoje, sob a condução de Audino e Sarmento na Educação de Porto Alegre, o eufemismo da oferta de um "espaço filosófico" nas "nuvens" sem Filosofia? Por favor, não ofendam nossas inteligências desse modo.

É preciso superar a tradição do cânone ocidental na Filosofia: europeu, masculino, branco, da elite. É preciso oxigenar com Filosofias no plural, de(s) coloniais, femininas, ameríndias, negras, LGBTs, periféricas, contra-hegemônicas e insurgentes. Mas, em primeiro

lugar, é preciso que a Filosofia exista como tal, num espaço que nós professores/s chamamos sala de aula. Como muito bem afirmaram, em um contundente e recente artigo, as profs. Spinelli e Sardi, "Fica, Filosofia, na sala de aula!"

A CORUJA DE MINERVA E O LUZEIRO

Uma educação filosófica crítica necessariamente precisa problematizar os limites do senso comum e construir alternativas para um novo patamar de compreensão da realidade, estimulando ações transformadoras no avanço possível, dentro das condições existentes. Portanto, compartilho de uma velha máxima, atribuída ao filósofo Confúcio: é melhor acender uma vela do que praguejar contra a escuridão.

Estamos todos e todas convocados/das a acender as velas, lamparinas, lâmpadas e lanternas, juntos à velha senhora da razão! Uma educação para a emancipação humana requer que seja recuperado o papel da racionalidade e do próprio legado iluminista para o bom combate ao obscurantismo e alienação, evidenciando a potência radicalmente problematizadora e reflexiva da filosofia. Afinal, a banalidade do mal, na expressão da filósofa Hannah Arendt, não pode trafegar incólume, travestida de uma cruzada dos "homens de bem" e das "mulheres em Cristo", sob as consciências e os narizes de educadores/as críticos/as que somos. Nossa primeira tarefa? Como nos ensinou Freire, a escuta sensível e densa de nossos educandos e educandas. Suas falas significativas são temas geradores, prenhes de vida. A segunda tarefa? Fazer perguntas!

ONDE ELE MORA?

O Paulo Freire Filósofo mora no lado esquerdo do peito das educadoras e educadores, dos/das servidoras públicas que, todos os dias, ralam e dão o melhor de si, para fazer a vida de nossos/as estudantes ser melhor do que é, que interrogam a vida, problematizam, partejam o conhecimento, explicitam o contraditório, e não abdicam dos sonhos e o ideário da justiça social. Paulo Freire mora nas nossas salas de aulas!

DO LADO ESQUERDO DO PEITO

Nesta sexta-feira, 29 de outubro, 17h30, acenderemos um luzeiro poderoso e estão todas e todos convidados a se juntarem a nós. A Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (Atempa) e o Coletivo das Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS), em parceria com um conjunto de organizações afins, através de live no Youtube da ATEMPA, lança uma publicação resultada do processo formativo em torno da Educação Popular e do legado de Paulo Freire, levado à cabo ao longo do ano na celebração do centenário de nascimento do mestre pernambucano. O lançamento, nessa semana que é marcada pelo dia do/a Servidor/a público/a, é também simbólico e importante, nossa defesa do serviço público passa pelos ensinamentos de Freire, assim como a defesa da educação 100% pública, a produção de conhecimento e ciência 100% pública, como forma de garantir o acesso aos direitos, pela população. O título do livro, disponibilizado para livre acesso e download, *https://www.editorafi.org/295freire*, é ele próprio um convite que aconchega e nos conduz pela mão para que desvendemos seu belo e atualíssimo conteúdo.

Do lado esquerdo do peito, Paulo Freire: Presente!

MORTOS, VIVOS E VIVARACHOS

LUÍS AUGUSTO FISCHER
Escritor, ensaísta e professor de literatura brasileira na UFRGS

Publicado no Jornal Zero Hora, 2 de novembro de 2021

Os jornais e a mídia em geral deram conta de um caso singelo, semana passada. Em Goiatuba, Goiás, um pastor (de gente, não de animais) ia morrendo em consequência da Covid e avisou para a esposa e fiéis que não permitissem o enterro de seu corpo, porque ao terceiro dia ele ressuscitaria, conforme Deus o tinha avisado.

O pessoal armou tudo como este senhor, Huber Rodrigues, queria, e ao terceiro dia foram conferir o que havia acontecido. Abriram o caixão e, bem, ele estava morto mesmo. Alguém qualificou o caso como a primeira *fake news* póstuma.

Nada tenho contra as crenças das pessoas, desde que tomadas e levadas como opções privadas, individuais ou familiares. Fala com Deus ou com deuses? Sem problema. Quer deixar de ir ao médico e assim encaminhar-se para o Além, ok. Mas se qualquer dessas hipóteses se referir a terceiros ou quiser se arvorar a ser regra geral, negativo, nada feito. A laicidade do Estado e a primazia da razão e da ciência é que valem – e o combate à atual pandemia mostra bem o valor disso.

Relaciono isso com o que pretende agora a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, esta mui leal e valerosa terra que já conheceu educadores de alta capacidade, como Antônio Álvares Coruja, Luciana de Abreu, Apolinário Porto Alegre, Emílio Meyer, Ernani Maria Fiori e Zilá Totta, para citar apenas gente já falecida. A SMED defende que o adequado agora é substituir Filosofia, na rede municipal, por Religião. Sim, senhores e senhoras, religião.

Que os currículos e práticas escolares devam sempre ser revistos e ajustados, não há dúvida. Mas que na escola pública deva se retirar aulas de Filosofia para oferecer aulas de Religião, por tutátis! De onde sai essa ideia?

Uma hipótese tem sido murmurada: a de que essa ideia, errada e maléfica, seja um pagamento de campanha do atual prefeito. Grupos religiosos ganhariam espaço para doutrinar em sala de aula, como compensação pelo apoio. Não quero crer que tal seja verdade; mas queria muito conhecer algum motivo razoável, qualquer motivo minimamente aceitável, para esse descalabro. Haverá?

O FERMENTO E O PÃO DA VIDA
SOBRE ANA, CONCEIÇÃO E A FILOSOFIA NA SALA DE AULA

ROBERTO CARLOS P. GARCIA
EMEF Jose Loureiro da Silva

MARCO MELLO
EMEF Saint Hilaire

Publicado nas redes sociais da ATEMPA, em 29 out 2021.



"Ana, faça o texto agora. O tempo dado para a sua produção já extrapolou. Silêncio. Olhar de negativa. Tens a opção (que é um direito) de escrevê-lo agora em sala de aula. Podes escolher a forma. Redação, que sabes. Carta, que também sabes. Poema, que sabes muito bem. O tema proposto, que lembras, é uma mini-biografia de um (a) personagem que te cause admiração (filósofa/o, artistas, lideranças comunitárias, etc.)".

Biografia. Bio: vida. Grafia: escrita. Uma escrita de uma vida. Admirar: verbo que busca traduzir o efeito de afetos que algo ou alguém produz. Escolher o(a) biografado(a). Escolher: ato que remete a uma seleção de desejos. Instiga a interrogar o porquê da escolha desta pessoa e não de outra. Expressar em forma de sinais, palavras, enunciados, imagens utilizadas como iscas para aproximarem-se do fenômeno do real. Dar um contorno a acontecimentos. Após um breve silêncio, olhar mais desarmado, vislumbrando de soslaio ao seu redor, folha branca à sua frente, Ana tomou a caneta e discorreu.

O sujeito de sua escrita era uma mulher negra, jovem e de origem social empobrecida. Ana era uma adolescente negra e de origem social empobrecida. A mulher havia sido catequista na igreja próximo a sua casa. Ana cantava na igreja próximo a sua casa. A mulher gostava de ler, escrever e pesquisar. E escrevia fartamente sobre temas sociais brasileiros sob a perspectiva da exclusão social em suas diferentes formas.

Ana temia andar nas ruelas pouco iluminadas do entorno onde mora. E fez da constatação das injustiças de gênero, etnia, econômicas e políticas, fermento e pão para sua trajetória de vida. Ana observava em silêncio tudo ao seu redor; iniciou-se ao gosto pela leitura histórica de Dandara e também a dançar na escola, mas mutilava seu corpo. Quando interrogada, justificou-se que era um modo de aliviar a dor maior de existir. A mulher foi assassinada com tiros na cabeça – órgão privilegiado da constituição humana que conjuga a imaterialidade do ato de pensar e as emoções. A escrita de Ana descreveu um acontecimento ainda sem respostas. Quem mandou matar e por quais motivos aquela mulher foi morta? Que efeitos éticos a supressão violenta de uma vida deve provocar? Ana ainda canta e gosta muito de dançar. Iniciou o curso de enfermagem porque diz que "sempre gostei de ajudar os outros".

Tantas histórias, tantas vidas partilhadas e reinventadas. Tanta vida em nossas salas de aula. Nós sabemos disso. As relações professoras/es alunas/os, estudantes entre si e suas famílias, expressam muitos e diferentes movimentos conceituais afetivos inesquecíveis!

Feira do livro e Escola. Territórios de pensamentos e das emoções

Você vai na Feira do Livro? Ela será presencial e híbrida. Começa hoje, 29 de outubro, e vai até a 15 de novembro. O tema deste ano é "Para ler um novo mundo". Quer uma dica? Procure um livro, qualquer um, da Conceição Evaristo! Ponciá Vicêncio, Olhos D´água, Becos da Memória, Insubmissas Lágrimas de Mulheres... Conceição cunhou um termo para sua literatura, comprometida com a condição de mulher negra em uma sociedade marcada pelo preconceito: *escrevivência*. O termo aponta para uma dupla dimensão: é a vida que se escreve na vivência de cada pessoa, assim como cada um escreve o mundo que enfrenta.

Para "Escrever um novo mundo" Ana e tantas outras, tantos outros, milhares, dezenas de milhares de estudantes da nossa rede precisam de educadores/as sensíveis à essas vida, à essa história, que se deixem afetar pela fome, pelas dores, pelos risos, pelos devaneios, pelos sonhos de Ana. Educadoras/es que perguntem, que dialoguem, que provoquem e criem condições para escrevivências, com a profundidade que elas requerem no mundo e com o mundo.

Ana precisa de... Filosofia! E na sala de aula!

VITOR É UM MENINO CURIOSO

ANDRÉ PARES
Professor de Filosofia e Jornalista

Vitor é um menino curioso, pensante e amoroso. Tem 11 anos. Na escola, desde o ciclo A, é conhecido por questões que vão de meio ambiente à economia, passando por direitos humanos, aposentaria, vale-transporte, entre outras. Dá gosto em quem se torna sua interlocutora.

Vitor está no ciclo B, e ainda não tem Filosofia, que é ministrada apenas nos três últimos ano do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Ao ser informado

que a disciplina de Filosofia seria excluída da escola pela atual gestão da Sec. Municipal de Educação, Vitor parou, pensou, e disse:



> *Filosofia ajuda a pensar, né? Tipo, pensar, sabe? Questionar. Coisas que tu nunca questionaria, mas se tu questionar, tu vai ver: se tu pensar, tem algo errado! É questionar, basicamente! Pensa: como seria uma vida sem tu questionar nada? Seria um pouco chata.*

O ambiente escolar diverso, autônomo, livre, sempre fez com que as questões do Vitor ultrapassasseem a sala de aula; que ele pudesse conversar, em inúmeros momentos e lugares, com professoras, professores, colegas distintos, fazendo trocas incríveis, construindo aprendizados inesquecíveis, criando relações de alteridade insubstituíveis.

A organização da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre prima por esse trabalho (e por ele é histórica e amplamente reconhecida). O trabalho autônomo de suas professoras está na autonomia crescente de Vitor. Por isso, é evidente que ele saberia aproveitar todas as disciplinas escolares disponíveis ao chegar no terceiro ciclo e passar a ter diversas matérias específicas no seu currículo. Porém, algumas dessas matérias ele não terá mais; outras, terá pela metade.

A "proposta pedagógica" da Secretaria Municipal de Educação – SMED, de Porto Alegre, tira a disciplina de FILOSOFIA da escola (só da pública) e diminui HISTÓRIA, GEOGRAFIA, além de outras perdas. Vitor não foi avisado sobre essa mudança. Nem perguntado. Mãe do Vitor, também não; nem sua família. Suas professoras e professores também não; nem a diretora e nem o Conselho Escolar da sua Escola; nem o de nenhuma escola. Nem o Conselho Municipal de Educação foi perguntado, tampouco a sociedade em geral. Contudo, mesmo com todas essas perdas, Vitor deve seguir capaz de ter várias questões sobre processos como esse imposto pela SMED. É da sua natureza ter a noção do seu direito de saber das coisas. Natureza de toda as crianças, aliás. Direito que a escola tem o dever de respeitar e estimular. E que *era* assim, até hoje, na educação pública de Porto Alegre.

Se sem Filosofia, Ciências, História, Geografia (matérias que ele teria ano que vem), Vitor já pensa e pergunta sobre todas essas questões, imagine se pudesse seguir tendo todos os conhecimentos ao seu dispor?

Quantos "Vitor" perdem?
Para quem é essa "proposta pedagógica"?

O QUE NÃO TE CONTARAM SOBRE A RETIRADA DA FILOSOFIA

FÁBIO GAI PEREIRA
Prof. de Filosofia da RME

Há uma antiga e abrangente tradição de ensino de Filosofia na Rede Pública Municipal e também na Rede Privada de Porto Alegre. Mesmo uma vereadora tendo afirmado na Câmara dos Vereadores, no dia 18/10/2021, que não há Filosofia no Ensino Fundamental na Rede Privada de Porto Alegre. A verdade é que redes privadas como a Marista e a Lassalista, por exemplo, ofertam esse componente curricular de maneira obrigatória na grade do Ensino Fundamental – Contabilizamos pelo menos 22 escolas com essa oferta em Porto Alegre.

Há questões de Filosofia no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Os alunos da Rede Privada seguem com o acesso à Filosofia no Ensino Fundamental. Em grandes escolas privadas de Porto Alegre, como o Rosário e o Farroupilha, a Filosofia já começa a ser ofertada no 6° ano. O que corresponde a uma turma de B30 na rede municipal. Quem chegará com mais condições de disputar o ENEM?

São muitas as escolas privadas de Porto Alegre que ofertam Filosofia no Ensino Fundamental: 1) Farroupilha (embora na sua apresentação no dia 28/09/2021 a Secretária Janaina tenha mostrado um slide dizendo que não tem), 2) Marista Rosário; 3) Marista Assunção; 4) Marista Ipanema; 5) Marista São Pedro; 6) Marista Champagnat; 7) La Salle Dores; 8) La Salle Santo Antônio; 9) La Salle São João; 10) La Salle Pão dos Pobres; 11) La Salle Esmeralda; 12) Israelita; 13) Santa Inês; 14) Bom Conselho; 15) Sévigné; 16) Santa Cecília; 17) João Paulo I; 18) Maria Imaculada Medianeira; 19) Monteiro Lobato; 20) CID (Centro Integrado de Desenvolvimento); 21) Escola Vinícius de Moraes; 22) ACM.

O argumento principal da secretária para a retirada da Filosofia é adequar a rede municipal à BNCC. Então, o Farroupilha, o Rosário, enfim, a Rede Marista e a Rede Lassalista, por exemplo, estão *irregulares*? Serão *multadas*?

Estudantes do Rosário, do Farroupilha e de outras tantas escolas Maristas, Lasallistas e de outras redes seguem ofertando o componente curricular Filosofia de maneira obrigatória na grade curricular do Ensino Fundamental e, portanto, garantindo estímulos, reflexões, interpretação de textos filosóficos, dinâmicas. Enfim, um ambiente pedagógico que proporciona o desenvolvimento da argumentação oral e escrita, a análise crítica e a visão ampliada e aprofundada da realidade de um modo que apenas a especificidade que o componente curricular Filosofia consegue proporcionar. A Rede Municipal garantia esse acesso aos estudantes, mas com a reforma da SMED deixará de garantir, aumentando a desigualdade ao restringir à rede privada o acesso a esse componente curricular no Ensino Fundamental.

A secretária insiste que a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) "consolidou retirada da Filosofia no Ensino Fundamental". Esta afirmação foi feita inúmeras vezes pela secretária, como em entrevista a Zero Hora no dia 22/09/2021, em publicação do site da prefeitura no dia 23/09/2021, na Câmara de Vereadores no dia 18/10/2021 e em outros lugares. No documento

da BNCC encontramos 26 ocorrências do termo "Filosofia" e desafiamos a secretária a nos mostrar em qual passagem podemos ler algo que indique alguma consolidação da retirada da Filosofia.

A Filosofia é composta por diversas áreas. Brevemente, podemos destacar que em Teoria do Conhecimento estudamos a diferença entre conhecimento e opinião, processos de justificação de crenças, o papel da experiência e da razão na origem do conhecimento. Em Lógica estudamos a noção de contradição, aprendemos a investigar a validade dos argumentos, reconhecer falácias e desenvolvemos a capacidade de argumentar com clareza e rigor. Em Ética estudamos nosso papel social, possíveis obrigações em relação ao nosso próximo, aprofundamos e sofisticamos análises sobre o conceito de justiça e buscamos saber como devemos agir para sermos melhores diante da sociedade e da nossa própria consciência. Em Filosofia Política estudamos os argumentos que justificam a formação do Estado, investigamos a própria necessidade do Estado e nos abrimos para saber se ele deve existir e, em caso afirmativo, quais deveriam ser seus limites. Em Metafísica investigamos as relações entre essência a aparência, buscamos compreender a nossa realidade, visando uma maior consciência de nós mesmos. Muitos estudantes da Rede Privada continuarão a ter esse acesso. As e aos estudantes das escolas municipais de Porto Alegre esse acesso foi destruído.

QUANDO NÃO QUEREM NOS OUVIR DE VERDADE...

JAQUES GUIMARÃES SCHAEFER
Prof. de Filosofia nas EMEFs Judith Macedo de Araújo e Mariano Beck

A BNCC só concretiza a retirada da Filosofia dos pobres ou daqueles que não têm como pagar por ela, numa escola particular?



Estudantes dos últimos anos do Ensino Fundamental da EMEF Judith Macedo de Araújo, no Morro da Cruz, conversam com a secretária de Educação de Porto Alegre, Janaina Audino

No dia 10/11/21, recebemos a secretária da Educação de Porto Alegre, Janaína Audino, em uma das escolas onde trabalhamos, na EMEF Judith Macedo de Araújo. A secretária viria junto ao Prefeito Sebastião Melo para fazer uma entrega simbólica de cestas básicas, junto à direção, aos representantes do CMA (Conselho Municipal de Alimentação) e aos setores da agricultura familiar da nossa comunidade escolar. Lembramos, então, de todo o processo de retirada arbitrária da Filosofia dos currículos das escolas de Porto Alegre feito pela Secretaria da Educação neste ano, e da proposta de uma grade curricular intempestiva, com falso consenso, definida pela gestão do Melo e liderada pela Secretária da Educação, Janaína Audino. Recordamos também as vezes em que a secretária disse que receberia os conselhos escolares e outros representantes das escolas de Porto Alegre descontentes com essas mudanças. A secretária, porém, desmarcou a maioria dos encontros ou, nas poucas vezes que concordou com as reuniões, mandou apenas assessores. Esses sempre pareciam estar nas reuniões com uma determinação prévia: "Ouçam, mas estejam certos: tiraremos a Filosofia como está hoje. Dialoguem, mas o 'consenso final' será minha decisão única: 'Não manteremos a Filosofia para os alunos da Rede Municipal de Ensino na grade curricular'". Pensamos, então: "Aqui uma oportunidade da Secretária nos ouvir, de ouvir a todos.".

Como os nossos alunos sabem da importância das aulas de Filosofia e do modo arbitrário que a secretária tem levado essa nova grade curricular às escolas, perguntamos se eles gostariam de falar com ela, já que a Secretária da Educação, junto com o prefeito, estaria na nossa escola. (soubemos depois que o prefeito Sebastião Melo não viria). Todos os alunos que estavam na escola e tinham aula de Filosofia conosco propuseram-se a descer e pedir pela permanência das aulas da matéria. Gritos de "Fica Filosofia" foram ouvidos pelos corredores da escola e a secretária teve mais um dos vários sinais, agora bem próximo, do efeito de medidas tão impopulares e funestas como essas para os nossos alunos. Com efeito, toda a nossa escola foi tomada pelos gritos "Fica, Filosofia!". Depois, solicitei a secretária que, se pudesse, aproveitasse a oportunidade de conversar comigo e alguns representantes de nossos alunos. Ela aceitou e, sobre o amparo da nossa escola, os alunos poderiam indagar sobre o porquê de serem impostas essas mudanças.

Foi surpreendente ver a disposição dos três alunos escolhidos para conversar com a secretária. Ela buscou dizer que a Filosofia estava "concretizada" como fora da "Base Nacional Comum Curricular" – BNCC é uma política curricular para o ensino no País. Os alunos questionaram que tinham amigos e conhecidos de escolas particulares que tinham essa matéria e que ela não seria retirada dessas escolas. Pensamos: "A BNCC só concretiza a retirada da Filosofia dos pobres ou daqueles que não têm como pagar por ela, numa escola particular?".

A BNCC obviamente não impede a Filosofia, pois suas aulas estão presentes para os alunos de várias escolas particulares hoje, no ensino fundamental. Ao ser confrontada com esses fatos, a secretária Janaína não conseguiu convencer os nossos alunos que lutavam bravamente para serem realmente escutados na sua busca pela permanência das aulas de Filosofia como são dadas na nossa escola. Disse que "não poderia agradar a todos". Sugeriu um "espaço filosófico", que, na verdade, tira o professor de Filosofia desse momento de dar aula mesmo, deixando de lado a garantia de que a Filosofia continue seu trabalho de formação humana na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

No fim, a secretária levantou-se e finalizou o "diálogo", deixando sensação de injustiça e autoritarismo entre todos que a escutavam. Arrisquei oferecer que ela assistisse uma de

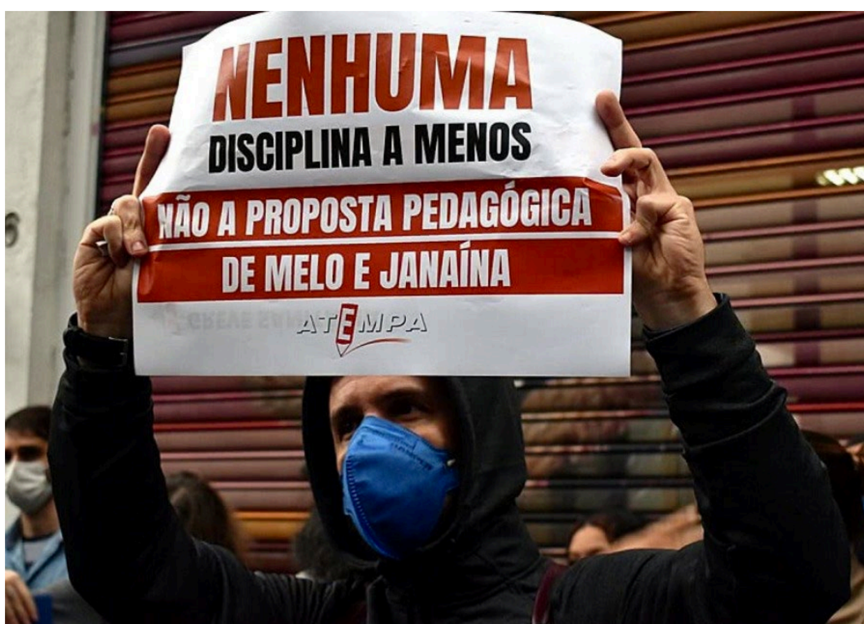
nossas aulas de Filosofia antes de decidir por sua retirada. Ela, porém, já havia decidido e o falso diálogo se encerrou.

MENTIRA TEM PERNAS CURTAS. TIRANIAS TAMBÉM!

MARCO MELLO, ANDRÉ PARES, CARLA CARDARELLO
Professores e Supervisores nas EMEFs Saint Hilaire, Nossa Senhora do Carmo e Judith Macedo de Araújo

Publicado no Jornal Brasil de Fato RS, em 12 nov de 2021

"Janaína Audino é autora de uma Proposta Pedagógica que, entre outros absurdos, exclui a Filosofia da grade curricular"



As aulas de Filosofia estão presentes para os alunos de várias escolas particulares hoje, no ensino fundamental. Foto: Simpa/Divulgação

- Secretária, nós queremos entender por que a sra. não quer a Filosofia nas escolas. A sra. estudou em que escola?
- Ah, querida, foi há muito tempo atrás, era uma escola pública...
- Quando a sra. era estudante, na sua escola, tinha Filosofia?
- Ahhh...
- Tá. Tinha ou não?
- Não, não tinha.
- Ah... então tá explicado... (risos gerais do grupo no entorno). É por isso então. Se a senhora tivesse tido Filosofia, jamais iria querer tirar algo tão importante pras nossas vidas!

Após a transcrição do diálogo acima, a secretária de Educação de Porto Alegre se levanta e, abruptamente, começa a se despedir de duas estudantes, um estudante e um professor de Filosofia que tinham conseguido, enfim, conversar com ela e sai de cena, às pressas.

A descrição acima é parte de uma tentativa de diálogo que aconteceu entre um grupo de estudantes dos últimos anos do Ensino Fundamental da EMEF Judith Macedo de Araújo, no Morro da Cruz e a secretária de Educação de Porto Alegre, Janaína Audino, nesta quarta, 10 de novembro. Audino é autora de uma Proposta Pedagógica que, entre outros absurdos, exclui a disciplina da grade curricular das escolas públicas de Porto Alegre.

Estudantes, às dezenas, recepcionaram a secretária e a comitiva da prefeitura no pátio interno da escola com uma manifestação contundente contrária à retirada da Filosofia do currículo escolar, aos gritos, em coro, de "Filosofia! Filosofia!". Por iniciativa do professor da disciplina da escola, Jacques Schaefer, conseguiu-se uma pequena reunião improvisada com representantes das turmas e a secretária, ali mesmo, no saguão.

Na conversa, muito rápida, Janaína Audino afirmou que "não é ela que retira a Filosofia", mas que é "uma necessidade de adequação à BNCC, que consolida a retirada da Filosofia do currículo" – argumento que vem repetindo sempre que pressionada. E a pressão tem se intensificado. O fato é que não é correto afirmar que a Base Nacional Curricular Comum retira disciplinas em currículos, tampouco que consolida a retirada da Filosofia. É tão somente o argumento da autoridade externa para justificar exclusões.

PIMENTA NOS OLHOS DOS OUTROS É REFRESCO?

A inconsistência do argumento de Janaína Audino é desmontada fácil e rapidamente. Um levantamento realizado por um de nossos colegas da Rede Municipal de Ensino, com larga experiência de ensino, pesquisa e produção de material didático na área, evidenciou que a grande maioria das escolas privadas de Porto Alegre ofertam Filosofia no Ensino Fundamental: Colégio Farroupilha, Marista Rosário, Marista Assunção, Marista Ipanema, Marista São Pedro, Marista Champagnat, La Salle Dores, La Salle Santo Antônio, La Salle São João, La Salle Pão dos Pobres, La Salle Esmeralda, Israelita, Santa Inês, Bom Conselho, Sévigné, Santa Cecília, João Paulo I, Maria Imaculada Medianeira, Monteiro Lobato, CID (Centro Integrado de Desenvolvimento). Se a BNCC consolidasse a retirada dessa disciplina desse nível de ensino, estariam todas essas escolas mal informadas, irregulares, ou mesmo obsoletas?

A clareza da consequência dessa tomada de decisão ofusca os olhos de quem enxerga o evidente (estudantes, comunidade, docentes, equipes diretivas) e parece que faz fugir do diálogo quem precisa fazer de conta que não vê (atual gestão da SMED). Ora, secretária, a realidade é que a SMED, sob seu comando, está construindo o aumento do fosso da desigualdade de oportunidades. Estudantes da rede privada de ensino seguem tendo filosofia como disciplina no Ensino Fundamental, enquanto os da rede pública não terão mais.

Realizar um trabalho pedagógico com estímulos de aprendizagens com conteúdos, métodos e conceitos que são próprios da filosofia para todos estudantes em formação, sejam em que redes estejam vinculados não é condescendência. É justiça curricular. É justiça social. É buscar a superação do dualismo perverso de classe que afunda o país no buraco da desigualdade. A filosofia, como componente curricular escolar, num ambiente pedagógico favorável, proporciona o filosofar, que lida com a perguntas e as dúvidas existenciais; debruça-se sobre problemas desde as vivências e experiências, que estimula o desenvolvimento da

argumentação oral e escrita; estimula o exercício de análise crítica, racional e circunstanciada; a ampliação da visão e o aprofundamento da leitura das realidades de um modo único, entre muitas outras características muito bem estabelecidas há mais de dois mil anos (!). A Filosofia faz isso, especialmente, quando se abre ao contexto social em que a escola a trabalha, a reconhece e a respeita. Esse é o trabalho histórico que a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre faz – por isso, a disciplina é, mais que querida, respeitada pela comunidade escolar. Por isso, a defesa inconteste da comunidade por essa disciplina no momento em que ela é atacada.

BNCC: QUANDO CAI A MÁSCARA

A afirmação da secretária de que a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) "consolidou a retirada da Filosofia no Ensino Fundamental" foi feita repetidas vezes: no Jornal Zero Hora, em 22 de setembro, no site da prefeitura, em 23 de setembro, Câmara de Vereadores, em 18 de outubro e agora junto aos estudantes. Todavia, no documento da BNCC, segundo levantamento do Coletivo de Professores de Filosofia da RME, encontramos no mínimo 26 ocorrências do termo "filosofia". Gostaríamos de propor à secretária, portanto, que possa identificar em qual passagem podemos ler algo que indique alguma consolidação da retirada da Filosofia. Na certeza de que não é possível fazê-lo, o que podemos concluir é que distorções e inverdades têm sido propagadas ao longo do caminho desta "Proposta Pedagógica", tanto pela secretária quanto pela base aliada de vereadoras/es. Sendo assim, as pernas curtas da mentira não conseguem levar essa versão como justificativa para a retirada da filosofia do currículo quando a prova é que a BNCC não proíbe (nem consolida a retirada) o ensino da filosofia. E a escolha, que é marcadamente ideológica, se aproxima de uma tirania quando se sabe que as Redes Públicas e os seus Sistemas, como é o caso da capital gaúcha, assegura a autonomia da rede e legitima sua permanência.

A secretária que não dialoga com ninguém, que organiza e depois cancela a farsesca votação de supostos "cenários de mudanças curriculares num processo viciado do início ao fim, que carimba "consenso" em sua proposta sem nem estar presente com quem diz consensuar, parece estar cada vez mais isolada e enfraquecida. Ignorada por comunidades, conselhos escolares, estudantes, professoras e professores, comunidade acadêmica e sociedade em geral, dado seu caráter intransigente, Audino busca desesperadamente uma saída, mas, pela porta dos fundos. À boca larga, entre as escolas, e no paço municipal, dá-se como certa sua saída da pasta, devido aos desgastes causados ao governo de Sebastião Melo (MDB) pela autoritária e desastrada condução das mudanças propostas na grade curricular, entre outros desmandos e omissões. Um dos símbolos dessa má gestão, além da proposta, que é antidemocrática no seu todo e o ataque à Filosofia em particular, é estarrecedor: o descaso e o boicote no custeio da celebrada e premiada Orquestra Villa Lobos, que atendia mais de 300 crianças e adolescentes.

DERRUBAR OS TIRANOS

Diante disso, a quem pode interessar o fim da Filosofia, senão àqueles e àquelas obcecados pela derrota do pensamento crítico, os amantes da censura e do arbítrio e os distópicos e pragmáticos defensores da derrocada da Escola Pública e do papel do Estado? Não sobram justificativas válidas, sejam legais, sejam político-pedagógicas, sejam de gestão de recursos humanos, para banir do currículo das escolas a disciplina de Filosofia.

Evoquemos por fim, porque o momento não poderia ser mais propício, para isso, um jovem. Um jovem filósofo, humanista, audacioso e brilhante, Etienne de la Boëtie, o grande amigo de Montaigne, no Discurso da Servidão Voluntária, escrito quando tinha 19 anos, e publicado após a sua morte, em 1563. Nele, a pronúncia de um dos mais vigorosos discursos contra os regimes políticos e governos opressores da liberdade. "Para derrubar os tiranos, os povos não precisam guerreá-los. Tomai a decisão de não mais servir, e sereis livres". É essa lição que deram ontem as/os estudantes à Secretária-doutora Janaína Audino, porque, diz o ditado popular, mentira tem pernas curtas: e tiranos e tiranas também!

QUAL DIÁLOGO, SECRETÁRIA JANAÍA?

COLETIVO DE PROFESSORAS E PROFESSORES DE FILOSOFIA RME/POA

Artigo publicado no Jornal Sul21, em 23 nov. 2021

A atual gestão da SMED já deu suficientes mostras de seu desprezo pela democracia e pelo diálogo construtivo



Fala de João Francisco Rodrigues na Manifestação do dia 15 nas ruas de Porto Alegre.
Foto: André Pares

A exclusão da Filosofia das escolas públicas de Porto Alegre foi comunicada sumariamente pela Secretária de Educação no fim da tarde de sexta, 12 de novembro, através de um documento burocrático, via redes sociais, autointitulado de "Carta à Comunidade Escolar". Às vésperas de um feriadão, Janaína Audino ratificou de forma autocrática a

reforma curricular que ainda diminui horas de História e Geografia e minimiza a presença do Espanhol, entre outras tantas perdas. A "Proposta Pedagógica", como é chamada pela SMED, não dialogou com professoras e professores da Rede Municipal de Educação, nem com estudantes, nem com as Comunidades, nem com Conselhos Escolares, nem com Universidades, e sequer com o Conselho Municipal de Educação – cujo parecer determina a necessidade de um Congresso, dado o vulto das modificações curriculares.

Depois de imposta a reforma pretendida, inclusive desmentindo a sua própria palavra empenhada, como gestora pública, em reuniões, audiências e textos publicados, de que seria uma "construção coletiva", de "abertura para apresentação de 'cenários alternativos'" e de "acolhimento de propostas da rede", a Secretária diz que quer dialogar?

Fomos comunicados da possibilidade de um diálogo com a Secretária – não por seu desejo, mas provocada por iniciativa de parlamentar historicamente ligada à causa da educação pública, a deputada Sofia Cavedon (PT), nossa colega que muito nos orgulha por sua trajetória e compromisso. A Secretária Janaína aceitaria dialogar com professoras e professores de Filosofia da Rede – a princípio, no Auditório da Secretaria; em seguida, seria apenas com quatro professores, e depois, seria online. Em reunião, o Coletivo deliberou declinar dessa nova tentativa de dialogar com a Secretária. Os motivos, que não são novos, são expostos a seguir:

1. O não-diálogo com a representação de Professoras e Professores

O único grupo que a SMED (e não a Secretária, pois não esteve presente em nenhuma reunião) decidiu supostamente dialogar, durante o processo de implantação da sua reforma pedagógica, foi o que se chamou de "GT de Supervisões" – do qual, de acordo com a SMED, só poderia participar um supervisor de cada escola. Após uma série curtíssima, de pouco mais de dois meses de encontros sem diálogo, e sem respostas, inclusive sobre pedido das supervisões para ter as gravações das reuniões, em 14.10 a SMED decidiu: não aceitar a proposta enviada pelo GT (que já tinha sido modificada de acordo com os critérios da própria SMED; anular seu próprio cronograma,a que previa uma votação entre a sua proposta e quaisquer outras inscritas (que passassem pelo seu crivo) e (o melhor) dizer que a proposta final era de "consenso", mesmo o GT solicitando para que se retirasse esse termo. Ou seja, com a representação docente não dialogou e cooptou a seu favor o processo, falso em si próprio.

2. O não-diálogo com a representação de Conselhos Escolares

Após a entrega em mãos, na SMED, do documento Solicitação de Esclarecimento à SMED, assinado por mais de 50 Conselhos Escolares, em 01.10, contendo uma série de perguntas à Secretaria sobre seu processo impositivo e sem regras claras da reforma curricular, conseguiu-se marcar uma reunião com a Secretária Janaína, no dia 08.10. O que segue é o relato de quem esteve nessa reunião: "Além de alguns conselheiros não terem sido autorizados a entrar na reunião, houve uma série de desrespeitos durante a conversa. Ao relatarem sua insatisfação pela forma de construção da matriz curricular apresentada pela SMED, e pela secretária não ter se preocupado em oferecer um espaço para que as comunidades escolares pudessem participar da construção dela, as e os representantes de conselhos escolares escutaram que haveria respaldo legal para que a matriz curricular fosse construída dessa forma e que assim seria feita. Ao contrapor o que era apresentado pela

Secretária Janaína e pelo seu então coordenador de Ensino Fundamental, o graduando em história Clark Sarmento, escutaram falas como "isso é apenas o ponto de vista de um pai", "não tenho culpa se não consegue entender" e que "dialogar não significa concordar", o que evidencia a indiferença e o desrespeito às necessidades das comunidades escolares.

Ainda foi marcada uma nova reunião para o dia 11.10 que teria a participação de um maior número de representantes, e que foi cancelada no mesmo dia. Soube-se dias depois que o documento "Solicitação de Esclarecimento" foi encerrado via processo eletrônico sem ter sido respondido, pelo então coordenador do Ensino Fundamental. Ou seja, em relação aos Conselhos Escolares, sem diálogo com essas que são as instâncias máximas de poder dentro de cada escola.

3. O não-diálogo com a representação de professores universitários

Dia 18.10, o professores Ricardo Crissiuma (Coordenador da Graduação em Filosofia/UFRGS), Leandro Raizer (Pró-Reitor de Graduação/UFRGS), João Francisco Rodrigues (Filosofia/Rede Municipal de Porto Alegre) e Priscilla Spinelli (Docente Orientadora da Residência Pedagógica – Filosofia/UFRGS), participaram de uma reunião na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre – SMED. O que segue é o relato do grupo: "Inicialmente, a reunião havia sido agendada com a secretária Janaina Audino, mas os professores foram recebidos pelo então coordenador de Ensino Fundamental, Clark Sarmento. Os professores defenderam a importância da filosofia na grade curricular do Rede Municipal de Ensino, bem como um processo que contasse com ampla participação democrática dos profissionais da Rede e da Comunidade Escolar, o que seria possível somente por meio do Congresso Municipal de Educação. No entanto, a SMED não se demonstrou disposta a ceder no que se refere à manutenção da Filosofia na grade nem quanto à adoção das vias legítimas de discussão da reforma curricular. O Coletivo de Professoras e Professores da Filosofia não aceita uma proposta que não garante à filosofia o justo lugar de disciplina que correlaciona os demais conteúdos de forma a apresentar a estudantes o próprio sentido da vida escolar. Mais do que isso: o Coletivo e os professores da UFRGS defendem o lugar da filosofia na grande curricular municipal como elemento essencial na constituição da consciência crítica dos estudantes e na sua formação para a cidadania, ou seja, sem nem presença para o diálogo com professoras e professores universitários (ainda que se tenha sido dito, pela base aliada da Secretária, na Câmara de Vereadores, no mesmo dia, em público, que Janaína teria recebido o grupo).

4. O não-diálogo com a representação de estudantes

No dia 10.11, a secretária da Educação de Porto Alegre, Janaína Audino, esteve na EMEF Judith Macedo de Araújo, para uma entrega simbólica de cestas básicas, junto a grande comitiva de assessores. Segue relato do professor de filosofia da escola: "Pensamos, então: aqui uma oportunidade da Secretária nos ouvir, de ouvir a todos". Como os nossos alunos sabem da importância das aulas de Filosofia e do modo arbitrário que a secretária tem levado essa nova grade curricular às escolas, perguntamos se eles gostariam de falar com ela, já que a Secretária da Educação, junto com o prefeito, estariam na nossa escola. (Soubemos depois que o prefeito Sebastião Melo não viria). Foi surpreendente ver a disposição dos três alunos escolhidos para conversar com a secretária. Ela buscou dizer que a Filosofia estava "concretizada" como fora da "Base Nacional Comum Curricular". A BNCC é uma política curricular para o ensino no País.

Os alunos questionaram que tinham amigos e conhecidos de escolas particulares que tinham essa matéria e que ela não seria retirada dessas escolas. Pensamos: "A BNCC só concretiza a retirada da Filosofia dos pobres ou daqueles que não têm como pagar por ela, numa escola particular?". Ao ser confrontada com esses fatos, a secretária Janaína não conseguiu convencer os nossos alunos. No fim, a secretária levantou-se e finalizou o "diálogo", deixando uma sensação de injustiça e autoritarismo entre todos que a escutavam. Arrisquei oferecer que ela assistisse uma de nossas aulas de Filosofia antes de decidir por sua retirada. Ela, porém, já havia decidido e o falso diálogo se encerrou".

Assim, o Coletivo de Professoras e Professores de Filosofia da RME de Porto Alegre, ao mesmo tempo em que agradece a iniciativa de Dep. Sofia Cavedon, delibera por não estar presente em espaços cujas condições são exclusivamente as determinadas pela atual gestão da SMED, que já deu suficientes mostras de seu desprezo pela democracia e pelo diálogo construtivo e sua afeição pelas falácias e uso de argumentos inválidos – o que a aproxima a perfis autoritários.

A retomada da presença da Filosofia nos currículos escolares como componente curricular, ainda recente, bem revela a fragilidade de nossa democracia e do papel da escola pública como garantidora da autonomia e alteridade para gestores pouco afeitos ao debate e o diálogo libertador. Por isso, não descansaremos no processo de luta pela permanência da Filosofia como disciplina escolar, ainda mais na escola pública, como servidoras e servidores públicos que somos. Aliás, luta que já nos toma, historicamente, bem mais tempo que esses três meses nos quais fomos, surpreendentemente, obrigados a resistir a uma Proposta Pedagógica esdrúxula, sem justificativa e/ou fundamentação teórica plausíveis e que atropela o processo democrático.

Assim, dia 10 de dezembro, no Dia Internacional dos Direitos Humanos, a Filosofia estará presente, na ágora, em uma aula pública, que privilegiará o diálogo aberto, sem imposições. Ainda que tenhamos tido as recentes experiências comprobatórias de não afeição a este modo de dialogar pela atual gestão da SMED, reforçamos aqui nossa disposição e abertura ao encontro de falas e escutas significativas (como são, sobretudo, as aulas de Filosofia), e consideramos a Secretária Janaína Audino nossa convidada especial. Qual diálogo será possível?



UM COMPONENTE CURRICULAR COMO A FILOSOFIA

RITA DE CÁSSIA AZZOLIN
Profa. EMEF Neusa Goulart Brizola

MARÍA DEL HUERTO
Mtda Psicologia Social e Institucional/UFRGS

TATIELE CORRÊA
Mtda Psicologia Social e Institucional/UFRGS

LUCIANO BEDIN
Prof. FACED/UFRGS

Publicado no Jornal da Universidade (UFRGS), em 25 nov.2021

Argumentos e experiências para defender que a disciplina não seja retirada do currículo da rede de ensino de Porto Alegre



Foto: Flávio Dutra/Arquivo JU 04 nov. 2015

Às vezes parece até ficção a necessidade de escrevermos uma carta em defesa da permanência da Filosofia na escola. É quase inacreditável que Porto Alegre, que historicamente se constituiu como uma cidade democrática e inovadora, esteja hoje colocando em pauta a supressão do ensino de Filosofia a estudantes da Rede Municipal de Educação. Dentre as várias modificações sinalizadas pela nova proposta pedagógica apresentada pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), está a retirada da Filosofia enquanto disciplina curricular, permanecendo de modo "transversal" ao longo de todo currículo. A questão da transversalidade da filosofia fica bastante evidente no discurso da secretária municipal de Educação junto à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em 18 de outubro de 2021, quando, ao lamentar que o debate da nova proposta "fique reduzido à discussão de um componente curricular como a Filosofia", justifica sua retirada com o argumento de que a Filosofia é um "tema transversal que perpassa todas as áreas do conhecimento", uma vez que "não é só

na Filosofia que nossos alunos aprendem a pensar, os nossos alunos aprendem a pensar em todas as áreas do conhecimento".

Se formos utilizar o critério da transversalidade para justificar a presença ou ausência de determinada disciplina, poderíamos também excluir boa parte dos componentes curriculares, uma vez que o Português, por exemplo, está presente em todas as disciplinas, assim como a História, a Matemática, e assim sucessivamente.

A "sacanagem" (tentamos encontrar palavra melhor, mas não conseguimos) do argumento contido na nova Proposta Pedagógica está no fato de que, para justificar a retirada da Filosofia do currículo escolar, diz-se que ela está em todos os lugares, não precisando ter um número de horas e dias para que seja ministrada. Saindo do "acho, não acho", apresentaremos um pouco do impacto da Filosofia na formação das crianças e adolescentes, trazendo narrativas de estudantes de escolas públicas que testemunham sua importância nos currículos escolares.

Na Carta à Comunidade Escolar da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (PoA), assinada pela secretária da Educação, Janaina Audino, em 12 de novembro de 2021, é apresentada a nova proposta pedagógica com a retirada da filosofia dos currículos, alegando fundamentação legal de que a filosofia "não se constitui como um componente curricular que deve ser ofertado no Ensino Fundamental", conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Referencial Curricular Gaúcho (RCG/2018), a Lei Federal n.º 13.415/2017 e a Resolução CEEd/RS n.º 345/2018.

Tais normativas não banem a filosofia nem a proíbem enquanto componente curricular, pelo contrário, no RCG/2018, é concedida a autonomia de organização curricular prevista nos artigos 12, 13 e 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN/1996). Manter a filosofia no currículo é garantir espaço especializado para a aprendizagem a partir do "eu", do "outro", do "nós", na vida em sociedade e na cidade; promove vivências e práticas cognitivas e socioemocionais ao pensar as relações entre os sujeitos e o mundo. É na filosofia que se faz a experiência do pensar, do pensar sobre o pensar; exercitando o pensar filosófico, abre-se também a possibilidade de problematizar outros saberes.

> *O pensar filosófico nos conduz a mais perguntas do que respostas, mais dúvidas do que certezas. Em uma sociedade da lacração, onde cada um impõe violentamente seu modo de pensar sobre o outro, a criação de boas perguntas é uma prática que deve ser cultivada desde cedo.*

"Não sou muito boa em textos, mas estou escrevendo o que estou pensando desde o começo do ano em Filosofia", relata Larissa Miranda Ribeiro (13 anos). O testemunho de Larissa, bem como as demais falas apresentadas neste texto, encontram-se registrados no livro *Inspiradores de Mundos*, organizado por docentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Neusa Goulart Brizola. O livro, publicado em 2017, é resultado das tantas experiências do pensar filosófico de estudantes com idade entre 10 e 18 anos que acontecem na escola desde o ano de 2010. Estudantes do grupo de filosofia da EMEF Neusa Goulart Brizola na sessão de autógrafos do lançamento do livro Inspiradores de Mundos, organizado por professoras da escola – Memorial do Ministério Público, 2017

Lamentável, triste e revoltante lermos que a secretária fundamenta a retirada da Filosofia dos currículos em supostas "Evidências de redes de ensino que já fizeram suas

adequações e alcançaram melhores resultados educacionais", não se interessando no que sentem e pensam as e os estudantes da Rede Municipal de Ensino de POA. Dois dias antes da publicação da referida carta, conforme relato do professor da Rede Jaques Guimarães Schaefer, "Fica filosofia" foi o grito que ecoou nos corredores da EMEF Judith Macedo de Araújo durante a visita da secretária de Educação para entrega simbólica de cestas básicas. Na própria carta, a SMED assume atuação autoritária "como indutores de processos", lançando para o futuro a possibilidade de diálogo quando afirma "*teremos* muitos espaços de diálogo, construção e troca de experiências" – o fato de o verbo "*ter*" estar conjugado no futuro, e não no presente, revela a maneira como a atual gestão construiu a referida proposta, prometendo o diálogo, uma vez que o mesmo não aconteceu desde sua posse, no início de 2021.

A Filosofia se faz presente nos currículos do Ensino Fundamental em escolas particulares de POA, logo, o argumento legal de que a filosofia está fora da BNCC e demais normativas leva-nos a reforçar o questionamento. Como questiona o referido texto do professor Jaques Guimarães Schaefer: "A BNCC só concretiza a retirada da filosofia dos pobres ou daqueles que não têm como pagar por ela numa escola particular?". Em 2014, a EMEF Neusa Goulart Brizola foi a única escola pública a sediar uma Olimpíada de Filosofia com crianças e adolescentes, evento que acontecia em outros espaços, como universidades e escolas privadas, como Americano e Farroupilha.

Há uma máxima na filosofia que parece fazer muito sentido: se a gente não aprender a pensar, com certeza alguém irá pensar por nós. É exatamente isso que estão querendo fazer, impor o pensamento equivocado de que, ao buscar uma melhor aprendizagem das disciplinas tidas como "necessárias", é necessário retirar as "supérfluas". "Nesse período em que estudo Filosofia, aprendi que todos têm direito de se expressar, criar metas e objetivos, buscar conhecimento e levar isso como filosofia de vida. Na filosofia aprendi que sou dona de meus pensamentos e das minhas vontades", relata Tanise Vidal, 16 anos.

A nova proposta pedagógica propõe desvincular a Filosofia do filosofar dentro de uma prática curricular, deixando-a sujeita a projetos que podem ou não acontecer. Se não tivermos professor(a)s de Filosofia é bastante provável que não tenhamos projetos dessa matéria nas escolas, uma vez que as condições de trabalho estão cada vez mais difíceis, e dar conta dos conteúdos específicos de cada um(a) já nos parece um ato heroico.

A luta pela filosofia na escola não exclui a luta por melhores condições no ensino de português e matemática. Ao contrário, é uma luta complementar, uma vez que aprender é um gesto que envolve o ser humano como um todo, movimentando reflexão, habilidades, corpo e sensibilidades.

Finalizamos com as palavras certeiras da estudante Bruna da Rosa (15 anos): "A filosofia ensina e motiva a ter noção de um mundo que existe apenas para aquelas pessoas que querem ser melhores que ontem, que querem mostrar que sim, que podem fazer deste mundo machista, homofóbico, racista e cheio de diversos preconceitos um mundo melhor. Aprendemos de muitos jeitos, mas quando estamos motivados e vivemos experiências aprendemos mais e de forma mais realista. A filosofia nos dá motivos para querer aprender e mudar o mundo".

Se a ordem do dia é retirar da escola o componente curricular de filosofia, nos somaremos às vozes da comunidade escolar (sobretudo das e dos estudantes) gritando em alto e bom som: VOLTA, FILOSOFIA!

OS GOLPES E A GOLPISTA

GOLPE NA GRADE CURRICULAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE AMEAÇA ENSINO DE FILOSOFIA

ANDRÉ PARES, MARCO MELLO, ROBERTO CARLOS PINTO GARCIA, CARLA CARDARELLO, ANÁLIA MARTINS, ALINE DE JESUS, EZEQUIEL VIAPIANA, DANIELA DA ROSA, LIZEANE FORTES, TZUSY ESTIVALET, TARCÍSIO SILVA, GUSTAVO COELHO E LUCIANA VIVIAN*

*Os autores são professoras/es, coordenadoras/es pedagógicos e vice-diretora/es da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre

Publicado no Jornal Brasil de Fato RS, em 26 nov. 2021



"Fica Filosofia", expuseram alunos de escola pública municipal de Porto Alegre.
Foto: Marco Mello

O Brasil é um país que, infelizmente, há que se reconhecer, tem uma tradição golpista: 1822, 1889, 1930, 1937, 1964, 2016. Em 2021, bravatas e ameaças da "bolsonariedade" e seus aliados reavivam essa triste história. As elites alimentam e prezam essa excrescência de, a seu bel prazer, ignorar quaisquer parâmetros e regramentos legais e ético-políticos para impor sua lógica de controle econômico, político e ideológico na gestão do Estado. E novembro não está sendo diferente. Ontem e hoje.

15 de novembro de 1889. Golpe. Deodoro da Fonseca, um militar e monarquista convicto, participa de um movimento civil-militar com o objetivo de depor o então Imperador do Brasil, D. Pedro II, que foi dormir no poder e acordou deposto.

[1] *https://sul21.com.br/opiniao/2021/11/qual-dialogo-secretaria-janaina-coletivo-de-professoras-e-professores-de-filosofia/*

12 de novembro de 2021. Golpe. Sexta-feira, 17h, véspera de feriado e do aniversário do golpe de 1889. Em um comunicado sumário, via redes sociais, Janaina Audino, Secretária de Educação de Porto Alegre, com um canetaço dá um golpe na tradição democrática da Rede. Impõe uma mudança curricular, desconsiderando comunidades e conselhos escolares, sistema municipal de educação e trabalhadoras/es em educação.

25 de novembro de 2021. Golpe. Quinta-feira. Janaina anuncia, a partir de uma reunião de gabinete com representantes do Fórum dos Diretores e uma parlamentar de oposição, nos últimos minutos, que resolveu fazer uma concessão, depois de ter decretado a primazia de Matemática e Português na grade curricular: joga algumas migalhas ao chão, enquanto a boiada passa.

Hoje, 26 de novembro, dispara a mídia oficial: "Acordo permite manutenção da Filosofia na grade curricular das escolas municipais". Acordo com quem? "Manutenção" da Filosofia sob quais condições? Era essa a demanda das e dos professoras/es de Filosofia organizados? Quem falou por elas/es? Já não estava justificado publicamente o declínio do Coletivo de Filosofia nesse espaço justamente pela não submissão a mais uma provável capitulação tal qual ocorreu em todos os demais supostos diálogos com a secretária, como mostra seu texto publicado[1]? A Filosofia quer, ou deve estar subsumida à Religião como disciplina, tal o resultado anunciado como vitória dessa reunião? E as demais demandas de tantas representações de demais coletivos que vêm lutando há meses contra essa reforma, como a necessidade de um Congresso, foram levadas a essa reunião? Teve ata?

VOCÊ CONFIARIA SEU PATRIMÔNIO E SUAS RESERVAS A UMA GOLPISTA?

A prudência recomenda uma dose de ceticismo diante de uma gestora que mente, engana e deturpa; que rasga a própria palavra empenhada, amplamente publicizada, ignora o processo democrático na própria rede, e mesmo o simulacro de processo democrático, com acolhimento de propostas alternativas e votação por ela proposto e dá golpes como quem troca de camisa. Ou seja, não há o que comemorar. Não há vitória alguma. Permanece a imposição monocrática. Permanece o autoritarismo da reorganização, exclusão e diminuição da carga horária de componentes curriculares, como História, Geografia, Espanhol, Francês. Permanece a obsessão por avaliações externas, a cegueira da necropolítica que teima em ignorar o contexto pandêmico. Permanece a falta de diálogo e o desrespeito às organizações autônomas e representativas das/dos trabalhadores em educação.

EM NOSSO NOME?

Que diálogo sabem fazer as golpistas e os ditadores, senão o de imposições de suas verdades inexoráveis, à custa da mentira sistemática, da censura, das regras e leis adequadas ao seu capricho, manobradas a seu favor, da força institucional e bruta que coage e ameaça, com sofrimentos sem fim? Na versão oficial de Audino, no site da PMPA[2], diz a secretária: "Como há consenso com a rede de que esses objetivos podem ser trabalhados no componente curricular da Filosofia, todos ganham, pois esse resultado é fruto de um diálogo importante com os nossos diretores". Consenso com quem?[3]

Um golpe sempre tem desdobramentos. Alguns imediatos, outros que se revelam aos poucos e invariavelmente acabam contando com parcela que os legitima. Seja por ignorância,

[2] *https://prefeitura.poa.br/smed/noticias/acordo-permite-manutencao-da-filosofia-na-grade-curricular-das-escolas-municipais*
[3] *https://www.brasildefators.com.br/2021/10/18/artigo-a-smed-mente*

seja por alinhamento programático, seja por interesses mesquinhos. Não admira que a história dos golpes no Brasil tenha invariavelmente um tom de conciliação de interesses civis, religiosos e militares. Há sempre aliados que, em diferentes graus, acabam gravitando em torno dos interesses hegemônicos. Deveríamos ter aprendido com a História essa lição. Mas, sempre, entre os próprios dominados há mecanismos auto-ilusórios. Mais uma das infinitas tentativas de matar de novo Sócrates, mas dessa vez, só os da "quebrada".

Há cerca de 2.400 anos, Sócrates, o grande filósofo grego, foi condenado pelos poderosos de Atenas, injustamente, a tomar cicuta, veneno muito comum na época. Tornara-se um perigo, mesmo aos 70 e tantos anos, pois fazia a juventude pensar. Ontem, 25 de novembro, Janaina Audino, para agradar à bancada da Bíblia, alinhada a Melo e ao bolsonarismo, a submete ao cercadinho de um período semanal e a obrigatoriedade de ministrar o Ensino Religioso, tão reivindicado pelos neopentecostais em suas pautas fundamentalistas e ultraconservadoras.

Audino, com mais um copo de cicuta a oferecer entre as mãos, volta a tão escancarada e pouco inteligente tentativa de matar a Filosofia novamente, fazendo sumir as e os filósofos da escola – mas com uma peculiaridade nefasta, porém clara: só na periferia, porque nas escolas particulares a Filosofia seguirá como disciplina! Mal sabe (claro, não pisa nas escolas) que o pensamento autóctone da "quebrada" é também uma forma de vida (e de defesa) nas comunidades periféricas (atendidas pela Rede Municipal de Ensino) e que tem sua vazão - e reconhecimento - quando essas meninas e meninos encontram a Filosofia nas salas de aulas[4].

Portanto, há o que comemorar? Para a disciplina "voltar" para o currículo deve contemplar objetivos da área de Ensino Religioso? Ou seja, dobrar-se aos senhores e senhoras de engenho da dor?

SÍNTESE POSSÍVEL

Enquanto as/os trabalhadoras/es em educação, cientes de seu papel, reescrevem novembro na história, celebrando a luta da República independente de Palmares, a luta de Zumbi e de Dandara, Oliveira Silveira, o Grupo Palmares e os 50 anos do 20 de novembro, ainda nos deparamos com golpes e com golpistas. Ainda enfrentamos a necessidade de lutar por movimentos efetivamente coletivos. Ainda precisamos dizer que consenso e/ou conciliação não se faz entre poucos/as, quando muitos/as encontram-se envolvidos/as e desejam ter suas vozes escutadas. Ainda necessitamos expressar que mentira, deturpação, conchavos espúrios e falsas promessas não serão aceitas. Ainda nos vemos na obrigação de continuar resistindo, veementemente, aos ataques que estamos sofrendo; na esperança de nos mantermos vivos e vivas, porque nossa opção é por uma outra história. E ainda precisamos reafirmar que permanece a negligência às reais necessidades das comunidades escolares.

[4] *https://www.ufrgs.br/jornal/um-componente-curricular-como-a-filosofia/*

EM MANOBRA, SMED ANUNCIA VINCULAÇÃO DA FILOSOFIA AO ENSINO RELIGIOSO NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL

ANDES-UFRGS

Reportagem publicada no Site do ANDES-UFRGS, em 3 de dez 2021



Manifestação contra as mudanças arbitrárias da Smed, em outubro. Foto: Atempa

A Secretaria de Educação de Porto Alegre (SMED) anunciou, na sexta-feira (26), a suposta manutenção da Filosofia no currículo do Ensino Fundamental da Rede Pública da Capital. Contudo, a proposta prevê que a retomada da disciplina seja integrada ao Ensino Religioso, reduzindo a frequência para um período por semana.

O assunto foi tratado em reunião entre a Prefeitura, representantes do Fórum dos Diretores das Escolas Municipais de Porto Alegre e a deputada Sofia Cavedon. No entanto, o professor de Filosofia André Pares, que também é jornalista e mestre em Comunicação, esclarece que apenas três representantes da comunidade escolar participaram da conversa. "Essa reunião não passou por nenhuma instância coletiva das e dos trabalhadores da educação", critica.

Segundo o docente, desde o início da divulgação de mudança pedagógica, entidades sindicais e grupos ligados à Educação começaram a trabalhar de forma coletiva através de reuniões, assembleias, publicações, abaixo-assinados e documentos entregues e protocolados na SMED, além de tentativas frustradas de reuniões com o Executivo. "Depois de tudo isso e da publicação da proposta como final, surge essa reunião somente com três pessoas, fazendo dessa proposta ilegítima e sem representatividade", lamenta.

Em outubro, um documento com mais de 50 assinaturas de Conselhos Escolares pedia esclarecimentos à SMED e apontava que a proposta não deveria ser formulada neste momento – material que, segundo Pares, foi excluído do sistema da Smed sem qualquer justificativa. "Além de serem a instância de maior poder dentro das escolas, esse número representa quase a totalidade das escolas de ensino fundamental de Porto Alegre", aponta Pares.

"A Filosofia quer, ou deve estar, subsumida à Religião como disciplina, tal o resultado anunciado como vitória dessa reunião? E as demais demandas de tantas representações de demais coletivos que vêm lutando há meses contra essa reforma, como a necessidade de um congresso, foram levadas a essa reunião? Teve ata?", questiona carta aberta assinada por ele e outros professoras/es, coordenadoras/es pedagógicos e vice-diretora/es da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre.

PERDAS PARA A COMUNIDADE

O docente avalia que as mudanças representam uma perda. "Não digo isso apenas do meu lugar de professor, e sim do que ouvi da comunidade em locais oportunos, que são as assembleias e reuniões do conselho escolar", esclarece. "Com exceção de Português e Matemática, nos últimos anos do ensino Fundamental todas as disciplinas têm a mesma carga horária, que é de dois períodos por semana. Assim, crianças e adolescentes da rede municipal aprendem naturalmente o equilíbrio dos campos de conhecimento. Para eles, todas as disciplinas têm o mesmo valor, porque a organização curricular é assim desde os anos 90", explica Pares, lembrando que cargas horárias de História e Geografia também foram diminuídas na grade.

"Não há o que comemorar. Não há vitória alguma. Permanece a imposição monocrática. Permanece o autoritarismo da reorganização, exclusão e diminuição da carga horária de componentes curriculares, como História, Geografia, Espanhol, Francês. Permanece a obsessão por avaliações externas, a cegueira da necropolítica que teima em ignorar o contexto pandêmico. Permanece a falta de diálogo e o desrespeito às organizações autônomas e representativas das/dos trabalhadores em educação", acrescenta a carta aberta.

BNCC

A nova proposta curricular para o Ensino Fundamental de Porto Alegre, que deverá valer a partir de 2022, foi elaborada em adaptação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que determinou o Ensino Religioso como uma das áreas do conhecimento. Mas a rede municipal de ensino é regida, também, por várias outras regulamentações nacionais, estaduais e municipais, que inclusive tratam as aulas de Religião como adesão facultativa.

A Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (Atempa), que já fez denúncia formal à Promotoria Regional da Educação contra as mudanças definidas pelo governo, também assina, juntamente com o SIMPA (Sindicato dos Municipários de Porto Alegre) e outros 11 grupos ligados a professores, orientadores, supervisores e pais, um manifesto público denunciando inconsistências legais na proposta.

O coletivo destaca que "não foi apresentado nenhum documento formal que explicite o marco conceitual, referências legais, fundamentos teóricos, diagnóstico situacional, explicitação da metodologia e transparência sobre processo decisório", denunciando "uma flagrante e incontestável negação do conceito e do princípio da Gestão Democrática".

O ANDES/UFRGS, presente nas mobilizações e articulações em defesa do ensino de Filosofia na rede, reitera sua solidariedade às e aos educadores municipais, contra as arbitrariedades da SMED e em defesa da construção democrática dos currículos.



4_DEPOIMENTOS DE APOIO À CAMPANHA FICA FILOSOFIA!

“*Ela tem que ficar, porque se a Filosofia sair muitas pessoas vão parar de perguntar para onde vai o dinheiro do seu imposto ou se o que os políticos estão fazendo vai ajudar elas de alguma forma.*”

Deivid Gomes dos Santos
EMEF Saint Hilaire

A ATUAL GESTÃO DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE QUER TIRAR A FILOSOFIA DAS ESCOLAS PÚBLICAS.
VOCÊ CONCORDA?

Essa seção é composta a partir de transcrições de vídeos gravados por apoiadores da Campanha #Fica Filosofia#, desde a pergunta geradora: “A atual gestão da Prefeitura de Porto Alegre quer tirar a Filosofia das escolas públicas. Você concorda? ” A todas e todos que emprestaram seu prestígio à nossa Campanha, nosso muito obrigado!

É a Filosofia que ensina a gente a entender a si, o outro
e ter alteridade. Portanto, não há democracia sem Filosofia!

MÁRCIA TIBURI
Filósofa, escritora, artista plástica e professora universitária

Meus colegas, professoras e professores da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre relataram que a Filosofia, como disciplina, vem sendo novamente perseguida e atacada pelo Governo Municipal. Há um projeto de retirada da Filosofia e das disciplinas associadas ao pensamento reflexivo do currículo.

Todos e todas sabem da importância do currículo bem feito para que uma escola possa funcionar e para que os seus estudantes tenham acesso ao conhecimento. E a Filosofia, nesse cenário escolar e curricular, é sempre muito importante porque é ela que ensina a

gente a entender as formas pelas quais a gente conhece as coisas. Então, a Filosofia é uma espécie de "meta-disciplina" que ajuda a todas as outras disciplinas.

Retirando a Filosofia da cena a gente retira das pessoas o entendimento que elas precisam ter acerca de tudo aquilo que podem conhecer – porque a Filosofia é a disciplina que ensina os estudantes de qualquer faixa etária, justamente, como conhecer o próprio conhecimento. Isso implica conhecer a linguagem que a gente usa, não só a língua, mas as linguagens, seja uma linguagem científica, artística, política, religiosa.

É a Filosofia que ensina a gente a discernir, a entender as diferenças. Então é fundamental que haja Filosofia na escola. É por conta da Filosofia que a gente consegue entender qualquer livro, não só os livros de Filosofia, mas os livros das outras disciplinas. Quando a gente estuda Filosofia, às vezes um livro, sobretudo a gente precisa entender como funciona a linguagem: quando ela está escrita num livro, quando ela está colocada na voz, nas palavras das pessoas, quando ela se organiza como uma aula, quando ela se organiza como um discurso ou quando ela se organiza como um diálogo, que é cheio de imprevisibilidades. É a Filosofia que ensina a gente a ter esse tipo de atenção. Então nós não podemos prescindir da Filosofia.

E claro, quais são os problemas que as pessoas veem na Filosofia? Que pessoas veem problema na Filosofia? Aquelas pessoas, aqueles grupos, aqueles governos que são voltados ao autoritarismo.

A Filosofia tem nexo direto, imediato, íntimo com a Democracia. É a Filosofia que ensina a gente a entender o outro, a alteridade e a ética presente nas relações. Com alteridade se define a possibilidade de uma Democracia; Democracia entendida como uma governamentalidade de todos entre todos e não um governo autoritário dos outros ou para os outros ou contra os outros. Então, é a Filosofia que ensina a gente a pensar junto, isso é o diálogo; ensina a gente a cidadania que produz a democracia e que implica não apenas o pensar juntos, mas pensar juntos e agir juntos para que a gente tenha uma sociedade comum, para que a gente tenha coisas construídas em comum na nossa sociedade – uma sociedade que é de todas e de todos e de "todes": uma sociedade que só pode se organizar, só pode se construir a luz, justamente, do conhecimento que é aquilo que a gente descobre juntos quando se entra em processos de linguagem.

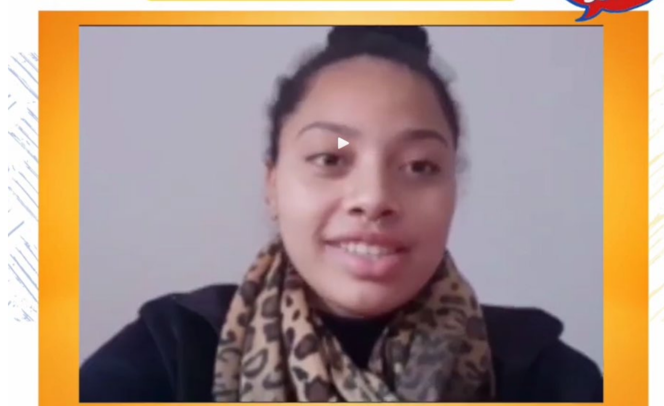
Então a Filosofia é aquilo que ensina a gente a entender o uso da linguagem: o uso da linguagem quando está instaurada como discurso e produzindo enganação, o uso da linguagem quando está instaurada como pensamento reflexivo que visa justamente desmontar os processos de enganação, desmontar os dogmatismos, desmontar tudo aquilo que é opressor – tudo aquilo que é impeditivo do avanço do conhecimento.

Bom, nesse sentido, a Filosofia é algo urgente. Figuras, grupos autoritários não desejam a Filosofia. Os fascistas, por exemplo, consideram que a Filosofia, como organização do pensamento reflexivo, é um grande inimigo. É preciso destruir a Filosofia para que todas as pessoas se tornem imbecis, idiotas, robotizadas e incapazes de reflexão, incapazes de pensamento analítico, incapazes de reflexão crítica, incapazes, portanto, de ética, incapazes de reconhecimento da alteridade, incapazes de produzir um pensamento, uma ação e, portanto, um Presente e um Futuro para e com todos e com todas numa sociedade plural que respeita a cada um. É preciso, portanto, destruir a Filosofia para que essa sociedade possa continuar tendo donos, donos do poder econômico, donos do poder político que desejam para o povo apenas a submissão e a morte. E é por isso que a gente vai continuar resistindo

e defendendo a Filosofia e convidando as pessoas a pensar, a pensar de maneira livre, de maneira crítica, de maneira autônoma, visando a emancipação dos grilhões que hoje são colocados na sociedade brasileira e em outros países do mundo. A gente precisa lutar contra isso tudo e produzir uma sociedade melhor para se viver. É para isso que existe a Filosofia, para que a gente possa viver melhor, e viver melhor começa num tipo de pensamento, de linguagem autônoma. Vamos nessa, não é, galera! Desculpa o textão, mas vamos nessa. Um grande beijo.

Filosofia abre mentes. Abriu a minha! Então, por que tirar ela da escola?

Sabrina Cardoso
Estudante de Escola Pública e ex-aluna RME/Poa



Chamo-me Sabrina Cardoso, sou estudante do 1º ano do Ensino Médio e vim falar sobre quanto a Filosofia é importante. Primeiro, que a Filosofia nunca deveria ser tirada ou pensada em ser tirada da educação, porque a Filosofia abre mentes, inclusive abriu muito a minha quando eu estudava na escola Nossa Senhora do Carmo. Nós, alunos, fazíamos rodas de conversa. Conversávamos sobre muitas coisas da atualidade que hoje pelo governo não estão sendo mais dadas as devidas atenções que deveriam ter. Abriu muito a mente dos alunos. A gente dialogava diariamente sobre esses assuntos que hoje não estão sendo levados em conta. Então, sim, a Filosofia deve, na verdade seria obrigatoriamente, continuar e não deveria nem ser pensada em ser tirada da educação de tantas pessoas, de tantos alunos. Não somente de alunos, mas como pessoas que querem abrir as suas mentes, totalmente importante para a educação, para o ensinamento fundamental do ser humano. A Filosofia não deve, como não pode, ser tirada da educação!

É a disciplina que dá toda perspectiva ética e cidadã para a juventude

Neusa Vaz e Silva
Dra. em Filosofia, Assoc. Sul Americana de Filosofia e Teologia Interculturais

É um absurdo retirar a filosofia do Ensino Fundamental. É a disciplina que forma, que dá toda a perspectiva ética e cidadã para os nossos jovens. É um absurdo! É inacreditável!
.

A Filosofia e a mãe de todas as ciências

Sérgio Sardi
Prof. Dr. em Filosofia, PUCRS



A filosofia não é apenas mais uma disciplina no currículo escolar. Ela é a mãe de todas as ciências e, além disso, está presente nas mais decisivas situações do nosso dia a dia, e tem como objetivos que possamos: aprender a pensar e a agir de forma racional, prudente e compassiva; a argumentar de modo coerente e responsavelmente crítico; a escutar atenciosamente os outros, respeitando as diferenças e, assim, contribuindo para a construção de um mundo onde os preconceitos possam ser superados; a analisar problemas a partir de perspectivas diversas, elaborando soluções criativas para os mesmos; a manter uma visão de conjunto diante de situações decisivas em nossas vidas, motivando-nos positivamente para a superação de crises e desafios; a internalizar uma postura ética e responsável; a desenvolver virtudes e atitudes socialmente benéficas; a promover o autoconhecimento; a construir um propósito para as nossas vidas, dentre inúmeras outras finalidades educacionais.

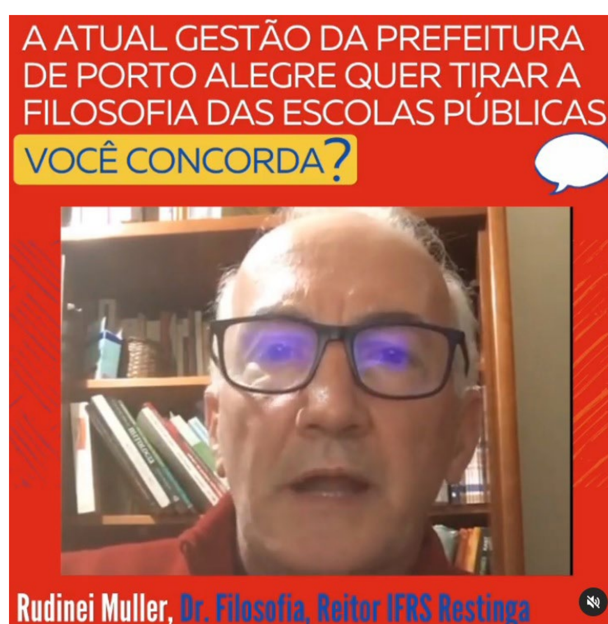
Tirar a filosofia do currículo escolar não deixa de ser, portanto, um ato de violência. Isso privará as nossas crianças de uma formação legitimamente 'humana', para que não sejam tratadas como se fossem meros meios para que outros ou o próprio sistema político e

econômico vigente atinja os seus objetivos, para que elas não sejam tratadas como máquinas de mão de obra, para que as nossas crianças mantenham a dignidade preservada e para que a realização integral de suas existências seja mantida como prioridade e finalidade das nossas ações educacionais. O que está em jogo é a liberdade, a democracia, a paz, a justiça social, a sustentabilidade, a felicidade, o futuro. O que está em jogo é a vida dos nossos filhos e de todos os nossos descendentes em um futuro cada vez mais ameaçado pelos inúmeros desafios que enfrentamos na atualidade, e que exigem que aprendamos a pensar e a agir de modo prudente e racional. Tirar a filosofia é tirar a vida de dentro do currículo escolar.

A filosofia e a qualidade reflexiva na formação de estudantes

Rudinei Muller

Prof. Dr. em Filosofa, Diretor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS - Campus Restinga



Sou professor de filosofia do campus Restinga, de Porto Alegre, da rede federal, e quero dar o meu testemunho da importância da filosofia na rede municipal de Porto Alegre. Tenho essa percepção pelos diversos alunos que a gente recebe no campus Restinga, e pela sua qualidade. Uma qualidade, principalmente, na sua capacidade reflexiva, tanto sobre sua vida pessoal, profissional e cidadã. Será um retrocesso para a educação desse município se for aprovada a retirada da filosofia no ensino municipal de Porto Alegre.

Ela me ajudou a pensar mais

Caroline Oliveira

Estudante de nono ano de escola municipal

Eu não concordo com a saída da filosofia da educação pública, porque é uma matéria que ajuda na escola, e me ajudou psicologicamente, com problemas em casa. Também me ajudou a pensar mais. Então, a filosofia é uma matéria muito boa, que eu acho que não deveria sair da escola!

A pretensão de retirar a Filosofia da Escola Pública tem algo de insensatez, de covardia, de autoritarismo, e de estupidez

Walter Kohan
Dr. em Filosofia, Prof. UERJ

A pretensão de retirar a Filosofia da Escola Pública tem algo de insensatez, algo de covardia e algo de autoritarismo. É insensata porque uma escola sem as perguntas da filosofia, uma escola sem a utopia filosófica, é uma escola que dá as costas ao pensamento. Tem também algo de covardia porque uma política pública que quer tirar da educação de seu povo o pensamento, a crítica, a criatividade que vem com a filosofia, é um governo que tem medo de seu povo, portanto não merece governar. Finalmente, é uma decisão autoritária porque não são as crianças que querem tirar a filosofia, não são os jovens, adolescentes, as jovens, as adolescentes, não são as estudantes e os estudantes. Também não são as educadoras e os educadores, que percebem a importância que a filosofia tem para uma escola mais abeta, mais pensante, mais comprometida com o questionamento da vida social. É autoritária, porque a pretensão vem de cima para baixo, porque certamente não tem se proposto experimentar por si própria a potência e a aventura que significa abrir as portas da vida para a Filosofia. No fundo, então, além de insensata, covarde e autoritária, a pretensão de tirar a filosofia das escolas públicas é uma mostra de estupidez.

A Filosofia é um direito! Deve fazer parte da formação integral de todo estudante da escola pública

Magali Menezes
Dra. Filosofia, Profa. FACED/UFRGS

Sou professora de Filosofia da Educação da UFRGS e venho aqui manifestar meu repúdio à retirada da Filosofia dos currículos das escolas públicas de Porto Alegre.

A Filosofia é um direito desses jovens e deve fazer parte da formação integral de todo e qualquer estudante de escola pública. Retirar a Filosofia das escolas é impedir que tenham um elemento fundamental para repensar a nossa condição humana, dentro de um contexto em que é urgente a construção de um país justo e generoso na compreensão de uma vida digna para todos e todas,

A Filosofia como um patrimônio histórico carrega os saberes constituídos por diferentes culturas, refletindo seus aspectos éticos, estéticos, políticos, sociais e epistemológicos. A

experiência e o saber filosófico devem estar ao alcance de todas e todos estudantes de escola pública, contribuindo desse modo, na afirmação da cidadania.

Fica, Filosofia!

Estudantes que tiveram Filosofia no Ensino Fundamental trazem consigo uma qualificação crítica, reflexiva e cidadã

Andréia Meinerz
Profa. de Filosofia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS - Campus Restinga

Estou aqui para manifestar meu total apoio à permanência da filosofia nas escolas municipais de Ensino Fundamental em Porto Alegre. Eu tenho a honra de ser professora de estudantes oriundos dessas escolas e tenho absoluta certeza da diferença que isso faz na qualificação crítica cidadã atuante e reflexiva desses estudantes.

A Filosofia é o começo de um amor pelo mundo a tal ponto que se queira se comprometer com ele

Lara Sayão
Profa. Rede Estadual RJ, Dra. Filosofia da Educação (NEFI-UERJ)



Toda ciência começa com uma pergunta, com uma vontade de saber: começa com um interesse e um amor pelo mundo, a tal ponto que se queira se comprometer com esse

mundo.

Deveríamos estar unindo esforço não só para ampliar a presença da Filosofia em toda Educação Básica, mas para pensar todas as demais disciplinas filosoficamente.

A tentativa de retirar a Filosofia da Educação Básica vai na contramão de todo o caminho bonito que temos feito e pensado hoje nas Universidades, nos Grupos de Pesquisa, sobre Educação, sobre Filosofia, e sobre Filosofia da Educação.

Pensar, desde a Filosofia, para interromper as barbáries do nosso tempo

Betina Schuler
Dra. em Educação, Profa. UNISINOS

Venho aqui publicamente e fortemente apoiar o movimento #ficafilo organizado pelas professoras, professores e comunidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, contra a retirada da Filosofia dos anos finais do Ensino Fundamental. Há uma poetiza polonesa chamada Wislawa Szymborska que diz: "sou, mas não tenho que ser filha da minha época".

Em época de tantos ataques à democracia, ao exercício do pensamento, à justiça social, de tantos funcionamentos da necropolítica conseguimos entender a urgência desse encontro entre a escola e a filosofia. Juntamente com a poetiza do cotidiano, trago Theodor Adorno para nos ajudar a pensar a importância da filosofia como essa possibilidade de pensar e interromper as barbáries do nosso tempo. Ao lado da poetiza e do filósofo, movimento junto para essa conversação Foucault quando nos convida a tomar a filosofia como esse pensamento que se interroga a si mesmo.

E isso na escola, esse espaço democrático e plural que são as salas de aula, pode significar pensar junto com o outro, sem necessariamente pensar o mesmo. Pensar uma outra relação possível com o pensamento, com a vida, uma outra relação possível consigo, com os outros, com o mundo. Encerro essa carta endereçada como uma oferenda, ao modo de Sêneca, quando habitava a filosofia como essa possibilidade de companhia e equipagem para melhor aprendermos a viver e a morrer. E o que de mais importante poderia a escola estar fazendo nesse momento?

Não para responder, mas para pensar a pergunta volto às imagens de alunos e alunas lendo e escrevendo, discutindo imagens, conversando, escutando, criando, criando-se a si mesmo nas aulas de filosofia em uma escola municipal de Porto Alegre. Produziram questões, conceitos, imagens, encontros, modos de vida. Fizeram-me pensar, por exemplo, sobre as cadeiras morais que sentamos e esquecemos que sentamos, fazendo lembrar da importância da problematização, da escritura, da voz e da pele. Estudantes que perguntaram sobre a arte do silêncio, sobre o amor, o ressentimento, a responsabilidade, o feminino, o trabalho, o entupimento do útil.

Assim, entendemos a utilidade de uma faca e de um gráfico e não conseguimos entender a utilidade da filosofia na escola pública? Talvez essa seja a diferença da filosofia:

preferir o importante ao útil como modo de viver. Preferir o direito de continuar perguntando para as crianças e jovens da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

A filosofia serve para denunciar a baixeza do pensamento, envergonhar a estupidez e irritar os imbecis

Ana Helena Amarante

Psicóloga, Dra. em Filosofia, Dir. Grupo Teatral Das Duas Outras

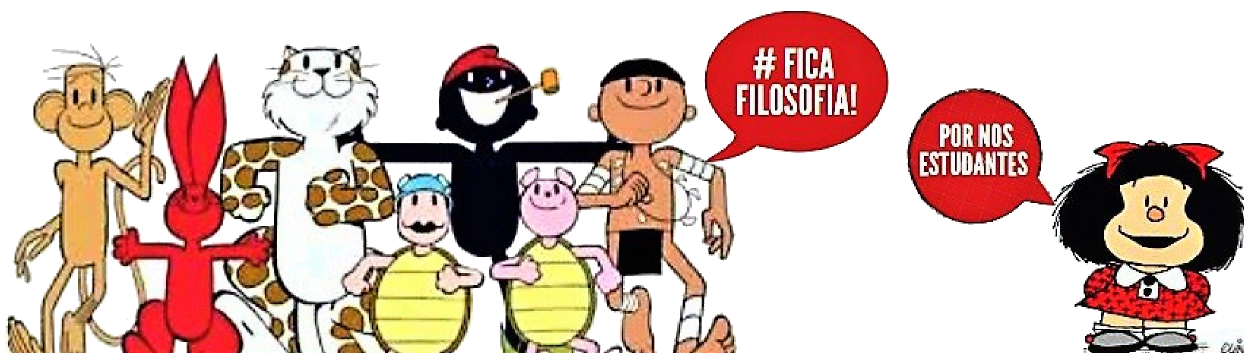
Neste ano de 2021, a Secretaria de Educação de Porto Alegre defende a retirada da filosofia das escolas municipais. Estes (as) burocratas devem pensar: "Para quê serve a filosofia, afinal? Vamos retirá-la das escolas!"

Nietzsche nos diz que cada vez que ouvimos esta pergunta precisamos identificar o desdém que ela apresenta com a filosofia e, diante tal *precariedade*, respondermos com uma agressividade interessante, enunciando que *a filosofia serve para denunciar a baixeza do pensamento, envergonhar a estupidez e irritar os imbecis.*

A pergunta sobre a utilidade da filosofia expressa um conjunto de valores baixos, pois a utilidade de qualquer coisa somente será medida com os modos mais sórdidos dos nossos tempos - o quanto algo vale dentro dos critérios capitalistas de produção, utilidade, lucro, etc. Burocratas se envolvem com este tipo de valores. Portanto, a filosofia não tem que responder para o quê ela serve, como se fosse necessário convencer o mundo de sua importância. Quando a filosofia faz isto, ela também se torna burocrática e estatal.

É denunciando os valores presentes na própria questão que a filosofia expõe a baixeza do pensamento sobre a utilidade, o medo que se tem da filosofia e a vontade sempre presente de torná-la inofensiva.

Tem alguém irritado aí?





5_PRODUÇÕES E DEPOIMENTOS DAS/DOS ESTUDANTES

> *"A filosofia nos ensina a ter lógica e independência. E também uma coisa que eu prezo muito, a liberdade de expressão. Ela nos impede de ser enganados pelos corruptos engravatados."*

Matheus Rodrigues
EMEF Heitor Villa Lobos

FICA FILOSOFIA? OU SAI FILOSOFIA?

1. Escreve um texto com um conjunto de argumentos válidos que sustentem tua posição.

EU ACHO QUE A FILOSOFIA TEM QUE FICAR PORQUE A FILOSOFIA ABRE MENTES, NOS DÁ VONTADE DE PERGUNTAR O PORQUE DAS COISAS A NOSSA VOLTA, DIALOGAR SOBRE ASSUNTOS DE HOJE EM DIA SABER NOVAS OPINIÕES E FALAR SOBRE AS NOSSAS OPINIÕES.

Nathalia - C34 EMEF Saint Hilaire

FICA FILOSOFIA? OU SAI FILOSOFIA?

1. Escreve um texto com um conjunto de argumentos válidos que sustentem tua posição.

acredito que, defendemos a filosofia para que o nosso futuro tenha 100% de liberdade de expressão, pensamentos e opiniões próprias e para que tenhamos a capacidade de nos defender de políticos, pessoas que tenham mais autoridade e não concordam com o certo a se fazer, e saber como agir com respeitos à elas nos sendo inteligentemente argumentativo.

Cassia Laura - C32 EMEF Saint Hilaire

vitor tome: Nossa senhora do carmo

Porque acho importante as disiplinas,

vamos começa com filosofia, filosofi-a: faz você ter uma cabeça mai-s aberta pensar!! mais é não ter medo de questonar autoride: bom! agora vamos

Vitor Tomé - B21

Amamos Filosofia

22/10/2021

Filosofia

Então particulamente. Acho que a sociedade deve tirar as vendas dos olhos e encherga que a filosofia é sim uma materia muito importante! Como que vocês do sistema publico da educação não enchergam que a filosofia faz parte da nossas vidas? ou vocês acham que nossos penssamentos, gostos, vontades, conversas não é uma filosofia? Pocha vida!! vocês tão tirando o valor das pessoas que tiveram vontade de cursar filosofia pra se torna um professor.

Olha sei que ainda não trabalho mas fiz curso de administração ou melhor "auxiliar de administração", e sei que o valor que os professores granham não é justo, como pode né? Eles se conformam com tão pouco só para nós dar aulas e nós dar esperança pra continuar estudando. Agora me dizem vocês vivem dizendo que somos o "Fututuro do Brasil" e tão querendo tirar nossos direitos de estudar, por exemplo; eu quero ainda filosofar muitas coisas e me aprofundar mais em filosofia. vocês iriam tirar esse direito de um estudante? outra coisa, já que querem tanto tirar filosofia, vão ter que tirar tam bém: História, Geografia, Ciência, Português, sabe porquê? porque a filosofia está em todas as matérias que estudamos; Bom só os inteligentes notam isso. Então vocês que dizem que somos o futuro do Brasil, pensem bem antes de tirar o direito de nós estudantes. Somos nós que vamos mais pra frente fazer a diferensa, então não tire esse direito nosso.

Aluna do Carmo com muito orgulho ASS: Camila da Cruz

Camila da Cruz - C21 EMEF N. Sra do Carmo

05/10/21

Micaelly Pedroso Andrade

[redacted] C31 05/10/21

Nossa senhora do carmo

Isso de cara é algo totalmente errado e injusto, Pais de alunos, alunos e os próprios professores que de alguma forma depende dessa matéria, em momento algum tiveram sua voz ouvida? Pra mim, tudo isso é o querer de que os jovens não sejam sábios o suficiente para parar tudo isso, esse abuso de poder e coisas do tipo. Queremos que nossas vozes sejam ouvidas e não silenciadas.

Micaelly Andrade - C31

Luis Augusto C31 05/10/21

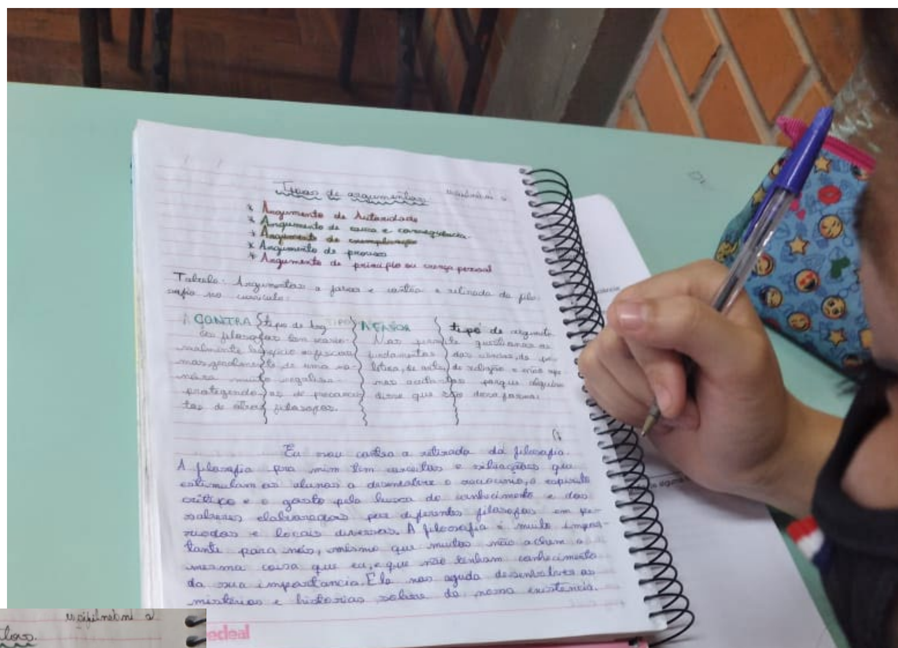
Minha opinião

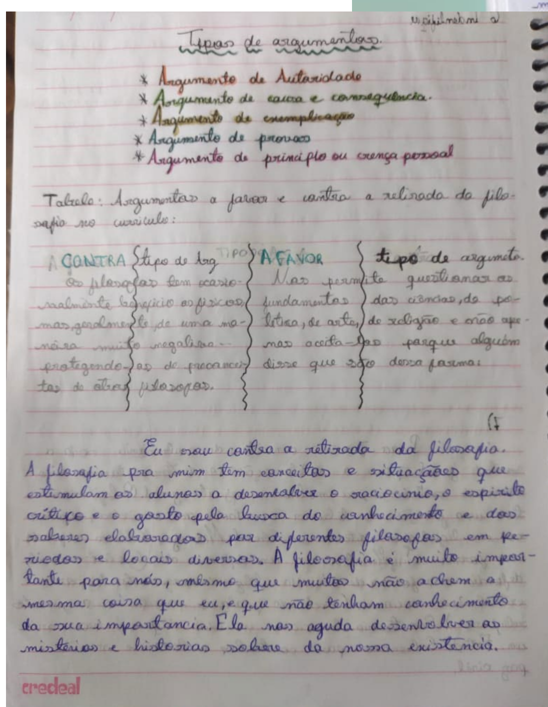
Como amante da filosofia fico indignado com tais feitos como retirar a materia das escolas, não acredito que tentaram colocar a descupa que aprimorar a lingua portuguesa e matematica é mais importante que aprender a pensar alem dos orizontes.

Compreendo que aprender matematica e portugues é importante, pois afinal nunca fui muito bom em ambas as materias, mas a filosofia me ensina o porque estou aprendendo essas materias, para espandir orizontes e evoluir.

Filosofia é vida! o que o governo estó tentando fazer é tirar o beneficio da duvida, pois afinal é muito mais facil responder qualquer duvida com porque sim.

Luis Augusto - C31





Tipos de argumentos.

* Argumento de Autoridade
* Argumento de causa e consequência.
* Argumento de exemplificação
* Argumento de provas
* Argumento de princípio ou crença pessoal

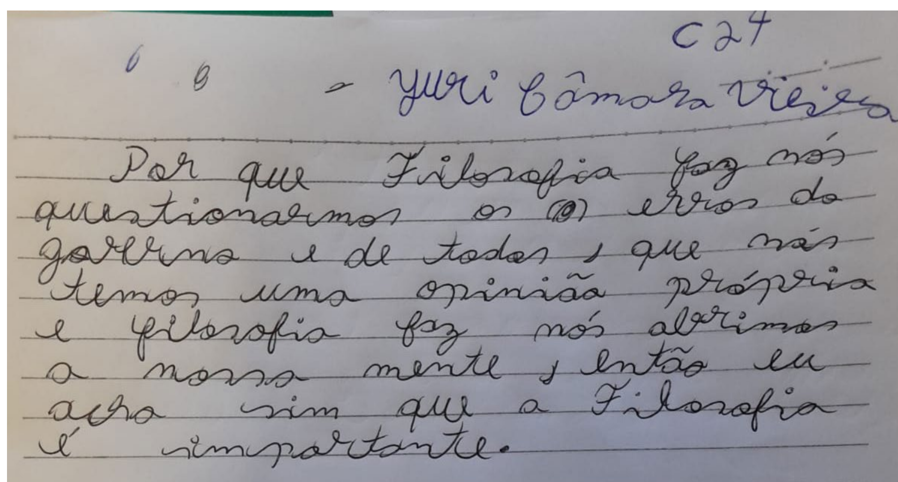
Tabela: Argumentos a favor e contra a retirada da filosofia no currículo:

CONTRA	tipo de arg	A FAVOR	tipo de argumento
Os filosofos tem ocasio-		Nos permite	questionar os
nalmente benefício os físicos		fundamentos	das ciências, da po-
mas, geralmente, de uma ma-		lítica, de arte,	de religião e não ape-
neira muito negalisa-		nos aceita-los	porque alguém
protegendo-os do preconcei-		disse que são	dessa forma.
tos de outros filosofos.			

Eu sou contra a retirada da filosofia. A filosofia pra mim tem conceitos e situações que estimulam os alunos a desenvolver o raciocínio, o espírito crítico e o gosto pela busca do conhecimento e dos saberes elaborados por diferentes filosofos em periodos e locais diversos. A filosofia é muito importante para nós, mesmo que muitos não achem a mesma coisa que eu, e que não tenham conhecimento da sua importancia. Ela nos ajuda desenvolver os misterios e historias sobre da nossa existencia.

credeal

Nathaly - C31 EMEF Saint Hilaire

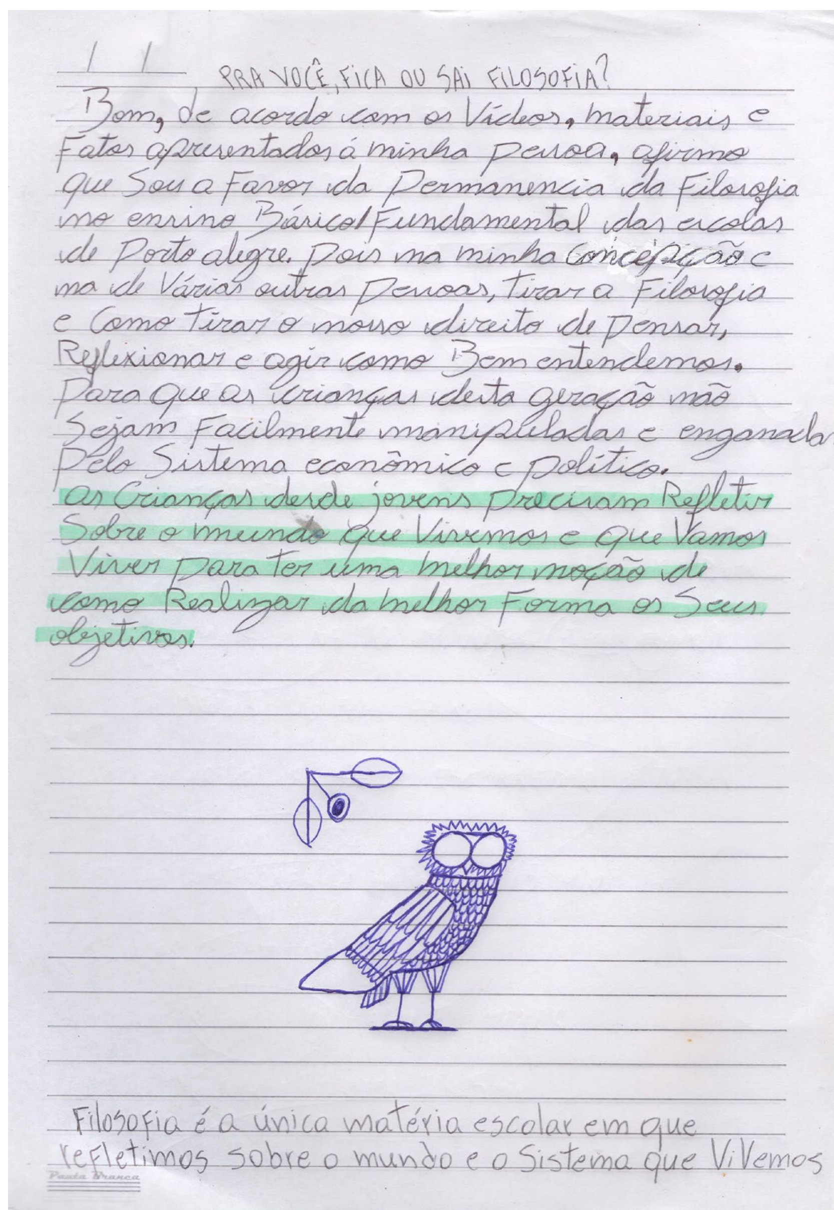


C24

Yuri Câmara Vieira

Por que Filosofia faz nós questionarmos os erros do governo e de todos, que nós temos uma opinião própria e filosofia faz nós abrirmos a nossa mente, então eu acho sim que a Filosofia é importante.

Yuri Vieira - C24



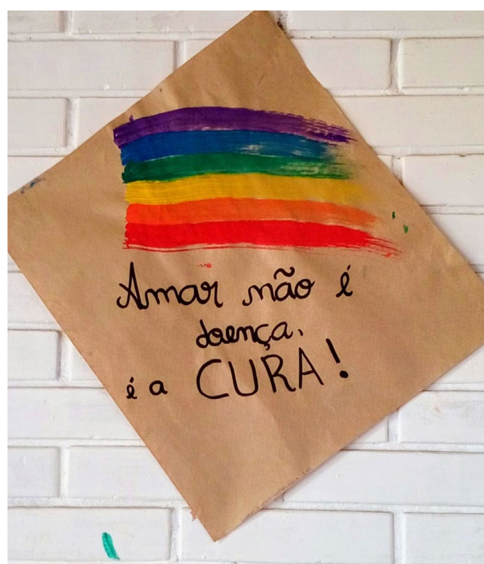
PRA VOCÊ, FICA OU SAI FILOSOFIA?

Bom, de acordo com os Vídeos, materiais e Fatos apresentados à minha pessoa, afirmo que Sou a Favor da Permanencia da Filosofia no ensino Básico/Fundamental das escolas de Porto alegre. Pois na minha concepição e na de Várias outras Pessoas, tirar a Filosofia e Como tirar o nosso direito de Pensar, Reflexionar e agir como Bem entendemos. Para que as crianças desta geração não Sejam Facilmente manipuladas e enganadas Pelo Sistema econômico e político.

Os Crianças desde jovens Precisam Refletir Sobre o mundo que Vivemos e que Vamos Viver para ter uma melhor noção de como Realizar da melhor Forma os Seus objetivos.

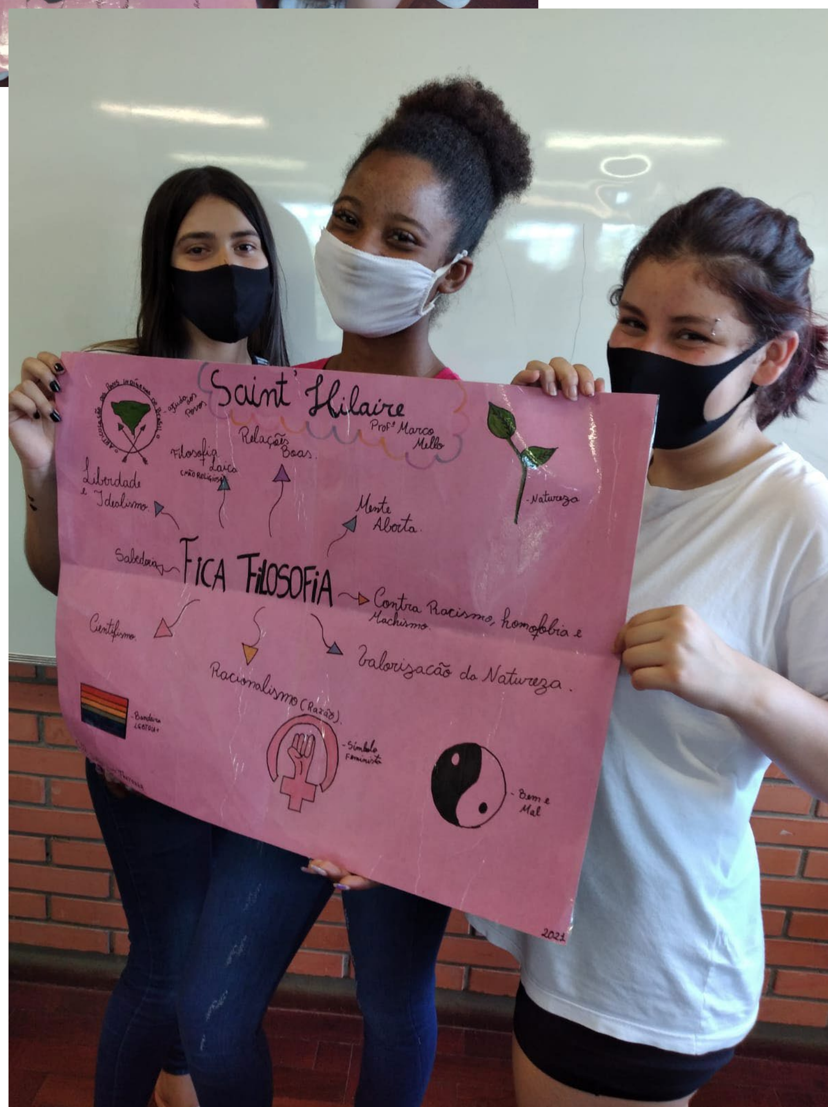
Filosofia é a única matéria escolar em que refletimos sobre o mundo e o Sistema que ViVemos

Micael - C34 EMEF Saint Hilaire



EMEF José Loureiro da Silva


1 2 3 4
UM DOIS TRÊS QUATRO
5 6
FICA FILOSOFIA

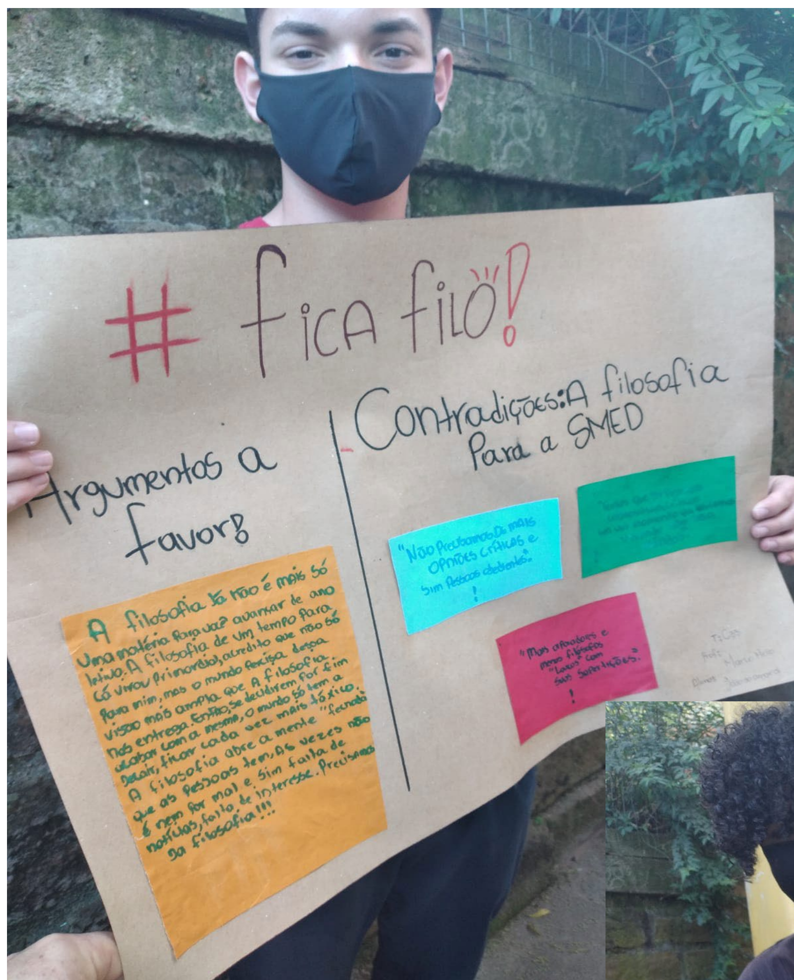

Saint' Hilaire
Profº Marco Mello
Relações Boas.
Filosofia Laica (NÃO RELIGIOSA)
Liberdade e Idealismo.
Mente Aberta.
- Natureza
Sabedoria
FICA FILOSOFIA
Contra Racismo, homofobia e Machismo.
Cientifismo.
Valorização da Natureza.
Racionalismo (Razão).
- Bandeira LGBTQIA+
- Símbolo Feminista
- Bem e Mal
2021



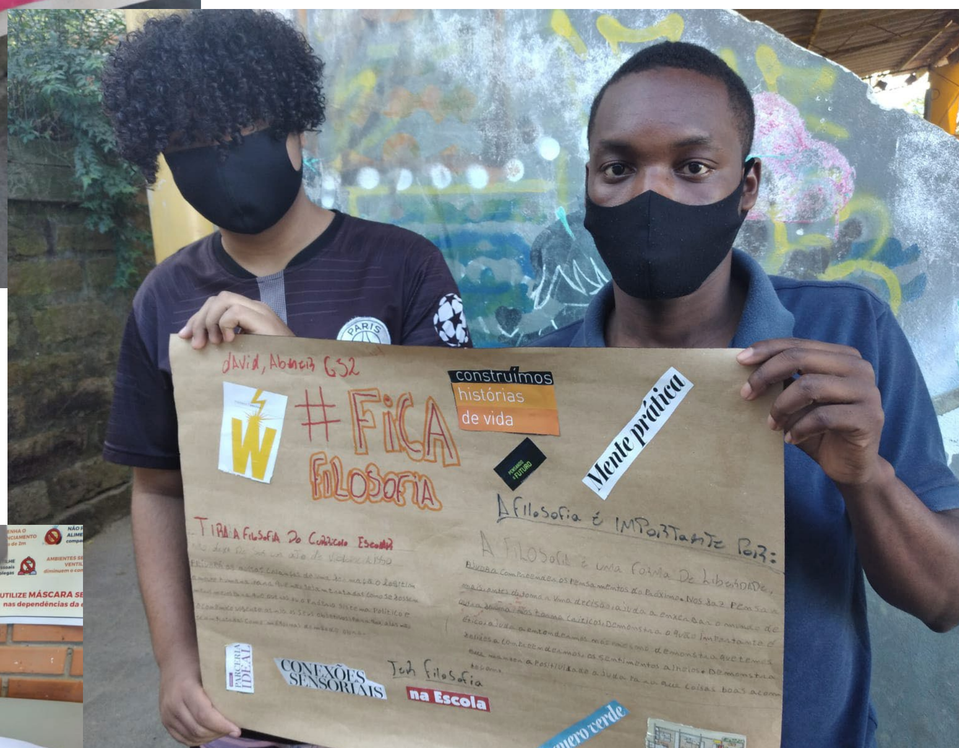

TURMA: C22
FICA
FILOSOFIA


MULHER
LGBTQIA+
#NÃOELE
#SimSABEDORIA
Ser mulher é a minha essência e não minha sentença
DJAMILA RIBEIRO
Djamila Ribeiro
EDUCAÇÃO Sim!
Filosofia
FORA BOLSONARO
FILOSOFIA = SABEDORIA
DIGA NÃO A SAÍDA DA FILOSOFIA
Fica filosofia


FICA
FILOSOFIA



fica filô!
Argumentos a favor:
Contradições: A filosofia para a SMED
A filosofia já não é mais só uma matéria para você avançar de ano letivo. A filosofia de um tempo para cá virou primordial, acredito que não só para mim, mas o mundo precisa dessa visão mais ampla que a filosofia nos entrega. Então, se decidirem por fim acabar com a mesma, o mundo só tem a decair, ficar cada vez mais tóxico. A filosofia abre a mente "fechada" que as pessoas têm. Às vezes não é nem por mal e sim falta de interesse. Precisamos da filosofia!!!
"Não precisamos de mais opiniões críticas e sim pessoas obedientes." !
"Mais operadores e menos filósofos "loucos" com suas separações." !

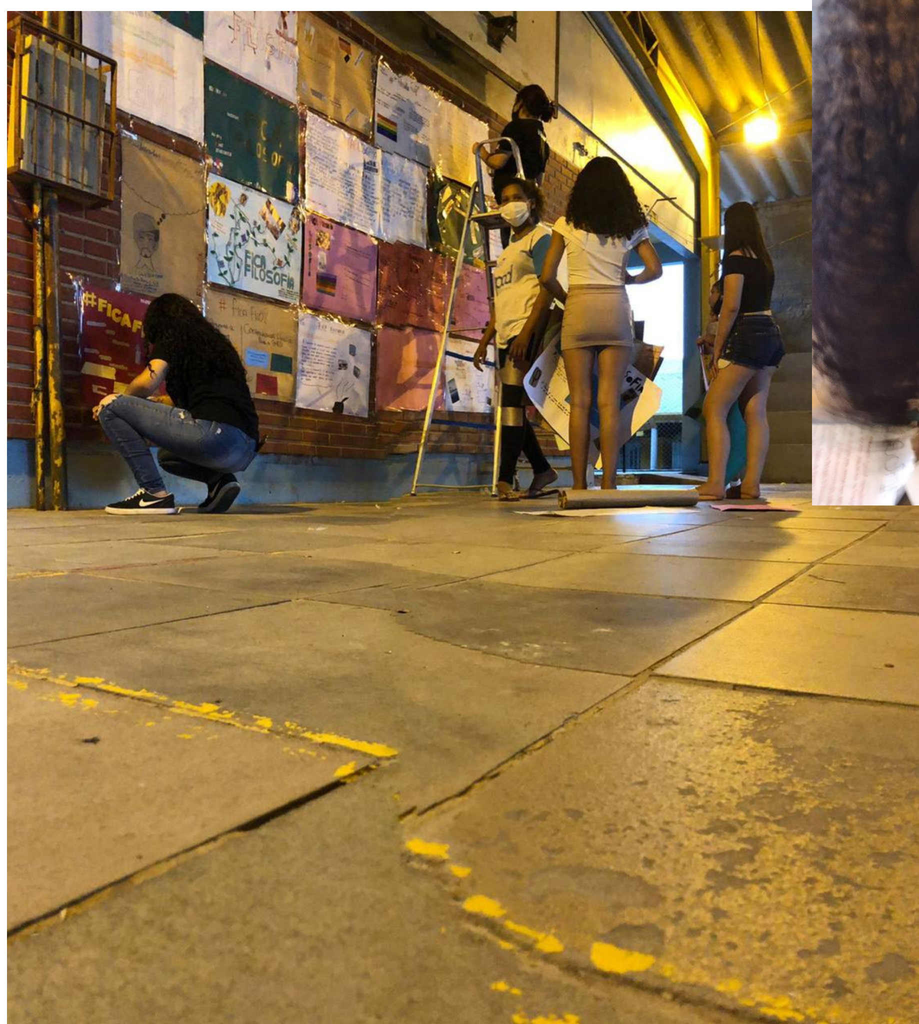


david, Abner GS2
FiCA FiLOSOFIA
construímos
histórias
de vida
Mente prática
A filosofia é importante por:
A filosofia é uma forma de liberdade,
TIRA A FILOSOFIA DO CURRÍCULO ESCOLAR
CONEXÕES SENSORIAIS
PARCERIA IDEAL
Tem filosofia
na Escola




FICA FILOSOFIA
#FICAFILOSOFIA




FICA FILOSOFIA


#FICAFILOSOFIA
FICA FILOSOFIA


#Fica Filosofia
A PREFEITURA QUER RETIRAR A FILOSOFIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
DIGA NÃO!
SAIBA MAIS NO INSTAGRAM
#FicaFilosofia


RESPEITO
Brasil de Fato
CONTRA O MACHISMO
Brasil de Fato
CONTRA O RACISMO



6_MANIFESTAÇÕES INSTITUCIONAIS FICA FILOSOFIA!

> *Ela é uma forma de conseguir conhecimento através da razão, e do diálogo. Que é diferente da fé; a fé não se discute: tu tem ou não tem. Ela não precisa ser explicada, diferente da razão, que é a origem da filosofia. A razão, ela tem que ser explicada.*

Nataly Latorre
EMEF América

SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE

Conselhos Escolares das Escolas Públicas municipais de Porto Alegre

Publicado nas redes sociais da ATEMPA em 30 set 21.

CONSELHOS ESCOLARES QUESTIONAM A PROPOSTA PEDAGOGICA DA SMED

Amanhã, sexta-feira, dia 01/10, as 10h, acontecerá, na SMED, ato público dos Conselhos Escolares da RME com o objetivo de solicitação de esclarecimento junto à SMED.

O documento, assinado por cerca de 50 Conselhos Escolares requerer à SMED que:

a) os distintos segmentos que compõem as comunidades escolares possam ter participação real e efetiva em todas as fases do processo de reestruturação curricular;

b) que se priorize, por parte da gestão da Secretaria de Educação, iniciativas voltadas à recuperação e à complementação de aprendizagens tão prejudicadas em decorrência da pandemia ainda em curso, e que se postergue a discussão mais ampla sobre currículo para o próximo ano letivo;

c) que se redefina o cronograma do processo aqui discutido, assegurando tempo e condições para a participação efetiva de todas(os);

d) que haja transparência em relação ao processo decisório em curso

Além disso, extenso e detalhado conjunto de dúvidas e questionamentos sobre o processo decisório dos chamados "cenários", é apresentado – Para acessar o documento: *https://bit.ly/3kSxPDM.*

Em Reunião dos GTs SMED com Supervisões das Escolas do Ensino Fundamental, que

aconteceu nesta quinta-feira pela manhã, foi feita a leitura pela representante da EMEF Nossa Senhora do Carmo, da integra do documento coletivo dos Conselhos Escolares, colocando em questão a própria validade do processo decisório em curso.

A ATEMPA apoia a iniciativa e conclama as comunidades escolares à participarem em mais uma manifestação pública de resistência à imposição de organização curricular conservadora.

CARTA ABERTA NA DEFESA DAS CIÊNCIAS HUMANAS

Coletivo das Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS), Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre (AGB), Coletivo das Professoras e Professores de Filosofia da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre

Em plena pandemia que já ceifou a vida de centenas de milhares de brasileiros e brasileiras, sob uma profunda crise econômica, política e sanitária, e também educacional, a atual gestão à frente da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre apresenta uma "proposta pedagógica" de reconstrução curricular.

Uma "proposta" que tem como principais marcas a fragilidade, a ausência de participação e a pressa: sem diagnósticos de realidade, sem referenciais legais e fundamentos teóricos, sem diálogo com as gestões das escolas, sem assegurar a participação das/dos trabalhadoras/es em educação e comunidades escolares, sem um cronograma que permita algum nível de reflexão, debate e formulação, sem garantias de lisura e transparência. Apenas e tão-somente a apreciação aligeirada de uma proposta de nova grade curricular, ou a simulação de alternativas, em que sequer há garantias de serem consideradas e uma votação que nada indica será acatada como expressão da vontade popular.

Não bastasse a tentativa de completa descaracterização dos projetos político–pedagógicos existentes, e sua adequação à lógica do mercado e da "expressão de resultados" há na iniciativa um ataque dirigido à área das Ciências Humanas, seja na organização curricular do Ensino Fundamental seja na modalidade da Educação de Jovens e Adultos: extinção do componente curricular de Filosofia, redução da carga horária de História e Geografia, intensificação e precarização do trabalho docente.

Sob governos autoritários, conservadores e de traços fascistas, invariavelmente as Ciências Humanas são atacadas e perseguidas. O obscurantismo exige a recusa do pensamento, porque ele pressupõe o dissenso, o conflito, a divergência, a criticidade, o respeito à diversidade, igualdade, direitos das minorias, laicidade, direitos humanos, justiça social. E tentativas dessa natureza são a antessala da barbárie, Mas nós dizemos "não" à barbárie!

Na cidade que já se orgulhou de ser a capital da democracia e da participação popular, ameaças à liberdade de ensino, censura, vigilância e perseguição a professoras/es, redução de carga horária, tentativas de padronização curricular, extinção de disciplinas e lei da mordaça passam a ser prioridade na agenda das reformas educacionais que primam por uma escola

minimalista: pobre para pobres. Uma escola somente preocupada com o ranqueamento dos índices de avaliações externas em larga escala, com um rígido enquadramento e imposição de currículos prescritivos e padronizadores, que desconsideram a diversidade sociocultural da população brasileira e ferem a autonomia docente. Assim tem sido com o chamado "Novo Ensino Médio", uma reforma que precariza ainda mais as escolas públicas e o direito das juventudes em assegurar uma formação com qualidade. E, não por acaso, é um caminho similar que tem orientado o gerencialismo tecnocrata e servil à frente da SMED, que prima por competências e habilidades, expressão da lógica e filosofia mercantil do conhecimento, defendida pelo Banco Mundial e OCDE.

Com linguagem atrativa é proposta a introdução de componentes como "projeto de vida", "projetos temáticos", "projeto além da escola", responsabilidade de "parceiros", entidades privadas contratadas, para estimular o "empreendedorismo" e a "inovação". Atividades como cursos de curta duração no contraturno passam oficialmente a substituir a formação escolar das disciplinas da área de Humanas. Por outro lado, já se explicitou, claramente, o propósito de retorno do Ensino Religioso.

Exposta sucintamente nossa leitura crítica do que está em curso, externamos aqui uma posição conjunta do Coletivo das Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS), da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre (AGB) e do Coletivo das Professoras e Professores de Filosofia da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPFIL) de rejeição veemente à "proposta pedagógica" da atual gestão da SMED. Rejeição de sua concepção, seus objetivos, seu método, seu cronograma e o seu conteúdo.

Reivindicamos o debate sobre reconstrução curricular em um processo democrático, participativo, amplo, que acate as normativas e a legislação vigentes, num contexto pós pandemia, que respeite as educadoras e educadores, comunidades escolares, o Conselho Municipal de Educação e a suas normativas. A Legislação existente normatiza a realização de um Congresso Municipal de Educação, envolvendo toda a Rede a cada gestão. Contudo, isso não se faz em um prazo de dois meses, em meio a uma pandemia, onde o foco deve ser nos cuidados para a não transmissão do Coronavírus.

A formação humana integral requer necessariamente que a área de Ciências Humanas possa ter assegurada, com dignidade, sua presença nos currículos escolares; presença essa cada vez mais necessária para refutar o autoritarismo, a cultura do ódio, o silenciamento de vozes dissonantes e a volta de tristes tempos onde a palavra liberdade era motivo de perseguição e censura.

Nós dizemos "não" à barbárie! E reafirmamos a essencialidade das Ciências Humanas - da História, da Geografia e da Filosofia - nos currículos escolares!

Porto Alegre (RS), agosto de 2021.

CARTA DE REPÚDIO

Associação de Licenciados em FIlosofia (ALF)

CARTA DE REPÚDIO

A ASSOCIAÇÃO DE LICENCIADOS EM FILOSOFIA (A.L.F.) VEM A PÚBLICO REFORÇAR QUE E FORTEMENTE CONTRÁRIA À INTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE/RS (SMED) DE RETIRAR O COMPONENTE CURRICULAR FILOSOFIA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

NO MÊS DE AGOSTO, A SMED APRESENTOU UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA QUE MODIFICA O CURRÍCULO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ENTRE AS VÁRIAS MUDANÇAS ELIMINA A FILOSOFIA.

E UM ENORME RETROCESSO DEFENDER UMA PROPOSTA QUE RETIRA DOS ESTUDANTES UMA CONQUISTA HISTÓRICA DA REDE, UM COMPONENTE QUE DESDE 1995 COMEÇOU A SER OFERECIDO. A A.L.F. CONVIDA A COMUNIDADE A POSICIONAR-SE DIANTE DESSA LAMENTÁVEL DECISÃO.

posicione-se. participe.

A.L.F.
Associação
dos Licenciados
em Filosofia

OFÍCIO DOS CONSELHOS ESCOLARES SOBRE A RETIRADA DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA

Conselhos Escolares das Escolas Públicas Municipais de Porto Alegre

Aos gestores municipais de Porto Alegre,
V. Ex. ª, Prefeito Municipal de Porto Alegre, Sebastião Melo
Sra. Secretária de Educação do Município de Porto Alegre, Janaina Franciscatto Audino.

Nós, Conselheiros Escolares das Escolas Municipais Públicas da cidade de Porto Alegre vimos através deste documento único demonstrar a nossa contrariedade contra a retirada da disciplina de Filosofia da grade curricular das escolas municipais de Ensino Fundamental do município de Porto Alegre – considerando que a Filosofia é uma educação voltada para o Pensar.

Considerando que a Filosofia historicamente é perseguida e retirada de currículos escolares por iniciativas autoritárias, antidemocráticas e contrárias ao pluralismo de ideias, concepções filosóficas e visões de mundo.

Considerando que quanto mais cedo o aluno tiver contato com a Filosofia, mais cedo colherá seus frutos e benefícios na sua jornada escolar e na sua própria vida, existência e cidadania.

Considerando que a Filosofia propicia aos estudantes expressar-se com maior clareza, levantar dúvidas e inferir hipóteses, compreender e interpretar textos escritos de maneira filosófica; desenvolver a escrita pensativa, criativa, reflexiva e crítica; desenvolver e debater argumentos, ideias, conhecimentos e perspectivas de vida e a interessar-se e desenvolver questões relacionadas ao conhecimento e ao autoconhecimento.

Considerando que a Filosofia desenvolve o pensamento crítico, autêntico, individual e próprio de cada sujeito.

Considerando que a Filosofia desenvolve a capacidade de questionamento e estabelecimento de significado, tão importantes na relação entre sujeito, aprendizagem e conhecimento.

Considerando que a Filosofia auxilia nas mais diversas situações e problemas que surgem e estão presentes nas vidas dos nossos estudantes.

Considerando que a Filosofia desenvolve o raciocínio e o pensamento lógico e isto capacita os estudantes a resolver, por exemplo, problemas presentes em diversas disciplinas escolares como a matemática, as ciências empíricas e as sócio históricas.

Considerando que a Filosofia desenvolve a compreensão e incorporação de princípios éticos como respeito à dignidade humana e ao meio ambiente, práxis, liberdade e responsabilidade, razoabilidade, moralidade, equidade, justiça, autonomia e alteridade, que são os fundamentos necessários para uma sociedade humana, justa, igualitária, sustentável e democrática.

Considerando que a Filosofia é disciplina da grade curricular no ensino fundamental de muitas escolas particulares, pois essas reconhecem a sua importância na formação acadêmica e humana dos seus estudantes.

Considerando que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental não proíbe ou impossibilita a presença da disciplina de Filosofia no Ensino Fundamental.
Considerando que não há a necessidade de escolha de uma disciplina apenas entre as disciplinas de Filosofia e Ensino Religioso, pois ambas podem estar contidas na grade curricular sem nenhum prejuízo em detrimento da outra e vice-versa.

Considerando que um verdadeiro "espaço filosófico" nas escolas, ao contrário da proposta pedagógica da SMED, requer a manutenção da Filosofia como disciplina curricular na sala de aula, com horários normais, matrícula e presença obrigatória de todos os seus alunos e avaliação periódica e sistemática.

Considerando que a aprovação e definição da Proposta Pedagógica sem a presença da disciplina de Filosofia na grade curricular impedirá posteriormente que os Conselhos Escolares avaliem a sua permanência ou não na grade curricular dos estudantes.

Considerando que a nova organização curricular definida pela SMED, sem a votação prevista em seus documentos orientadores, traz em sua grade curricular disciplinas ou componentes curriculares inexistentes na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental como Produção Textual e Iniciação Científica, portanto, não se sustentando o argumento para a retirada da disciplina de Filosofia da grade curricular por não ser componente curricular previsto na BNCC.

Considerando o Parecer do Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre nº 21 de 202, que responde a consultas sobre a Proposta Pedagógica e o processo para a construção da Organização Curricular da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, no ano de 2021, apresentados pela Secretaria Municipal de Educação.

E considerando que os Conselhos Escolares não estão sendo ouvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre de acordo com sua função consultiva e deliberativa (Lei Complementar nº 292 de 1993, Art. 2º - Os conselhos Escolares terão funções consultiva, deliberativa e fiscalizadora, constituindo-se no órgão máximo ao nível da escola). Tampouco os Conselhos estão tendo sua posição de manutenção da disciplina de Filosofia na grade curricular considerada ou atendida ou participando do processo de gestão democrática estabelecido em Lei no referente à construção da proposta pedagógica (Lei Complementar nº 292 de 1993, Art. 3º, inciso III – criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na definição do projeto político-administrativo-pedagógico da unidade escolar e Art. 3º, inciso VII - propor, coordenar a discussão junto aos segmentos da comunidade escolar e votar alterações no currículo escolar, no que for atribuição da unidade, respeitada a legislação vigente.) e inclusive previsto em Lei municipal, como a Lei nº 8.198 de 18/08/1998, que cria o Sistema Municipal de Educação (cito o Art. 3º, inciso VI – gestão democrática do ensino público; cito o TÍTULO IV - GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO - Art. 16. Fica instituído o Congresso Municipal de Educação como fórum máximo de deliberação dos princípios norteadores das ações das Escolas da Rede Pública Municipal, a ser realizado, no mínimo uma vez, no período correspondente a cada gestão municipal. Parágrafo único – O Congresso Municipal de Educação será convocado pela Secretaria Municipal de Educação e contará com a participação de representantes dessa Secretaria, da sociedade civil organizada e de todos os segmentos das comunidades escolares

(pais, alunos, professores e funcionários) das escolas da Rede Pública Municipal, eleitos por seus pares, conforme a regulamentação; cito o Art. 17º, inciso III – autonomia da comunidade escolar para definir seu projeto político pedagógico, observando a legislação vigente e os princípios emanados do Congresso Municipal de Educação.). Neste sentido, resolvemos que: seja mantida a disciplina de Filosofia na grade curricular das escolas de Ensino Fundamental do Município de Porto Alegre, pelas razões aqui expostas.

Conforme a resolução acima, assinam os Conselhos Escolares das Escolas Públicas Municipais do Município de Porto Alegre.

Porto Alegre, 16 de novembro de 2021.

CARTA PELA PERMANÊNCIA DA FILOSOFIA

RICARDO CRISSIUMA
Coord. Graduação em Filosofia da UFRGS

LEONARDO PORTO
Coordenador de Estágios da Filosofia

INARA ZANUZZI
Coord. PIBID-Filosofia

PRISCILLA TESCH SPINELLI
Docente orientadora da Filosofia na Residência Pedagógica

NIKOLAY STEFFENS MARTINS
Prof. Dpto. Filosofia e Vice-Coordenador da Coordenadoria das Licenciaturas da UFRGS

Porto Alegre, 12 de setembro de 2021

Prezada Secretária Municipal, Dra Janaina Franciscatto Audino,
Prezado Coordenador do Ensino Fundamental, Clark Balbueno Sarmento,

Ao cumprimentá-los, gostaríamos de expor nossa posição contrária ao destino da disciplina de Filosofia expresso no projeto de reforma curricular do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Porto Alegre, tanto na "Proposta Pedagógica - Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre", como no Plano de Gestão 2021-2024 da Secretaria Municipal de Educação.

Amparados nos princípios de consulta e participação, assegurados pela Constituição Federal, nos seus art.1 parágrafo único, art. 5, inciso XXXIII e o art.58, §2, II, nosso intuito é

apresentar argumentos para que os planos de Reforma do Ensino Fundamental em curso não impliquem, em razão da eliminação completa da Filosofia como componente curricular obrigatório, em prejuízos aos objetivos da LDB consagrados nos art. 2 e art. 22, 27, I, art.32 e qualidade da educação municipal.,

Nosso pleito pela permanência da filosofia da grade curricular se sustenta em três pontos:

> **I - Prejuízo ao aprendizado de habilidades previstas na BNCC; II Prejuízo ao aprendizado de habilidades fundamentais; III- Prejuízo ao histórico da disciplina de filosofia na Rede Municipal, ao processo de consolidação da filosofia no Ensino Básico e às parcerias Universidade-Escola.**

I- Prejuízo ao aprendizado de habilidades previstas na BNCC

Conforme estudo que realizamos do documento da BNCC para o Ensino Fundamental, resulta que há **28 habilidades que estão diretamente ligadas à área de Filosofia**. O resultado do estudo encontra-se sintetizado em uma tabela que segue como anexo ao final desta carta (anexo I). Estamos certos de que a tabela permite visualizar a confluência dos componentes curriculares do Ensino Fundamental da BNCC com conteúdos disciplinares próprios à área de Filosofia.

Saliente-se ainda que a Filosofia, pelas suas características eminentemente inter e transdisciplinares, é um componente que abre a possibilidade de diálogo com diversos outros componentes curriculares da área das Ciências Humanas, das Linguagens e das Ciências da Natureza, contribuindo para a implementação de princípios, valores e instrumentos pedagógicos (como os Projetos Temáticos) consagrados na BNCC-Ensino Fundamental.

Infere-se daí que a manutenção da disciplina de filosofia não se dá em prejuízo da implementação da BNCC-Ensino Fundamental, mas, pelo contrário, tende a com ela colaborar. Com a devida distribuição das habilidades entre as disciplinas da grade, a permanência da filosofia não seria somente possível, mas também desejável, haja vista que contribuiria, a um só tempo, para maior especialização e interdisciplinaridade da Educação da Rede Municipal.

II- Prejuízo ao aprendizado de habilidades fundamentais

O argumento de eliminar Filosofia para reforçar a carga horária de Matemática e Português sob a premissa de que estas conferem aos alunos um aprendizado de habilidades fundamentais, desconsidera que a Filosofia também tem um papel significativo no desenvolvimento cognitivo e comportamental de crianças e adolescentes que transcende o mero aprendizado de conteúdos curriculares da área.

Nas últimas três décadas, muitos estudos internacionais demonstraram o impacto positivo do ensino da Filosofia para crianças e adolescentes (para resumos de estudos recentes, consulte: S. Trickey e K. J. Topping 2004: "'Philosophy for Children': A Systematic review," Research Papers in Education 19(3), 363-378; F. Garcia-Moriyon, I. Rebollo e R. Colom 2005:" Evaluating Philosophy for Children: A Meta-Analysis", Thinking, 17 (4), 14-22; S. Millett e A. Tapper 2012: "Benefits of Collaborative Philosophical Inquiry in Schools," Educational Philosophy and Theory, 44 (5), 546-567). Em particular, esses estudos têm mostrado que o

ensino de filosofia para essa faixa etária:

melhora suas habilidades cognitivas (conforme medido pelo "Cognitive Abilities Test" (CAT)), resultando em melhores desempenhos acadêmicos e um ganho estatisticamente significativo nas pontuações de QI;
aumenta sua autoconfiança e resiliência, e
melhora suas habilidades sociais, especialmente suas habilidades de comunicação e sua capacidade de empatia e diálogo com colegas de classe e professores.

Com efeito, um dos estudos mais conhecidos foi realizado em 16 escolas primárias na Escócia em 2002/3 durante um período de 16 meses. Os resultados deste estudo são impressionantes: os alunos que participaram de uma hora de discussão filosófica semanal durante este período melhoraram suas pontuações verbais, não-verbais e quantitativas no "Cognitive Abilities Test" (CAT) em uma média de 7 pontos, em comparação com um grupo-controle grupo cujas pontuações permaneceram estáveis (ver K. J. Topping e S. Trickey 2007: "Collaborative philosophical enquiry for school children: Cognitive effects at 10-12 years," British Journal of Educational Psychology 77, 271–288).

Infere-se daí que a manutenção da disciplina de filosofia não se dá em prejuízo do desenvolvimento de habilidades fundamentais, mas, pelo contrário, tende a com ela colaborar. Diversificar as disciplinas responsáveis por este objetivo é a melhor maneira de se evitar que ele possa ser afetado pelas diferentes formas de imprevistos e adversidades a que, como todos sabemos, a Rede Municipal de Ensino está sujeita.

III- Prejuízo ao histórico da disciplina de filosofia na Rede Municipal, ao processo de consolidação da filosofia no Ensino Básico e às parcerias Universidade-Escola

É preciso levar em conta que a retirada da disciplina de filosofia compromete de maneira decisiva o pioneirismo da rede municipal de Porto Alegre que introduziu a filosofia como disciplina em algumas de suas escolas de Ensino Fundamental em 1995 - mais de uma década antes da obrigatoriedade da filosofia no Ensino Médio ter sido aprovada em âmbito Federal.

De maneira inusitada, a decisão da retirada da disciplina de Filosofia colocaria a Rede Municipal na contramão de um movimento importante de consolidação da importância da filosofia no Ensino Básico que ela tanto ajudou a fomentar. Um movimento expresso no fato de os conteúdos de filosofia virem figurando recorrentemente no ENEM e em vestibulares das mais prestigiadas instituições de ensino superior do país. Atente-se também que a retirada da disciplina da Rede Municipal contrastaria com a opção de diversas instituições privadas do município que prestigiarem a filosofia no Ensino Fundamental - vide a crescente participação de diversas dessas instituições privadas de Porto Alegre e região na International Philosophy Olympiad (IPO): *https://ipobrasil.com*.

É de se destacar ainda que a retirada da filosofia da Rede Municipal vai sustar diversas parcerias de cursos de graduação em filosofia da Grande Porto Alegre para o desenvolvimento de suas atividades de estágio, observatório de ensino, PIBID e Residência Pedagógica (ver

anexo II). Uma parceria que vem permitindo uma aproximação cada vez maior entre a Universidade e a Escola Pública e, por conseguinte, um enorme salto qualitativo na formação dos licenciados em filosofia. Cabe mencionar ainda que esta aproximação: 1) nos colocou em contato com diversos projetos e iniciativas muito promissores para o ensino de filosofia que vêm sendo tocados na Rede Municipal e que seriam postos a perder com a retirada da filosofia do Ensino Fundamental; e 2) também nos leva a temer o impacto desorganizador que a Reforma certamente acarretará na gestão de diversas instituições de ensino na medida em que elas contavam com a disciplina para implementarem seus planejamentos de longo, médio e curto prazo.

Causa ainda preocupação o potencial impacto da retirada da filosofia do Ensino Fundamental nas taxas de evasão dos nossos cursos de graduação em Filosofia, todos reconhecidos nacionalmente. Segue-se, portanto, que o efeito da retirada não apenas privaria a Rede Municipal de Ensino do preparo e competência dos licenciado(a)s de nossos cursos, mas também causaria prejuízos à formação de profissionais em filosofia para as Rede Estadual e Privada.

Infere-se daí que a manutenção da disciplina de filosofia não se dá em prejuízo de uma grade mais tradicional de ensino ou a uma tendência verificada em outras escolas de Ensino Básico, mas, pelo contrário, tende a respeitar uma história da Rede Municipal de Ensino e ir na contramão do que se pode verificar em boa parte da Rede Privada. Retirar a disciplina da grade seria sustar abrupta e injustificadamente diversos processos colaborativos que só tendem a ser ampliados e aprofundados.

Diante de tantos potenciais prejuízos, os relatos de que a proposta de reforma não estaria contando com a devida discussão com os gestores, professores e alunos das escolas inspiram-nos particular apreensão. Reforçamos que o intuito desta carta é abrir um canal de diálogo e colaboração para que uma reforma do Ensino Fundamental Municipal possa atender da melhor maneira os princípios que regem o ensino público deste nível no Brasil e o objetivo de aprimoramento constante que, por certo, deve nortear a Rede Municipal de Ensino. Nesse sentido, colocamo-nos desde já à disposição para chegar a uma proposta de reforma curricular que garanta a permanência da filosofia sem abrir mão das adequações curriculares que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Ricardo Crissiuma
Coordenador de Graduação em Filosofia da UFRGS
Leonardo Porto
Coordenador de Estágios da Filosofia da UFRGS
Inara Zanuzzi
Coordenadora do PIBID-Filosofia
Priscilla Tesch Spinelli
Docente orientadora da Filosofia na Residência Pedagógica UFRGS
Nikolay Steffens Martins
Professor do Departamento de Filosofia da UFRGS
Vice-Coordenador da Coordenadoria das Licenciaturas da UFRGS

NOTA DE APOIO AOS/ÀS PROFESSORES/AS DA REDE MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

LILIANE FERRARI GIORDAN
Diretora da Faculdade de Educação/UFRGS e Presidente do Conselho da FACED/UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO CONSELHO DA UNIDADE

O Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED) manifesta seu repúdio à forma como a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre vem conduzindo o processo de mudança curricular nas escolas da Rede Municipal de Ensino. Nos últimos trinta anos, a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME) tem se caracterizado pela valorização dos processos democráticos, pela qualificação de seu corpo docente e pela incorporação de projetos educacionais construídos por meio do diálogo com a comunidade escolar – incluindo gestores, professores/professoras, estudantes e suas famílias, considerados importantes e necessários às ações educativas, bem como com o Conselho Municipal de Educação, instância de controle social.

Qualificar o atendimento da RME, inovar nas construções curriculares e pedagógicas é louvável conquanto sejam ouvidos e considerados os principais profissionais envolvidos: os professores que atuam no "chão" das escolas e das salas de aula. Qualquer mudança, mesmo que a priori pareça positiva, perde seu significado quando é feita unilateralmente - ou imposta às comunidades escolares, sem as devidas e necessárias discussões.

A Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) entende que retirar, diminuir ou aumentar cargas horárias dos componentes curriculares da educação básica só pode se concretizar a partir de debates, discussões e reflexões coletivas. Professores/as não são apenas funcionários de uma gestão em Educação do Município, são trabalhadores/as em Educação das comunidades e para as comunidades de crianças, jovens e adultos da cidade de Porto Alegre.

Assim, ao propor a retirada da disciplina de Filosofia dos currículos da rede municipal de ensino a PMPA ignora que ela, como um patrimônio histórico, carrega os saberes constituídos por diferentes culturas, refletindo seus aspectos éticos, estéticos, políticos, sociais e epistemológicos. Destacamos que na rede de ensino de Porto Alegre, a Filosofia esteve presente nos currículos por 26 anos, ao longo dos quais foram feitas inúmeras formações com professores de filosofia e ciências humanas, qualificando cada vez mais o trabalho desenvolvido.

Compreendemos que, diante de discursos negacionistas que desprezam as ciências, este ato representa mais um ataque à educação. Assim, conclamamos à Secretaria Municipal de Educação que escute as vozes das professoras, dos professores, dos gestores e dos diversos segmentos das comunidades escolares para que pensem e decidam coletivamente sobre a proposta de organização das cargas-horárias do Ensino Fundamental.

Porto Alegre, 15 de outubro de 2021.
Liliane Ferrari Giordani
Presidente do CONFACED
Diretora da FACED/UFRGS

* Documento aprovado na Sessão nº 466 do CONFACED, de 15 de outubro de 2021.
** Documento original assinado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

UFRGS APOIA
A PERMANÊNCIA DA FILOSOFIA NA GRADE CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL.

DIGA NÃO AO RETROCESSO

A UNIVERSIDADE E A REDE: UMA COLABORAÇÃO IMPORTANTE
A Grande Porto Alegre conta com três grandes universidades, todas com cursos de Filosofia reconhecidos pela sua qualidade.

As universidades têm feito esforços contínuos para colaborar com a educação básica, através de seus cursos de Licenciatura, Programas de Iniciação à Docência (PIBID), de Residência Pedagógica, Estágios de Docência e Cursos de Formação Continuada.

NÃO VAMOS DEIXAR ESSA COLABORAÇÃO SER INTERROMPIDA!

Filosofia UFRGS
PIBID UFRGS
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA UFRGS

MANIFESTAÇÃO DE APOIO DA ANPOF À PERMANÊNCIA DA FILOSOFIANA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PORTO ALEGRE

SUSANA DE CASTRO

Diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF)

A Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF) manifesta seu irrestrito apoio aos professores, professoras, alunos e alunas de Filosofia, tanto do Ensino Superior, quanto do Ensino Básico, que, por meio do movimento #FicaFilosofia, têm se posicionado contra a retirada da Filosofia do currículo das Escolas Municipais de Porto Alegre.

A comunidade filosófica brasileira representada pela ANPOF entende que a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em nada deveria alterar a presença da Filosofia nas escolas, visto que são inúmeras as possibilidades para o trabalho filosófico tanto na parte comum quanto nos itinerários formativos que compõem a BNCC. A permanência da Filosofia como disciplina no Ensino Fundamental se justifica tanto do ponto de vista da implementação da Base Nacional Comum Curricular (evitando prejuízo ao aprendizado de habilidades por parte dos/as discentes), quanto da perspectiva de preservação do histórico da disciplina de Filosofia na Rede Municipal de Porto Alegre, de consolidação da Filosofia na Educação Básica e de fomento das parcerias entre Escola e Universidade.

Porto Alegre sediou a primeira Olimpíada de Filosofia realizada no Brasil e, por seu pioneirismo em introduzir a Filosofia como disciplina em algumas de suas escolas de Ensino Fundamental em 1995, é tida como referência para aquelas e aqueles que se dedicam ao Ensino de Filosofia. Uma área consolidada em termos de ensino, pesquisa e extensão e que busca, em 2021, reconhecimento institucional junto às agências de fomento à pesquisa e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país. A retirada da disciplina de Filosofia prevista na reforma curricular do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Porto Alegre, definitivamente, navega na contramão de todas as ações e pesquisas realizadas na área.

Pelas razões expressas neste manifesto, a ANPOF apoia a luta dos profissionais e discentes de Filosofia de Porto Alegre, certos de que possa ser pensada uma proposta de reforma curricular que atenda à nova legislação sem prescindir da contribuição da Filosofia.

Campinas, 14 de Outubro de 2021.

Profa. Dra. Susana de Castro
Diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia
Biênio 2021-2022



ANPOF
Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia

REPÚDIO AO PROJETO DE LEI QUE PROPÕE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO DE CAPELANIA ESCOLAR NAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN/UFRGS

A Seção Sindical Andes/UFRGS vem manifestar seu repúdio ao Projeto de Lei que propõe a criação do serviço voluntário de Capelania Escolar nas unidades de ensino da Rede Pública Municipal.

Além de ferir a Constituição Brasileira que afirma o caráter laico e democrático do Estado, tal projeto desrespeita profundamente a comunidade escolar e os profissionais que nela atuam. Pobres em fundamentação teórica e desconectados de garantias legais vigentes quanto ao trabalho profissional no campo da educação, os argumentos do texto colocam na figura do capelão a solução para a "crise da vida". Descontextualizam nossa realidade social permeada por profundas desigualdades estruturais, cujo tratamento requer responsabilidade pública e não medidas de ordem individual ou de natureza espiritual, envolvendo favores ou benesses.

Os motivos expostos para a formulação do projeto de lei mostram o total desconhecimento do trabalho desenvolvido nas escolas da rede municipal, pois sugerem a incapacidade de a escola resolver os problemas de caráter comportamental dos alunos e alunas.

O respeito à pluralidade de crenças religiosas ou a dimensão ecumênica tampouco estão garantidos no referido projeto de lei à medida que a Bíblia aparece como uma referência no trabalho a ser desenvolvido pela Capelania Escolar. Isso fere profundamente a dimensão técnica e multidisciplinar requerida ao trabalho dos/as profissionais no espaço escolar.

Exigimos que o poder público municipal cumpra a Lei 13.935/19, que garante os serviços de psicologia e serviço social na rede básica de ensino, abrindo concursos para a ampliar a presença desses profissionais nas escolas, de modo a responder de forma adequada e com competência técnica às demandas da comunidade escolar.

É inadmissível e desrespeitoso pensar a educação pública, que se configura como um direito social, de forma tão limitada, sem atentar para a sua complexidade e para a importância de uma rede multidisciplinar na atuação dos desafios enfrentados na escola. Salientamos também que toda e qualquer mudança educacional deve ser pensada e decidida junto à comunidade escolar, reafirmando assim o exercício democrático.

Deveríamos, neste momento dramático que vivemos em nosso país, lutar pelo cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), comprometido pela Emenda Constitucional 95 que congela por 20 anos os gastos com educação, saúde e proteção social e que impede o acesso da população a essas garantias constitucionais. É isso o que está em questão em nosso país e é o que tem afetado diretamente a realidade da educação brasileira.

Porto Alegre, 24 de outubro de 2021
Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN/UFRGS

ABAIXO-ASSINADO

PELA REJEIÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA APRESENTADA PELA SMED E CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA QUE ESCUTE E CONTEMPLE AS NECESSIDADES APRESENTADAS PELA COMUNIDADE ESCOLAR, BEM COMO A AMPLA DISCUSSÃO E PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES PREVISTA EM CONGRESSO MUNICIPAL

Petição física e online. Iniciativa de mãe de estudantes de escola municipal

ABAIXO ASSINADO

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Sebastião Melo

Os moradores da região ____, solicitam que Vossa Excelência, com grande urgência, rejeite a Proposta Pedagógica apresentada pela SMED e determine a construção de uma proposta pedagógica que escute e contemple as necessidades apresentadas pela comunidade escolar, bem como a ampla discussão e participação de professores prevista em Congresso Municipal.

Na certeza de termos nosso pleito atendido, encaminhamos este documento assinado pelos moradores da região.

Porto Alegre, ___ de novembro de 2021.

NOME	RG OU CPF	ASSINATURA

CARTA À DRA. JANAINA AUDINO, SECRETÁRIA DA SMED, PORTO ALEGRE:
UM APELO PELAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PORTO-ALEGRENSES

Assinado por dezenas de professoras/es e pesquisadoras/es de Universidades do RS

Porto Alegre, 18 de outubro de 2021.

Prezada Secretária,

Recebemos há cerca de dois meses com surpresa e descrença a proposta de retirada da Filosofia da grade curricular do Ensino Fundamental das escolas públicas de Porto Alegre pela atual gestão da SMED. Vimos o movimento *#ficafilosofia* reverberar entre as pessoas em jornais, blogs e redes sociais. O porto-alegrense não quer a retirada da Filosofia da grade curricular. A comunidade escolar, professores, supervisores e gestores também dizem *não* à retirada da Filosofia. Por que fechar os ouvidos às mais diferentes manifestações contrárias a essa proposta?

Nós professores de Filosofia do Ensino Superior e representantes universitários vimos nos somar *contra* essa retirada. Não conseguimos enxergar a *justificativa pedagógica* para retirar de crianças e adolescentes mais desfavorecidos e vulneráveis o direito de refletir filosoficamente sobre o significado da vida, sobre o convívio em sociedade, sobre o conhecimento e os argumentos que ajudaram a constituir a nossa humanidade. Não é razoável que essa proposta tenha por objetivo "resgatar a identidade em rede das escolas municipais de Porto Alegre", como diz o documento apresentado em reunião aos supervisores dia 14.10.2021, se a SMED quer amputar um componente curricular que faz parte dessa identidade desde o final dos anos 1990. É com este componente que uma tal identidade em rede pode ser resgatada e mantida.

Devemos nos posicionar contra alguns argumentos que nos chegaram em favor dessa proposta. Em primeiro lugar, não é verdade que a BNCC consolida a exclusão da Filosofia dos currículos. Trata-se da *base*, e, por ser base, institui o que é indispensável e deve aparecer nos currículos, sem proibir ou excluir outros componentes. *A permanência da Filosofia na grade curricular das escolas municipais porto-alegrenses é uma escolha pedagógica*, não sendo ilegal ou ideológica, como já foi equivocadamente sugerido em uma entrevista concedida a um jornal da cidade. Em segundo lugar, também não é verdade que poucas escolas privadas de Porto Alegre oferecem Filosofia como componente curricular obrigatório no Ensino Fundamental. O colégio Farroupilha tem Filosofia no Ensino Fundamental; os Colégios Maristas Rosário, Assunção, Champagnat; La Salle Dores, Santo Antônio, Pão dos Pobres; Israelita, Santa Inês, Bom Conselho, Sévigné, João Paulo I, Monteiro Lobato, só para citar alguns: todos esses têm Filosofia no Ensino Fundamental. Estariam esses colégios ideologicamente enviesados ou ilegais por oferecerem como obrigatório o componente de Filosofia? Por que crianças e adolescentes que frequentam essas escolas têm o direito à reflexão filosófica, mas as das escolas públicas serão impedidas disso? *A oferta de Filosofia nas escolas como componente curricular obrigatório é uma escolha pedagógica*; é a sua retirada que nos soa ideológica.

"Filosofia é demanda da humanidade", respondeu um filósofo contemporâneo a alguém que disse que o pobre favelado não precisa de Filosofia. O pobre e o rico, o adulto e a criança, o mais à direita e o mais à esquerda: todos precisamos de filosofia porque somos humanos. Portanto, porque são *humanas*, também crianças e adolescentes que frequentam a escola pública precisam de filosofia. Não retire da grade curricular essa dimensão humana, da Filosofia. Fica, Filosofia!

Assinando por dezenas de professoras/es e pesquisadoras/es de Universidades gaúchas.



FICA, MÃE FILOSOFIA:
CONTRA RETIRADA DA DISCIPLINA NAS ESCOLAS DE POA

Petição pública online

Para: Prefeitura Municipal de Porto Alegre e
Câmara de Vereadores de Porto Alegre

A Filosofia está presente na História. É necessária porque ensina-nos a pensar. Excluí-la do currículo municipal é impedir que toda juventude perca o pouco contato que ainda tem com diversos pensadores que fizeram a diferença na caminhada até os dias atuais. A Filosofia é articuladora entre áreas do conhecimento e não há Conhecimento sem Filosofia. Não há Política sem Filosofia. Não há debate sem Filosofia. Ela está por detrás de toda construção do pensamento. De imediato, pode ser que não faça tanta falta, mas a longo prazo os efeitos podem ser ruins. Os estudantes perderão contato com as teses centrais daquilo que hoje vivemos e defendemos (Democracia, Direitos Humanos, Dignidade, Educação, Sentido da Vida, Arte e movimentos estéticos/literários etc.). Com essa lacuna, há possibilidade dessas discussões diminuírem, bem como a profundidade dessas reflexões, ocasionando o colapso disso tudo.

Hoje, a Filosofia é tirada. Amanhã, a História (alegando que ela é conhecimento comum a todos). Depois, sucessivamente, tendemos a caminhar para uma sociedade tecnicista e não crítica, inconsciente das discussões essenciais que deveriam ser pautadas. Formar-se-á uma grande Tecnocracia e com pouca sabedoria.

A Filosofia deve permanecer nas escolas!



7_REDES SOCIAIS

> *Eu sou totalmente contra a filosofia sair. Eu quero que ela fique. A filosofia me ajudou a entender certos tópicos, me colocar no lugar dos outros, e dar minha opinião, entre diversas outas coisas! Tirar a filosofia é algo terrível, que em deixa preocupada sobre o futuro estudo da minha irmã mais nova, que atualmente tem nove anos.*

Carolina Dalferth
EMEF Saint Hilaire

Tão fundamental quanto o Campo da Educação na formação da vida humana, o Campo da Comunicação cada vez mais ocupa um espaço essencial. É por ele que nos informamos, praticamente imediatamente, sobre os contextos em que estamos inseridos. Em tempos de Pandemia, que é quando tivemos que enfrentar o ataque da eliminação da disciplina de Filosofia na escola pública em Porto Alegre, as redes sociais se tornaram o lugar principal não só de informação sobre o tema, mas da argumentação sobre ele. Assim, o Coletivos de Professoras e Professores de Filosofia criou um perfil na rede social Instagram para que houvesse um lugar virtal em que seus materiais estivessem concentrados.

FICA FILOSOFIA

https://www.instagram.com/ficafilosofia/



Além disso, canais do Youtube e perfil do Instagram transmitiram laives, entrevistas, vídeos e demais materiais sobre a luta pela permanência da Filosofia como disciplina nas escolas públicas municipais de Porto Alegre e sobre a Proposta Pedagógica que a exclui.

Janelas Filosóficas (UFRGS)
https://www.youtube.com/channel/UC2G2HheNf1jUdkwNTmfDoXg



LUDE Comunicação
https://www.youtube.com/c/ludecomunicacao

Escola Livre de Filosofia
https://www.instagram.com/escolalivredefilosofia/



Observatorio da Comunidade (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnoloia - IFRS Campus Restinga)
https://www.youtube.com/c/ObservatoriodaComunidade

Abaixo, material transmitido, em ordem cronológica decrescente:

_Proposta pedagógica de retirada da disciplina de filosofia das escolas de ensino fundamental municipais:
09 de dezembro de 2021
https://www.youtube.com/c/ObservatoriodaComunidade

Venha participar da Roda de conversa com:
Prof. ª Filosofia no IFRS Campus Restinga: Andréia Meinerz
Pres. Cons. Escolar da EMEF Jean Piaget: Lukas
Prof. Filosofia na EMEF N.S.do Carmo: André Pares
Diretor do IFRS Campus Restinga: Prof. Rudinei
Organização:
OBSERVATÓRIO IFRS CAMPUS RESTINGA

_Comunidades Escolares NÃO foram escutadas na Reforma Curricular
Transmitido ao vivo em 09 de dez. de 2021
https://www.youtube.com/watch?v=nSfcRPASHqg

Secretaria de Educação de Porto Alegre ignora mães, pais, e responsáveis nas mudanças na escola pública. As Comunidade Escolares NÃO foram escutadas em nenhum momento da realização da "Proposta Pedagógica" feita pela Secretaria de Educação de Porto Alegre - SMED. Mães, pais, responsáveis não tinham a menor ideia da reforma curricular que excluiu disciplinas e diminuiu o tempo de outras.

Nessa live, quatro mulheres fortes das Comunidades Escolares falam sobre o processo do qual foram excluídas:
Cláudia da Cruz, da Comunidade Escolar da EMEF N. Sra. do Carmo
Gislaine de Moraes, da Comunidade Escolar da EMEF Jean Piaget
Edna Andrade, da Comunidade Escolar da EMEF N. Sra. do Carmo
Isabel Ferreira, da Comunidade Escolar da EMEF Ver. Antônio Giúdice

_Conselhos Escolares são ignorados em Reforma Educacional da Pref. de P. Alegre
Transmitido ao vivo em 20 de out. de 2021
https://www.youtube.com/watch?v=7kJO78Jk2jA&t=4157s

Presidências de Conselhos Escolares – órgãos máximos de cada escola – não são considerados em processo de reforma de currícula das escolas da rede pública de Porto Alegre. Para contar sobre as tentativas frustradas de diálogo, estão presentes:
Isabel Cristina Ferreira – Pres. CE EMEF Vereador Antônio Giudice (segmento mães e pais)
Luciana Schwengber – Pres. CE EMEF Vereador Martim Aranha (segmento profs)
Lukas Bierhals – Pres. CE EMEF Jean Piaget (segmento mães e pais)
Carolina Rodrigues da Rocha - Presidente do CE EMEF Gabriel Obino (segmento profs)
André Pares – Sec CE EMEF N. Sra. do Carmo (segmento profs)

_Faculdade de Educação Repudia Reforma Pedagógica da SMED
Transmitido ao vivo em 18 de out. de 2021
https://www.youtube.com/watch?v=QLh2LR-RgqM&t=3857s

FACED/UFRGS apoia profs e comunidade contra mudança curricular da
Sec. de Educação de Porto Alegre
Para discutir o tema, temos as profs:
Aline Cunha
Dra em Educação, professora, extensionista e atual vice-diretora da FACED, UFRGS. Membro da coordenação Colegiada do Fórum de EJA-RS e da CONAPE-RS.
Magali Menezes
Dra em Filosofia, professora e pesquisadora do PPGEdu, Faced, UFRGS. Coordenadora da ação saberes indígenas na escola.
Profa. Dra. Rosana A. Fernandes
Filosofia da Educação - DEBAS/FACED/UFRGS
Mais os profs da Rede Municipal de Educação Ezequiel Viapiana (representando ATEMPA), Marco Mello, (representando coletivos de professores de história e de filosofia) e André Pares (Coletivo de profs de filosofia)





_7ª sessão (3ªed.) "Janelas Filosóficas": Van Filosofia estacionada: Fica Filosofia!
Transmitido ao vivo em 13 de out. de 2021
https://www.youtube.com/watch?v=LRr7utWOg8U&t=3379s
Van Filosofia estacionada: Fica Filosofia!
Painelistas: André Pares, Fábio Gai Pereira, João Francisco Rodrigues, Jaques Schaefer
Mediadores: Priscilla Spinelli, Ricardo Crissiuma e Scheila Thomé
Uma conversa com quatro dedicados e experientes professores da rede municipal de educação de Porto Alegre sobre por que a filosofia não deve sair do Ensino Fundamental... e sobre por que não podemos deixar a filosofia fora de nenhuma escola!

_O Que a Universidade Pensa Sobre a Retirada da Filosofia da Escola
Transmitido ao vivo em 6 de out. de 2021
https://www.youtube.com/watch?v=oczTIHaPn6I&t=1970s

Atual gestão da Sec. Mun. de Educ. - SMED quer excluir matéria da Educação Básica na Rede Pública de Porto Alegre na sua ´Proposta Pedagógica´. Debatem o tema as Profas Dras em Filosofia Inara Zanuzzi, do Depto de Fil. da UFRGS e Magali Menezes, da Fac. de Educ - FACED da UFRGS, com os profs. de Filosofia da Rede Pública de P. Alegre, Jaques Schaefer e André Pares.

_Pela Permanência da Filosofia
5 de outubro
https://www.instagram.com/p/CUqqwgRFsXD/
Pela Permanência da Filosofia como disciplina na Escola Pública em Porto Alegre.
Os professores Jaques Schaefer, Marco Mello, Fábio Gai e André Pares (substituindo os profs Sérgio Sardi e Claiton Prinzo como hospedeiros das laives no canal) debatem a retirada da filosofia da Educação Básica do sistema público de educação de Porto Alegre, que é uma da principais mudanças da "Proposta Pedagógica" da atual gestão da Sec. de Educ. do município.

_A Ilegalidade da ´Proposta Pedagógica´ segundo o Conselho Municipal de Educação
4 de out. de 2021
https://www.youtube.com/watch?v=TylUxdLycGM&t=2s

A ilegalidade da 'Proposta Pedagógica' da Sec. Mun. de Educ. – SMED, é demonstrada pelo Parecer 21/2021 do Conselho Municipal de Educação – CME, de Porto Alegre, na apresentação

da relatora do parecer, a conselheira Clarice Gorodicht.
Vale a pena prestar atenção em cada ponto apresentado, que desmonta as justificativas (quando existem) e desmascara os objetivos (camuflados) da 'Proposta Pedagógica desta gestão da SMED. Entende-se, aí, a forma açodada e excludente pela qual a Secretaria tenta aprovar sua 'Proposta', com conteúdo que fere frontalmente a gestão democrática e participativa que funda legalmente o Sistema de Educação Pública da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.
As recomendações, ao final da explanação, são especialmente importantes.
Veja a íntegra do vídeo ´Que Reforma Educacional é Essa?' aqui no canal em:
https://www.youtube.com/watch?v=FHuRxTIb5lU&t=0s

_Que Reforma Educacional é Essa?

Transmitido ao vivo em 2 de out. de 2021
https://www.youtube.com/watch?v=FHuRxTIb5lU&t=1305s
Prefeitura de Porto Alegre retira matérias da escola pública sem considerar ninguém.
Conversa sobre a 'Proposta Pedagógica' da prefeitura de Porto Alegre, com representantes do Conselho Municipal de Educação – CME, Ass. das Trab. em Educ. de POA – ATEMPA, GT de Superv. Pedagógicas, de profs. de Cie. Humanas (já que Filosofia é retirada da escola pela 'Proposta') e de Conselhos Escolares.

_Caçada à Filosofia na Escola

Transmitido ao vivo em 27 de set. de 2021
https://www.youtube.com/watch?v=YKv6c0J8rDI&t=11s
Sérgio Sardi, prof. dr. em Filosofia, da PUCRS, é um ícone mundial em Filosofia com Crianças - exatamente o que a prefeitura de Porto Alegre quer tirar da escola pública. Ele é o convidado do Estar de Cada Coisa de Hoje.



_Quem tem medo da Educação Pública?

Transmitido ao vivo em 11 de set. de 2021
https://www.youtube.com/watch?v=bnPd1bXM8FI&t=14s

O PROJETO PEDAGÓGICO ANTIDEMOCRÁTICO EM PORTO ALEGRE

A Secretaria de Educação do prefeito Sebastião Melo (MDB) quer impor uma mudança no projeto pedagógico da Educação Básica de Porto Alegre. Nela, quer retirar a disciplina de Filosofia e diminuir uma série de outras como História, Geografia, Ciências, Língua Espanhola.

A ´Proposta Pedagógica´ da Secretária Janaína Audino não apresenta até agora justificativa e/ou fundamentação teórica plausíveis, atropela o processo democrático e exclui a Comunidade Escolar de qualquer participação.

O Sistema Público de Educação de Porto Alegre é uma conquista histórica da Comunidade Escolar da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Nenhuma disciplina pode ser retirada em processo antidemocrático que resulte em perda de direitos para a Comunidade.

Em plena Pandemia de Coronavírus, além de não cuidar de estudantes e trabalhadoras/es da Educação - sem oferecer nenhum plano de acesso remoto ao ensino para as comunidades, e ignorar protocolos sanitários - a atual gestão da prefeitura ainda desrespeita o histórico democrático de uma Rede Pública de Educação amplamente reconhecida como a de P. Alegre.

Falam sobre o tema em 11.09, 19h, es professores da Rede Municipal de P. Alegre Ezequiel Viapiana, Marco Mello, Daniela da Rosa, Tzusy Estivalet e André Pares.

#FICAFILOSOFIA
7 de setembro
https://www.instagram.com/p/CTifgAeHV3K/

COLETIVO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO ALEGRE NA LUTA PELA PERMANÊNCIA DA FILOSOFIA NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

#FICA
FILO
SOFIA!



POSFÁCIO

O INACABAMENTO DO MUNDO

O inacabamento do mundo é um convite para o exercício constante da criatividade. Apenas os dogmáticos insistem em teorias absolutistas ou reduzem a imensa diversidade cultural, epistêmica, social, econômica e política a esquemas simplórios e raciocínios miméticos, que não conseguem sequer realizar a síntese dos conhecimentos já produzidos através das gerações, muito menos submetê-los a exames críticos e autônomos. A miséria cognitiva produzida pelo poder dogmático apoia-se em estruturas simplórias que legitimam – sem nenhum fundamento – o exercício arbitrário do poder, empobrecendo a cultura, pauperizando a pesquisa na tentativa de eliminar a liberdade criativa daqueles e daquelas comprometidas com a construção de mundos includentes e aprazíveis.

A quem interessa eliminar o ensino de filosofia de nossas escolas, como ocorre agora em Porto Alegre? Porque eliminar a criatividade e a liberdade de nossos currículos? Quem tem medo da Filosofia?

Teme a Filosofia quem nega o exercício da liberdade, a produção de sujeitos críticos e autônomos, capazes de sistematizar o conhecimento, avaliá-lo de maneira crítica para enriquecer seus conteúdos e formas e, sobretudo, propor soluções criativas e plurais para os múltiplos problemas e desafios de nosso tempo. Quem deseja o poder para manter privilégios, reduzir a educação à legitimação do *status quo* e da moral conservadora. Teme a filosofia os que se sentem ameaçados por filósofas e filósofos que teimam a arriscar-se na aventura da alteridade, ao abismo do infinito, às exigências da beleza, ao risco da novidade...! É que estes sujeitos históricos e não utópicos, comprometidos com a curiosidade-criativa e com a atitude ética, irmanados e irmanadas com tantos outros e outras comprometidas com a dignidade da vida, são aqueles/as capazes de dar continuidade à criação do mundo e, por isso mesmo, exercitar a liberdade como prática democrática, a autonomia como máxima pedagógica, a alteridade como desejo de encontro e aprendizagem, o ensino de filosofia como uma das experiências históricas da realização da emancipação.

O mundo necessita de perspectivas criativas porque está assolado de ideologias e governos dominadores. A filosofia resiste porque a liberdade não se acaba e não pode se acabar, visto que é a razão de nossa existência coletiva. Quanto mais se alastra a opressão, muito mais alto ecoa a filosofia o seu canto de libertação! Não temos medo de re-criar o mundo de novo! Avante!

Eduardo Oliveira
Professor de Práxis e Metodologia do Ensino de Filosofia na UFBA

"#FICAFILOSOFIA" é movimento, marca o tempo da palavra, não daquela que é ordem, mas da que subverte o que é imposto. A palavra se faz no trabalho do pensamento, na força coletiva, vira ato. É preciso registrar esta experiência profunda feita por tantos e tantas que fazem da escola pública espaço de esperança.

A filosofia não é um ser, é ato encarnado em gente que tem fome e sede de existir com dignidade. Recuperar as ruas, envolver diferentes sujeitos, escrever artigos, cartas, manifestos, publicar vídeos, lives, enfim, gritar! Foram estes os canais para se fazer ouvir a defesa do exercício do pensar como um direito. Buscou-se assim, sensibilizar a cidade para refletir que tipo de educação se quer.

"#Fica Filosofia" representa a luta diária de educadores, educadoras e de toda comunidade escolar que resiste a um tempo tão vazio de pensamento. No ano que comemoramos o centenário de Paulo Freire, filósofo-educador, esta obra traduz seu legado, pois narra a defesa incondicional dos sujeitos da educação pública de dizerem sua palavra: Fica, Filosofia!

Magali Mendes de Menezes
Professora de Filosofia da Faculdade de Educação/UFRGS
Presidenta da Seção Sindical ANDES-UFRGS







